

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JONATHA VASCONCELOS SANTOS

**“AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 PRA GENTE NÃO
ACABOU”: UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE CONTESTAÇÃO
NO COLETIVO DEBAIXO EM ARACAJU**

SÃO CRISTÓVÃO - SE
FEVEREIRO, 2017

JONATHA VASCONCELOS SANTOS

**“AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 PRA GENTE NÃO
ACABOU”: UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE CONTESTAÇÃO
NO COLETIVO DEBAIXO EM ARACAJU**

Versão preliminar da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

SÃO CRISTÓVÃO, SERGIPE

FEVEREIRO, 2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237m Santos, Jonatha Vasconcelos
“As manifestações de junho de 2013 pra gente não acabou” :
um estudo sobre as formas de contestação no Coletivo Debaixo
em Aracaju / Jonatha Vasconcelos Santos ; orientador Wilson José
Ferreira de Oliveira. – São Cristóvão, 2017.
149 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2017.

1. Sociologia urbana. 2. Movimentos sociais. 3. Participação
social. 4. Movimentos de protestos – Aracaju (SE) I. Oliveira,
Wilson José Ferreira de, orient. II. Título.

CDU 316.485.22(813.7)

JONATHA VASCONCELOS SANTOS

**“AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 PRA GENTE NÃO
ACABOU”: UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE CONTESTAÇÃO
NO COLETIVO DEBAIXO EM ARACAJU**

Versão preliminar da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

Aprovado em: 03/03/2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira
Presidente PPGS/PPGA/UFS

Prof. Dr. Rogério Proença Leite
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFS

Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor da Silva
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UNISINOS

SÃO CRISTÓVÃO, SERGIPE

FEVEREIRO, 2017

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, suporte financeiro que possibilitou a ampla dedicação para a finalização deste trabalho, assim como a participação em eventos acadêmicos como congressos locais, encontros nacionais e internacionais.

A orientação do Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira pela disposição, encorajamento, liberdade e as sugestões de novas reflexões e necessárias mudanças durante o processo de elaboração, muito contribuiu para realização e finalização desta pesquisa. Não menos importante, as críticas, leituras minuciosas e estímulo da professora Dra. Fernanda Rios Petrarca e professores Dr. Rogério Proença Leite e Dr. Marcelo de Almeida Ferreri que contribuíram, através de enriquecedores debates durante as disciplinas de Seminário de Dissertação e Qualificação, para a escolha do caminho a trilhar e os contornos e tons que seriam atribuídos a esse trabalho. Aos colegas de turma e em especial a Igor Salmeron que, em diferentes momentos do curso, também contribuíram em debates e conversas regadas aos mais conflituosos sentimentos naturais de quem está envolvido nesse novo processo. A todos os integrantes do Laboratório de Estudos do Poder e da Política, coordenado pelo Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira e a Dra. Fernanda Rios Petrarca, que durante as reuniões e debates do laboratório contribuíram para a formatação da pesquisa.

A crença incondicional da minha família de que tudo isso seria possível. As conversas intermináveis, assim seja sempre, a certeza de que essa etapa seria concluída e as sugestões de Maria Luziara Nascimento. Eu trago em mim a força e a crença de vocês, assim as dúvidas e angústias sempre serão passageiras.

Aos militantes e ativistas que permitiram que essa investigação fosse realizada. Sem a disponibilidade e cooperação dos entrevistados, dos informantes em conversas informais e a permissão de minha presença em locais, ainda que públicos, nada disso seria possível.

RESUMO

Esta dissertação analisa o surgimento e as dinâmicas de contestação do Coletivo Debaixo entre os anos de 2013 e 2016 em Aracaju. O Coletivo Debaixo surge após as manifestações de junho de 2013, conhecidas na cidade como Acorda Aracaju, através da ocupação mensal intitulada Sarau Debaixo no Viaduto Jornalista Carvalho Déda, popularmente conhecido como Viaduto do DIA. Essa investigação trata-se também de demonstrar, a partir do Coletivo Debaixo, o processo de emergência de um coletivo que resulta do ciclo de protestos de 2013 e que, nesse sentido, é também consequência de um processo de elaboração de um modelo de ação coletiva que tem como principal repertório de ação coletiva a ocupação do espaço público com o uso de formas de contestação estética. Junto a isso, o coletivo utiliza, e também elabora, uma gramática de contestação que tem como base a noção da “cidade desigual” e necessidade de retomada do espaço público que é uma pauta bastante recorrente entre os movimentos sociais a partir das manifestações de 2013. O coletivo é formado por jovens, quase todos estudantes universitários, que possuem dois elementos comuns em suas histórias de vida, o envolvimento com formas de expressão artística como o movimento punk, a poesia e o hip-hop e a participação anterior em movimentos sociais, partidos políticos e outros coletivos. Esses eventos comuns entre as histórias de vida dos integrantes do coletivo marcam as formas de ação e modelos de organização acionados pelo grupo. A ocupação mensal do viaduto, as terças-feiras do mês, durante esses anos contribuiu para a criação de uma rotina de contestação que passou a ser experimentada por um conjunto de atores já mobilizados em movimentos sociais, partidos políticos e coletivos, assim como simpatizantes. Essa rotina mensal, forma encontrada pelo coletivo para manter as manifestações de 2013 nas ruas para além daquele ano, foi responsável pela identificação do viaduto enquanto um novo “lugar político”. Esse “lugar político” surge através de uma dinâmica de ressignificação desse espaço público que acontece durante os três anos de mobilização. Após isso, o viaduto se torna reconhecido por outros movimentos sociais enquanto um lugar a ser utilizado para a reivindicação de diversas pautas. Nesse sentido, esta pesquisa se insere em um campo de investigação acerca dos desdobramentos do ciclo de protesto de 2013 no Brasil tais como o surgimento de novos grupos mobilizados e da ampliação das formas de participação política.

Palavras-chave: ciclo de protesto, movimentos sociais, coletivo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the emergence and dynamics of contestation of the Coletivo Debaixo between the years of 2013 and 2016 in Aracaju. The Coletivo Debaixo appears after the manifestations of June of 2013, known in the city as Acorda Aracaju, through the monthly occupation titled Sarau Debaixo in the Viaduct Journalista Carvalho Déda, popularly known like "Viaduto do DIA". This research also demonstrates, from the Coletivo Debaixo, the process of emergence of a collective that results from the cycle of protests of 2013 and that, in this sense, is also a consequence of a process of elaboration of a collective action model which has as main repertoire of collective action the occupation of the public space with the use of forms of aesthetic contestation. Along with this, the collective uses, and also elaborates, a grammar of contestation that is based on the notion of the "unequal city" and need of resumption of the public space that is a very recurrent agenda among the social movements from the manifestations of 2013. The collective is formed by young people, almost all university students, who have two common elements in their life histories, their involvement with forms of artistic expression such as the punk movement, poetry and hip-hop and previous participation in social movements, political parties and other collectives. These common events among the life stories of the members of the collective mark the forms of action and organizational models triggered by the group. The monthly occupation of the viaduct, the third tuesday of the month, during those years contributed to the creation of a contestation routine that began to be experienced by a group of actors already mobilized in social movements, political and collective parties, as well as sympathizers. This monthly routine, a form found by the collective to keep as manifestations of 2013 on the streets beyond that year, was responsible for identifying the viaduct as a new "political place". This "political place" underwent a dynamics of re-signification of its public space that occurs during the three years of mobilization. After that, the viaduct is recognized by other social movements in one place to be used for a claim in various ways. In this sense, this research is part of a field of research on the developments of the 2013 protest cycle in Brazil, such as the emergence of new mobilized groups and the expansion of forms of political participation.

Keywords: cycle of protests, social movements, collective.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1.....	33
Imagem 2.....	38
Imagem 3.....	51
Imagem 4.....	52
Imagem 5.....	53
Imagem 6.....	53
Imagem 7.....	54
Imagem 8.....	60
Imagem 9.....	78
Imagem 10.....	111
Imagem 11.....	111
Imagem 12.....	112
Imagem 13.....	112
Imagem 14.....	113
Imagem 15.....	114
Imagem 16.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....39

Quadro 2.....123

LISTA DE ABREVIATÖES

ALPV – Aliados Pelo Verso

ANEL – Associação Nacional dos Estudantes Livre

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FECOMSE – Federação dos Empregados no Comércio e Serviços de Sergipe

LPJ – Levante Popular da Juventude

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MOTU – Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UGT-SE – União Geral dos Trabalhadores de Sergipe

UGT-Jovem – União Geral dos Trabalhadores Jovem

UNIT – Universidade Tiradentes

USES – União Sergipana dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
O processo de construção do objeto de estudo e inserção no campo de pesquisa..	22
CAPÍTULO I: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO POLÍTICA JUVENIL EM SERGIPE.....	26
1.1. Entre a rua e a institucionalidade: o caso das formas de contestação contra o aumento do transporte público entre 2015 e 2016.....	28
1.2 Redes de Movimentos Sociais e Trânsito Militante em Sergipe	35
1.3 O Ciclo de Protestos de 2013: contexto de surgimento do Coletivo Debaixo	43
1.4 Coletivo Debaixo e a construção da ação político-cultural	56
1.5 “Rede de Colaboradores” e as Frentes de Atuação do Coletivo Debaixo	64
CAPÍTULO 2. “ISSO TUDO PRA MIM SE RESUME EM UM ATO POLÍTICO”: GRAMÁTICA E CONCEPÇÕES DE POLÍTICA NO COLETIVO DEBAIXO.	73
2.1. O Coletivo Debaixo e o Espaço Público Enquanto um Lugar de Fazer Política	79
2.2. A “Ocupação Cultural”, o “Coletivo” e o “Poeta Engajado”: formas de enunciação da ação política no Coletivo Debaixo	85
CAPÍTULO 3. O SARAU, O VIADUTO DO D.I.A E A CULTURA DE OCUPAÇÃO: ROTINA DE CONTESTAÇÃO E O SURGIMENTO DE UM “LUGAR POLÍTICO”	101
3.1 A relação entre os movimentos sociais, os repertórios de ação e o espaço público	103
3.2. “Toda terceira terça-feira do mês a gente vai discutir política embaixo do viaduto”: a construção de um lugar político no viaduto do D.I.A	108
3.3. Acabou o Sarau Debaixo: o uso do viaduto do D.I.A enquanto um espaço de contestação pelos movimentos sociais.....	115
CONCLUSÕES	135
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	142
REFERENCIAL ELETRÔNICO	147

INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga as formas de contestação do Coletivo Debaixo que surgem no ciclo de protestos de 2013 na cidade de Aracaju. Tendo como objetivo o estudo das formas de atuação, organização e articulação que os movimentos sociais estabelecem no cenário da capital sergipana, o trabalho se insere em discussão mais geral da participação política e juventudes que, nos últimos anos, tem sido objeto de debates nos jornais, entre os militantes que compõem os grupos contestatórios, na universidade, assim como também no interior do Estado com a construção de políticas públicas, o surgimento de novas formas de inserção de atores sociais no espaço estatal e, com isso, o incentivo à participação dos jovens.

O surgimento do interesse por esse campo de investigação decorre do intenso debate sobre a participação política juvenil e, no caso de Aracaju, da pouca produção acadêmica sobre esse campo de pesquisa, como também, de uma inserção anterior em pesquisa de monografia sobre as juventudes partidárias em Sergipe (SANTOS, 2015). A partir de um levantamento bibliográfico, percebeu-se que parte dos estudos produzidos que se aproximam da temática empreendida nesse trabalho em Sergipe, tem como objeto de pesquisa, os movimentos estudantis secundaristas e universitários ou, com a exceção do texto de Marcon e Filho (2012), sobre os grupos hip hop. Nessa produção local, encontramos os textos de Marcon e Filho (2012) já ressaltado sobre os grupos de hip hop atuantes na cidade, Lisboa (2015) que analisa a atuação da União Sergipana de Estudantes Secundaristas (USES) e Santos (2014) que estuda o surgimento e as formas de atuação do movimento Não Pago. Esses são alguns dos estudos locais que, a partir da leitura desses textos, apontam para um processo de diversificação dos movimentos de juventude na mesma cidade e que, por sua vez, ultrapassam as pautas e dinâmicas dos movimentos estudantis. Por “ultrapassar” as pautas e dinâmicas dos movimentos estudantis, busca-se ressaltar o processo de diferenciação com as pautas estudantis e o reconhecimento por parte desses grupos de que “ser jovem não é somente ser estudante”

Apesar da pouca produção científica sobre o tema no que concerne a Aracaju, nacionalmente a participação política juvenil tem sido objeto de amplo debate no Brasil

e no mundo, principalmente a partir do protagonismo dos jovens em atos de protesto e contestação em vários países a partir dos anos 2000 e intensificado na década de 2010, haja vista alguns exemplos como os Indignados em 2011 na Espanha, o Occupy Wall Street em 2011 em Nova Iorque e os Ciclos de Protesto em 2013 no Brasil. Esse aumento dos estudos sobre os movimentos sociais e a participação política juvenil, atualmente, estão presentes em diversos espaços como as ONGs, os institutos de pesquisa e opinião, a exemplo disso, foram realizadas as pesquisas e relatórios *Adolescentes e Jovens no Brasil: participação social e política* coordenado pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Instituto Ayrton Senna e a Fundação Itaú Social em 2007, outro relatório intitulado *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, publicado pelo Ibase e Pólis em 2005 e a pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* coordenado pelo Instituto Paulo Montenegro e IBOPE e publicado pela UNESCO em 2006.

Nesse sentido, a problemática deste trabalho situa-se em uma agenda de investigação sobre os espaços de atuação política juvenil no Brasil, utilizando como demarcação empírica, o contexto aracajuano. O estudo dos espaços de atuação ou das formas de mobilização engendrada pelos jovens se encontra em um debate que, atualmente, tem como marco discursivo duas prerrogativas. Por um lado, há aqueles que têm construído o discurso de que os jovens brasileiros são apáticos à política e, por isso, tem ocorrido uma diminuição na participação política juvenil. Por outro lado, vários pesquisadores apontam para o fato de que é necessária uma reformulação das interrogações que são realizadas ao tema, ou seja, a questão é menos criar indicadores da participação política dos jovens – em grande parte das vezes influenciada pelos espaços tradicionais de fazer política e que produzem poucas pesquisas sobre as novas formas de atuação juvenil como os grupos de hip hop, os coletivos culturais etc. – do que buscarem identificar quais são os novos espaços de participação política, inclusive, onde estão situados também os partidos políticos, sindicatos e etc. (CARRANO, 2012; MISCHÉ, 1997; SOUSA, 1999; SPOSITO, 1994). Entre essas duas proposições sobre o tema, o trabalho está situado na segunda, ou seja, naqueles estudos que buscam o mapeamento dos espaços de atuação política em que os jovens estão inseridos e na análise das dinâmicas sociais e políticas desenvolvidas.

A partir desse problema de investigação, o objeto de pesquisa consiste em analisar as formas de participação política empreendidas pelo Coletivo Debaixo em Aracaju. O Coletivo Debaixo é composto por um grupo de jovens que, após o ciclo de protestos de 2013 em Aracaju, criam o coletivo que tem como principais pautas o direito à cidade, à mobilidade urbana e à democratização cultural. Desde então, o coletivo vem realizando ocupações e intervenções em escolas, comunidades periféricas como no bairro Santa Maria e Orlando Dantas e outros espaços da cidade como viaduto do DIA¹ com o Sarau Debaixo. O Sarau Debaixo, principal intervenção do grupo, é realizado todas as terças de cada mês e há dois anos tem mobilizado centenas de jovens que se deslocam até o viaduto para o evento onde ocorrem apresentações culturais, manifestos e protestos de jovens em prol de um conjunto de causas.

É importante ressaltar que o Coletivo Debaixo se localiza em um cenário de atuação juvenil em Aracaju composto por diversos movimentos sociais de juventude, seja em suas composições como relações com outros movimentos sociais seja com elites políticas locais. Esse cenário de atuação juvenil onde está inserido o Coletivo Debaixo, é também objeto de reflexão da dissertação o que permite relacionar as dimensões contextuais e o estudo de caso, que também acompanha um conjunto de mudanças e tendências contestatórias como, por exemplo, o aumento do uso do sarau enquanto repertório de ação coletiva e o espaço urbano como espaço de contestação.

Como movimentos sociais de juventude são designadas ações coletivas protagonizadas por jovens que se organizam de maneira contínua em torno de pautas sociais, políticas, culturais, religiosas etc., a fim de intervir, propor ou confrontar visões de mundo ou políticas públicas estabelecidas por outros grupos organizados como os movimentos sociais e os partidos políticos. São atores sociais que se organizam e se constituem enquanto grupos de contestação a partir de pautas políticas e sociais bastante heterogênea como o direito à cidade, a diversidade sexual e étnica, a família tradicional, a marginalização da juventude negra, a implementação de um governo militar e, é importante destacar, não integram ou se afirmam enquanto movimentos

¹ O viaduto do D.I.A (Distrito Industrial de Aracaju) se localiza próximo a um terminal de ônibus central para a população da cidade. Nesse terminal, grande parte da população se transporta de casa até o trabalho. Também próximo ao viaduto se encontra uma das principais avenidas da cidade, a Hermes Fontes. Esses dados são utilizados também pelos militantes para justificar a localização do Sarau que permite “ser visto” pela “população trabalhadora”.

estudantis. A diferença entre movimentos estudantis e movimentos de juventude é salientada no trabalho e será objeto de estudo no primeiro capítulo, na medida em que, essa diferenciação é um acontecimento importante para esse campo de estudo, pois marca um processo político e social nas formas de contestação juvenis no Brasil desde o período da redemocratização (SOUSA, 1999; MISCHKE, 1997; GOHN, 2014). Em Aracaju, vários desses grupos têm ocupado espaços, promovendo ações de conscientização, manifestações, encaminhando cartas de insatisfação às elites políticas, realizado cursos de formação política ou ações culturais.

Sendo assim, o ponto de partida ou a pergunta inicial para o estudo do Coletivo Debaixo é: quais são as formas de participação política do coletivo em Aracaju? O ponto de partida, ainda que aparentemente genérico, se articula com um conjunto de outras dimensões da produção da ação coletiva entre os movimentos sociais. Por exemplo, a investigação das articulações políticas empreendidas pelo grupo que, por sua vez, se integra em uma estrutura de oportunidades políticas (TARROW, 2009; TILLY & TARROW, 2015) do contexto local, assim como os espaços de socialização política que os jovens experimentaram em sua carreira militante (OLIVEIRA, 2010) são também importantes para compreender as formas de ação acionadas pelo grupo e os processos de inovação dos repertórios de ação e formas de organização a partir de um ciclo de protesto, nesse caso, as jornadas de junho de 2013. Nesse sentido, esse ponto de partida se articula com um arcabouço teórico, que logo mais será explicitado, atual e que é fonte de debate e reflexão para os estudos da ação coletiva. A justificativa para o recorte empírico realizado, ou seja, o Coletivo Debaixo ocorre devido: a) grande mobilização juvenil que o grupo promove no Sarau Debaixo que acontece todo o mês embaixo do viaduto do DIA, b) às articulações com outros grupos de movimentos de juventude na cidade, c) ao alto protagonismo juvenil presente no grupo, e principalmente, d) por ter como “mito de origem”, o Ciclo de Protesto de 2013 no Brasil, e mais especificamente em Aracaju com o Acorda Aracaju², e nesse sentido, representar uma dissidência que surge nesse período. Esse conjunto de itens que justificam o recorte empírico do trabalho inclui a pesquisa em amplo debate sobre as formas de atuação juvenil na contemporaneidade e as configurações que obtém em cada contexto local.

² Termo pelo qual ficou conhecido as manifestações de Junho de 2013 em Aracaju.

Para seguir na construção da problemática e investigação do objeto de pesquisa em questão, os trabalhos utilizados na pesquisa após a leitura do conjunto de texto, pode ser dividido em dois conjuntos. Primeiro, alguns estudos de caso sobre as ações coletivas juvenis desenvolvidas em Sergipe como Marcon e Filho (2012), Santos (2015), Lisboa (2015) e Santos (2014) que asseguram a possibilidade de compreender como os jovens se organizam e atuam politicamente no estado, como também, estudos sobre a participação política juvenil no Brasil (MISCHE, 1997, 2008; SOUSA, 1999; POERNER, 2004). Segundo, um conjunto de formulações e modelos teórico-metodológicos sobre a ação coletiva (TARROW, 2009; TILLY & TARROW, 2015; MISCHE, 2008; COMBES, 2009; SILVA & RUSKOWSKI, 2013; OLIVEIRA, 2010; MCADAM & TARROW, 2011; TARROW, 2009).

O conjunto de estudos de caso sobre a participação política juvenil em Sergipe é a primeira fonte bibliográfica. Essas pesquisas (MARCON & FILHO, 2012; LISBOA, 2015; SANTOS, 2015; SANTOS, 2014), sendo que as três últimas referenciadas resultam do processo de investigação do Laboratório de Pesquisas do Estudo e da Política (LEPP) sobre o tema, contribuíram para a construção do problema de pesquisa à proporção que fornecem um amplo cenário sobre as formas de atuação e organização política dos jovens em Aracaju. Nessas pesquisas, são problematizados os contextos de emergência desses coletivos que variam entre as posses de hip hop, movimentos estudantis e a militância juvenil partidária, as relações desses grupos com os partidos políticos, os estilos de vida adotados por esses jovens, as formas de engajamento político desencadeado e etc. Esse cenário mais geral será apresentado com mais profundidade e detalhe no primeiro capítulo.

E a segunda fonte bibliográfica da pesquisa são os modelos analíticos formulados para o estudo de movimentos sociais e engajamento político. Os conceitos de repertório de ação ou repertório de confronto e estruturas de oportunidades políticas em Tarrow (2009), os estudos de redes sobre os movimentos de juventude no Brasil em Mische (1997, 2008), os modelos para a análise do engajamento processual em Fillieule (2001), Oliveira (2010) e Silva e Ruskowski (2013) e do engajamento múltiplo em Combes (2009) são os principais recursos teóricos utilizados durante a pesquisa para a problematização do objeto de pesquisa.

A teoria da *contentious politic* (ou confronto político) desenvolvida principalmente por Charles Tilly, Doug Mcadam e Sidney Tarrow no cenário da sociologia americana e que insere novas preocupações e problemáticas no estudo da ação coletiva, tem como principais contribuições o rompimento com a visão da participação contestatória normativa dos estudos dos “novos movimentos sociais” e a formulação de modelos teóricos que permitem acompanhar as várias formas de relações entre o Estado e os movimentos sociais (SILVA, 2010, 2011).

O conceito de repertório de confronto, por exemplo, já aparece em Charles Tilly e Sidney Tarrow com a prerrogativa principal de descrever a forma com que as pessoas agem ou protestam. Segundo Tilly (1992, p.7 apud TARROW, 2009, p. 51) “a palavra *repertório* ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. Posto isso, o repertório de confronto está relacionado às formas com que as pessoas aprendem e compartilham maneiras de agir e executam em formas de contestação política.

Junto à dimensão descritiva das formas de ação, o repertório é também uma possibilidade de ação “ao mesmo tempo estrutural e cultural” (TARROW, 2009), ou seja, as ações dos indivíduos também se inserem em um contexto em que saberes específicos de formas de contestação são compartilhados. A ideia de repertório, com isso, passa a definir não somente a forma com que as pessoas agem, ensinam, compartilham e aprendem maneiras de contestação, como também se relaciona com as possibilidades presentes do que “elas sabem sobre como fazer”. Aquilo que as pessoas sabem como fazer, nesse sentido, está situado em um contexto de participação específico que permite e restringe as formas de contestação e confronto. Os estudos de Thompson (1979) sobre a insatisfação dos ingleses no século XVIII com as negociações do trigo é fundamental, por exemplo, para perceber como naquele período os ataques aos moinhos dos produtores de trigo que estavam vendendo seus produtos para outros países como a França, em um período em que a produção local não atendia aos ingleses, esses atos, à primeira vista, extremamente violentos, ganham legitimidade suficiente para se tornar um ato possível de ser feito e compartilhado entre os ingleses. A greve, pelo menos desde o século XIX, já passa a se tornar, principalmente entre as categorias profissionais, o repertório por excelência de confronto e ocorre em outro contexto de busca pela unidade das classes

profissionais, aumento progressivo da dependência das empresas pela expertise dos trabalhadores e, mais tarde, das leis e direitos trabalhistas. A história da participação política juvenil no Brasil, para fins de exercício analíticos a partir da ideia de repertório, é fundamental, à proporção que do Brasil Colonial até meados do século XX os jovens brasileiros se organizaram em torno de organizações estudantis. Nesse período, a organização política juvenil teve como principal espaço de socialização política, as escolas, ao passo que, a partir de meados do século XX a atuação política dos jovens brasileiros reconhece os partidos políticos e os movimentos de base ancorados nas organizações religiosas católica, outras possibilidades de mobilização e com o processo de redemocratização política, os autores destacam a rua, as praças, os shopping center e etc. como espaços e formas de organização política possíveis (SPOSITO, 1994; MISCHÉ, 1997).

Outro elemento importante da *contentious politics* é o conceito de *estrutura de oportunidades* políticas que consiste no contexto onde ocorre a elaboração dos repertórios e que, como já foi ressaltado, restringe ou estimula a participação e contestação dos atores. A estrutura de oportunidades políticas, nesse sentido, é um conjunto de condições políticas, sociais e culturais que estimulam ou restringem as ações dos movimentos sociais (TARROW, 2009).

Apesar do alcance explicativo e não normativo das noções de *repertório de ação* e *estrutura de oportunidades políticas*, alguns autores apontam para as limitações dessa abordagem. A exemplo disso, o enfoque conflituoso da *contentious politics* – já presente no título que dá nome a teoria – e os poucos recursos teóricos e metodológicos para a investigação de processos associativos e alianças políticas (SILVA, 2010).

Ainda assim, é necessário precisar e contextualizar as observações de Silva (2010) na obra da *contentious politics* à proporção que um dos elementos da *estrutura de oportunidades políticas* em Tarrow (2009) são as alianças políticas estabelecidas entre os grupos que podem contribuir para ação contestatória. Essas alianças são elementos de associação e que ilustram a presença de elementos não conflituosos na abordagem da *contentious politics*, apesar de não ser o foco dessa teoria.

Apesar das limitações apresentadas por Silva (2010) sobre a *contentious politics* e a necessidade de desenvolvimento de novos instrumentos de análise para o

tema da participação política e dos movimentos sociais, as noções de *repertório* e *estrutura de oportunidades políticas* constituem pontos importantes contribuições para pesquisa.

O exame das estruturas políticas como as administrações públicas no município de Aracaju e estado de Sergipe e a relação dessa elite política com os movimentos de juventude da cidade é um importante elemento a ser analisado. A ascensão de políticos³ como Marcelo Déda do Partido dos Trabalhadores ao governo do estado em 2000 e Edvaldo Nogueira do PCdoB à prefeitura de Aracaju em 2006 e vice-prefeito em 2000 é um marco para a abertura do estado para diversos movimentos sociais, e entre eles, os movimentos de juventude. Nesse sentido, a noção de *estrutura de oportunidades políticas* contribui para pensar como as mudanças das elites políticas a partir do processo eleitoral dos anos 2000, oferece a possibilidade de movimentos sociais acessarem o estado para desenvolver projetos em escolas públicas e ocupar o espaço urbano para os grupos juvenis que atuam na cidade.

A noção de redes em Mische (1997, 2008) é uma alternativa analítica que contribui para problematizar as lacunas da *contentious politics* apresentada na crítica de Silva (2010). As redes compreendem as articulações entre atores e organizações ou grupos políticos como movimentos sociais, partidos políticos, ONGs, setores do Estado, empresas e outros coletivos que permitem a relação entre aqueles que participam da rede através, por exemplo, do engajamento múltiplo (MISCHE, 1997, 2008; COMBES, 2009). Do ponto de vista organizacional, o estudo das redes permite apreender um conjunto de movimentos sociais, partidos políticos e outros tipos de grupos que se articulam. Por outro lado, em se tratando de interação entre os atores, a abordagem das redes desenvolve outro foco de pesquisa, dessa vez sobre os espaços de trânsito militante que os atores estabelecem em determinados grupos.

É a partir da noção de redes de atores e organizações, que Mische (1997, 2008) contribui para a análise dos movimentos de juventude no Brasil entre as décadas de

³ A história de vida de ambos os militantes passa pelo movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe e constituem uma importante geração de políticos da década de 1980 e que, nos anos 2000, se inserem em postos importantes na política de Sergipe.

1970 e 1990, construindo assim, uma importante referência para o estudo desse tema no país.

O processo de abertura política no Brasil, nesse sentido, é um período significativo de diversificação dos repertórios de ação, modelos de organização da ação coletiva e novas redes políticas (MISCHE, 2008). Os gráficos apresentados pela autora a partir da análise de coortes e histórias de vida de militantes que atuaram entre os anos de 1977 e 1996 mostram-se bastante significativos na medida em que evidenciam os diferentes espaços de atuação que se destacaram nesse período. Dos grupos religiosos do final dos anos de 1970, os movimentos estudantis da segunda metade da década de 1980, os movimentos populares urbanos e rurais do início dos anos de 1990 até a grande inserção dos grupos profissionais e *business* na segunda metade da década de 90, a autora destaca o surgimento de novos espaços de socialização política e atuação militante. Além disso, podemos incluir entre esses novos espaços, a abertura política para a criação e permanência de novos partidos políticos no Brasil com as diversas medidas e leis que permitiram o sistema pluripartidário. Em última instância, o estudo da autora se situa em um período de abertura política e emergência de um Estado que incentiva a participação política de diversos grupos e movimentos sociais.

As mudanças provocadas pela redemocratização nas formas de relação estabelecidas com o Estado também afetaram os espaços de atuação política juvenil. A participação política dos jovens na história do Brasil é bastante enfática desde sua atuação nas campanhas pela Abolição e Proclamação da República no fim do século XIX, as campanhas civis nacionalistas em apoio ao jovem político Rui Barbosa com o apoio da Federação de Estudantes Brasileiros na primeira década do século XX, os congressos organizados pela União Nacional dos Estudantes em 1937 e as organizações operárias no Brasil, e inclusive, em Sergipe com as juventudes operárias que se organizavam em periódicos e jornais alternativos (DANTAS, 2004), os movimentos contra culturais nos anos 60, protagonizados por jovens na Europa, Estados Unidos e América Latina, por fim, como salienta Mische (1997), a abertura política produziu uma geração de jovens que se distanciam de espaços tradicionais de práticas políticas como os sindicatos, os partidos políticos e organizações estudantis para as praças, as ruas, os *shopping center* com novas formas de organização e ação políticas.

A proposta de Mische (1997) sobre o engajamento múltiplo e a noção de redes, permitiu indagar ao trabalho acerca das redes e articulações políticas, entre grupos ou atores, estabelecidas entre os movimentos de juventude da cidade. Como será apresentado no primeiro capítulo, o cenário da atuação dos movimentos sociais em Sergipe é marcado por um conjunto redes de relações específicas entre os movimentos de juventude, os partidos políticos e a administração pública onde transitam militantes que, por vezes, atuam em mais de uma organização.

Em Goldstone (2004), essas articulações políticas ressurgem a partir do conceito de *campos relacionais* que têm como objetivo analisar as interações políticas para além da “caricatura” desenvolvida principalmente pela Ciência Política (PECHÚ, 2007) de uma concepção de Estado que se distingue e ocupa um espaço diferenciado, distante e em oposição aos movimentos sociais. Ao contrário disso, segundo Goldstone (2004, 2003), as fronteiras idealizadas entre o Estado e os movimentos sociais, essa relação entre “dentro” e “fora” não corresponde à complexidade dos fluxos de atores que se movimentam entre esses dois espaços, haja vista, o do Estado e das outras organizações da sociedade civil.

Todo esse conjunto teórico sinaliza para a abordagem que será utilizada no decorrer desta pesquisa. A investigação não somente se debruça sobre o principal objeto de pesquisa e estudo de caso, o Coletivo Debaixo, como também os espaços de socialização em que esses “novos” atores sociais e grupos que emergem a partir dos Ciclos de Protesto de 2013 compartilharam práticas e saberes políticos que, por fim, caracterizam a geração militante desse período. Com isso, o mapeamento dos espaços de atuação política dos jovens é imprescindível, assim como suas formas de atuação e padrões de engajamento desenvolvidos.

Para proceder à análise dos movimentos de juventude em Aracaju, serão utilizados como ferramentas metodológicas a) o mapeamento dos grupos que atuam na cidade através da coleta de recortes de jornais eletrônicos que noticiaram os eventos de protesto e atos públicos realizados pelos grupos, b) a observação direta dos eventos promovidos pelos grupos em questão, c) a análise de documentos e notícias coletadas que permitiu a apreensão das formas de ação e organização dos grupos, além das articulações estabelecidas entre os mesmos o que possibilitou com a catalogação dos militantes, os primeiros contatos com os atores que compõem os

grupos e d) a realização de entrevistas com o objetivo de apreender as articulações entre os movimentos e os padrões de engajamento militante juvenil na cidade.

A relevância da pesquisa para os estudos recentes sobre participação política juvenil se projeta no campo teórico e empírico. No primeiro, a pertinência teórica, se faz presente na medida em que permite revelar as práticas políticas juvenis, formas de contestação e os principais veículos organizacionais pelos quais os jovens se reúnem em torno de pautas de reivindicações. A importância empírica da dissertação, por sua vez, está relacionada ao mapeamento do contexto político local dos movimentos de juventude, como também ao exame do Coletivo Debaixo que surge após do Ciclo de Protesto de 2013 e, sendo assim, nos ilustram as práticas políticas da geração que criaram coletivos a partir daquele momento histórico.

Para sistematização dos dados e encaminhamento dos objetivos da pesquisa, a estrutura da dissertação está dividida em quatro capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, *Espaços de Atuação Política Juvenil em Sergipe*, serão apresentados os principais espaços de atuação juvenil em Sergipe, tendo como base os principais grupos e as organizações que mobilizam os jovens no estado. Para isso, a partir de uma revisão bibliográfica e análise de jornais, destacaremos as dinâmicas locais e o processo das articulações políticas na cidade de Aracaju.

O segundo capítulo *“Isso tudo pra mim se resume em um ato político”*: *Gramática Política e Coletivo Sarau Debaixo* tem como objetivo investigar a gramática política construída pelo grupo, em parte, com base em um conjunto de anotações de observações participante, análise de documentos coletados e entrevistas realizadas.

O terceiro capítulo, *A difusão do Sarau enquanto forma de contestação, lazer e espaço de socialização política*, destaca o processo de propagação do Sarau pelo estado de Sergipe. Hoje já é possível identificar a utilização do Sarau em várias cidades do interior sergipano como Estância, Lagarto, Tobias Barreto e Simão Dias. Em todos esses casos, a utilização do Sarau enquanto repertório de ação e espaço de socialização política traz consigo um conjunto de semelhanças com o Sarau Debaixo que é uma referência para esses grupos, assim como distinções significativas como a presença de empresas financiadoras.

Por fim, a *Conclusão* sintetiza os principais resultados da pesquisa, acentua os questionamentos que derivaram da inserção nesse campo de estudo, como também, demonstra as principais tensões entre os argumentos teóricos utilizados nos últimos anos para explicar o tipo de ação coletiva abordado na dissertação e os dados empíricos encontrados.

O processo de construção do objeto de estudo e inserção no campo de pesquisa

Alguns estudos realizados anteriormente em projetos de pesquisa sobre a “Inserção Social e Padrões de Carreiras de Funcionários de Partidos Políticos”, as “Gramáticas Políticas, Dinâmicas Organizacionais e Atuação Profissional em Partidos Políticos” e as “Gramáticas de Construção da Campanha do Transporte Público e Gratuito entre 2011 e 2013”, além de monografia sobre as Juventudes Partidárias são alguns dos antecedentes acadêmicos e que acompanham de alguma maneira na construção do objeto de pesquisa. Além disso, essas pesquisas auxiliaram para a compreensão da dinâmica de circulação de militantes e as relações de alianças e conflitos entre grupos, movimentos sociais e partidos políticos destacados no primeiro capítulo.

A construção inicial dessa pesquisa tinha como objeto de pesquisa as “novas” formas de contestação juvenil em Aracaju. Para isso, o projeto apresentava alguns grupos que representariam essas “novas” formas de ação coletiva. No entanto, ainda nessa primeira apresentação do projeto, a concepção de “novo” foi criticada por alguns membros que indagavam o que o projeto qualifica como “novo” e distingue do “velho”. Essa crítica acompanha a construção do objeto de pesquisa que passa por mudanças cruciais e, ao final do primeiro semestre do curso, tem o Coletivo Debaixo como o objeto da dissertação.

As questões iniciais de investigação das “novas” formas de ação coletiva permanecem, no entanto, com a análise do Coletivo Debaixo, elas aparecem como uma possível qualidade que surge após a inserção no campo de pesquisa e não como uma qualificação que pré-define o objeto analisado. E mais, as questões do “novo” e

do “velho”, como serão demonstradas durante a dissertação, aparece como uma disputa entre os movimentos sociais no qual o “velho” são as formas de organização e ação coletiva mais ligadas a um *ethos* partidário e o “novo” se relaciona, por exemplo, com as tentativas de desburocratização das organizações e formas de ação coletiva e a horizontalidade das hierarquias. No campo empírico, como será demonstrado, as qualidades acerca do que é uma “velha” ou “nova” forma de ação coletiva – o que nos faz afirmar e diferenciar entre as “novas formas de ação coletiva” e as “tradicionais formas de ação coletiva” – se combinam no processo de elaboração de modelos organizacionais e repertórios de ação coletiva.

O apartidarismo, por exemplo, é uma das grandes qualidades dos “novos movimentos sociais”, inclusive entre os atores que fazem parte do recorte empírico desse trabalho. No entanto, é notório o apoio sistemático a candidatos políticos de um determinado partido, a participação de um mesmo militante em coletivos que orbitam o mesmo partido e, em alguns casos, aliado a uma antiga filiação partidária como elemento recorrente na história de vida desse militante. Com isso, antes de qualificar como um “movimento partidário” por causa dessa evidência de vínculos partidários mesmo quando um coletivo ou movimento se declara “apartidário” buscamos investigar, a exemplo de uma questão formulada por Carrano (2012), qual o lugar dos partidos nesses movimentos sociais.

Nesse sentido, as críticas que já se apresentam na defesa do projeto no processo seletivo, ressurgem durante o processo de pesquisa com outro enfoque, haja vista, através da percepção de como o “novo” e o “velho” aparecem no trabalho de campo e o significado que essas qualidades adquirem sempre que são acionadas nos discursos dos atores e organizações. A partir disso, o projeto tem como foco a análise do Coletivo Debaixo, grupo que surge após as manifestações de junho de 2013 em Aracaju ao invés de investigar “as novas formas de atuação juvenil”.

O primeiro contato estabelecido com o Coletivo Debaixo aconteceu quando ainda não havia a pretensão de realizar algum tipo de pesquisa sobre o grupo. Foram nas manifestações de junho de 2013 enquanto produzia diários de campo sobre os protestos. Após as manifestações, o Coletivo Debaixo iniciou suas ações após alguns meses e participei enquanto um simpatizante e público das ocupações realizadas pelo grupo. Naquela ocasião já era evidente que o grupo também era uma consequência

das manifestações de junho de 2013 e configurava um campo de investigação sobre as consequências das Jornadas à medida que o grupo já desenvolvia uma narrativa que se relacionava com as manifestações daquele mesmo ano. Após esse contato, o próximo seria em 2015 com a realização desta pesquisa.

A inserção no campo se deu a partir de duas ferramentas metodológicas: as conversas informais e construção de redes de informantes e a catalogação de dados de notícias em jornais eletrônicos. No primeiro caso, comecei a pesquisa com o objetivo de construir um amplo mapa de movimentos sociais de juventude em Aracaju para compreender a relação entre esses grupos e o que significa ser militante de um movimento desse tipo na capital sergipana. Para isso, foram necessárias algumas conversas despreziosas que tive o prazer de ter com uma colega do curso de Ciências Sociais que no momento estava na graduação e pesquisando a presença de mulheres em grupos de hip hop na mesma cidade. Além disso, considerar o lugar de onde essa estudante falava até porque ela possuía vínculos com movimentos sociais de juventude. Essa consideração e cautela se deram com o cruzamento de dados coletados nos jornais eletrônicos e, com isso, montei o mapa de movimentos de juventude que será apresentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Sendo assim, os atores que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa estão divididos em dois grupos: os informantes e os entrevistados. Os informantes foram aqueles atores sociais que não tinham envolvimento direto com o Coletivo Sarau Debaixo, objeto de pesquisa, mas que trouxeram narrativas a partir de uma posição “de fora”. O papel dos informantes foi fundamental na pesquisa, à medida que, através de conversas informais, principal via de acesso a esse grupo de atores, revelou-se um conjunto de dramas e questões que dificilmente teriam sido revelados em entrevistas formais e com o uso do gravador. No entanto, as falas e interpretações dos informantes sobre os eventos relatados precisaram ser comprovados com outras fontes de informação como a observação participante e a análise de documentos, pois, algumas dessas narrativas desenvolvidas pelos informantes tinham, entre outros objetivos, disputar um espaço político de militância juvenil, afinal, os informantes também eram militantes de outros movimentos sociais.

Por sua vez, o grupo dos entrevistados é composto pelos atores sociais envolvidos no Coletivo Sarau Debaixo. Nesses casos, o principal objetivo em

entrevistá-los foi o de compreender a dinâmica organizacional do Coletivo Sarau Debaixo, assim como, as formas de ação e gramáticas políticas desenvolvidas por esse grupo.

A catalogação de dados em jornais eletrônicos auxiliou também na composição das redes de movimentos sociais e os padrões de relações de “aliança” e “conflito” entre os grupos. Os dados catalogados compreendem a 150 notícias de coletivos como a Aliados Pelo Verso, Coletivo de Mulheres de Aracaju, Coletivo Quilombo, Levante Popular da Juventude, Coletivo Debaixo, Juventude Conservadora, Movimento Não Pago, Marcha Mundial de Mulheres, Coletivo Mão Roxa, Nação Hip-Hop, Movimento RUA e juventudes partidárias. As notícias foram organizadas em um software de análise qualitativa e analisadas a partir dos eixos “como atuam”, “como se organizam”, “história dos movimentos”, “líderes”, “relação com outros grupos” e “pautas dos grupos”. A análise por eixo possibilitou elaborar as redes de relações juntamente com as possibilidades de engajamento em Aracaju, no período em que surge o Coletivo Debaixo, assim como qual a localização do Coletivo Debaixo nos padrões de relações dos grupos catalogados.

Portanto, a “descoberta” do Coletivo Debaixo, semelhante à “descoberta de Corneville” por Foote Whyte (2005), aconteceu a partir do uso dessas múltiplas fontes de material empírico e ferramentas metodológicas de base qualitativa. Paralelamente, esses diferentes dados permitiram confrontar as versões de uma mesma narrativa e reconstruir eventos específicos como as manifestações de junho de 2013, assim como as relações estabelecidas entre os grupos e os padrões de organização e ação do coletivo analisado.

CAPÍTULO I: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO POLÍTICA JUVENIL EM SERGIPE

O objetivo desse capítulo consiste em elaborar o cenário das formas de engajamento político juvenil em Sergipe, a fim de compreender as formas de engajamento militante e o lugar onde Coletivo Debaixo está situado nesse cenário político. Para tanto, serão utilizados um conjunto de dados coletados em jornais eletrônicos locais veiculados e a literatura produzida (MARCON & FILHO, 2012; SANTOS, 2015; LISBOA, 2015; SANTOS, 2014 CHARLOT, 2006) sobre o tema da participação política juvenil no estado.

Os trabalhos desenvolvidos sobre a participação política juvenil em Sergipe são fundamentais na medida em que, juntos, fornecem um conjunto amplo de organizações que mobilizam os jovens sergipanos. O trabalho de Charlot (2006), a partir de uma enorme pesquisa que buscava identificar os comportamentos juvenis, identifica a inserção de jovens nos seguintes espaços de mobilização juvenil: as organizações religiosas, estudantis, esportivas, partidárias, cultural (teatro, dança, etc.), de ajuda ou serviço à comunidade, trabalhista (sindicato, grêmio, etc.), de bairro, ecológica, grupos de orientação sexual e grupos étnicos. Apesar da pesquisa não ter a intenção de especificar e identificar as organizações que compõem cada forma de participação política, o trabalho apresenta alguns caminhos possíveis para o engajamento militante dos jovens em Sergipe. Paralelamente a isso, têm os estudos de Marcon e Filho (2012) sobre as *posses*⁴ de hip hop e sua atuação, principalmente nas zonas periféricas de Aracaju, a monografia realizada por Santos (2014) sobre o movimento Não Pago e a luta pela causa do transporte público em Aracaju e outra monografia, dessa vez produzida por Lisboa (2015) sobre a União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES) que mobiliza jovens em várias escolas do estado. As formas de ocupação do espaço urbano como o centro da cidade com o movimento Não Pago e as zonas norte e oeste da capital com a ALPV (Aliados Pelo Verso) e as escolas junto a USES também é outro aspecto que os trabalhos citados acima demonstram. O espaço de Aracaju, capital sergipana, se torna parte fundamental da

⁴ As posses são os diferentes grupos de hip-hop.

identidade dos grupos que se relacionam com as pautas de reivindicação, assim como os alvos principais de mobilização.

Além da literatura, foi utilizada a pesquisa em jornais eletrônicos de Sergipe como o Jornal da Cidade, Infonet, Jornal de Sergipe e outros sites como a revista REVER e o Bagaceira Talhada – sendo esses últimos colaboradores do Coletivo Debaixo –, permitindo que a pesquisa identificasse o nome dos grupos, coletivos e movimentos sociais de juventude presentes, a partir dos anos 2000, na cidade de Aracaju. Entre os grupos catalogados estão a Juventude Conservadora de Sergipe, o Coletivo Quilombo, o Levante Popular da Juventude, o Coletivo Debaixo, o Coletivo Mão Roxa, a Marcha Mundial das Mulheres, o Coletivo de Mulheres de Aracaju, o Movimento Não Pago, o grupo de hip hop Aliados Pelo Verso, o movimento RUA – Juventude Anticapitalista, o coletivo Alicerce, o coletivo Insurgência e a Pastoral da Juventude. Esses grupos compõem os diversos espaços possíveis de atuação juvenil em Aracaju com uma heterogeneidade de pautas e perfis militantes.

Para proceder na investigação dessas redes de movimentos sociais em Aracaju, a metodologia aplicada aos recortes de jornais foi a construção de eixos analíticos e, em seguida, a alimentação de dados desses eixos. Nesse sentido, os focos de análise das notícias foram identificação dos a) repertórios de ação utilizados, b) as formas de organização adotadas pelos grupos, c) principais lideranças e d) as relações estabelecidas com outros movimentos sociais e partidos políticos. Com isso, a catalogação dos recortes de notícias dos jornais possibilitou reconstruir o cenário em que os movimentos de juventude atuam, organizam-se e conduzem relações de disputas e alianças.

As formas de atuação dos movimentos de juventude em Aracaju ocorrem através dos grupos de formação política, de intervenções públicas através de eventos culturais nas periferias como, por exemplo, a ALPV, o Coletivo Debaixo e o Levante Popular da Juventude. Os atos de protesto também são outras formas utilizadas pelos movimentos de juventude, principalmente a partir de eventos e datas específicas como o dia Internacional da Mulher, a Marcha das Vadias, a Marcha da Maconha, a parada LGBT, mas também algumas pautas de relevância nacional como a luta pela aprovação do projeto de lei que pretende reduzir a maioridade penal para dezesseis anos e a proposta de reforma política. A construção do ato de protesto e a forma de

ação utilizada por esses grupos, às vezes depende das relações que estabelecem com as elites políticas que atuam no estado ou município. Sobre isso, os jornais permitiram perceber que muitos atos políticos organizados em torno de pautas em disputa por diversos grupos como a étnica de gênero ou relacionada com o tema da juventude, ocorrem a partir de duas formas de ação. Primeiro aqueles grupos que possuem uma afinidade com os partidos políticos presentes nos cargos de governador e prefeitura e que utilizam os atos de conscientização na presença de suas alianças políticas como: deputados, vereadores e importantes lideranças políticas. E segundo, aqueles grupos que em situação de oposição ao governo vigente no estado, realizam atos de protesto com passeatas, intervenções na cidade e encaminhamento de cartas ao governo e as principais lideranças que compõem a situação.

1.1. Entre a rua e a institucionalidade: o caso das formas de contestação contra o aumento do transporte público entre 2015 e 2016

Sobre as duas formas de ação destacadas acima, os protestos desenvolvidos entre os anos de 2015 e 2016 contra o aumento da tarifa do transporte público em Aracaju ilustram essas duas dinâmicas de ação coletiva na cidade que, ressaltamos, estão intimamente relacionadas com as redes de movimentos sociais que constroem tais ações de contestação. De um lado a campanha do #VetoPopular desenvolvida pelo Levante Popular da Juventude e com a participação de outros grupos a ele vinculados cuja principal forma de contestar o aumento da tarifa do transporte público é a coleta de assinaturas em espaços públicos da cidade para a construção de um veto popular com o maior número de registro de pessoas que se declaram contra o aumento da tarifa. De outro lado a Frente Contra o Aumento da Passagem liderada pelo Movimento Não Pago, movimento social que luta contra os constantes aumentos da passagem do transporte público na cidade, e com o apoio de grupos como a juventude do PSTU, a ANEL, a juventude do PCB, o movimento RUA – Juventude Anticapitalista, juventude do PSOL etc., cujo repertório de ação por excelência foram os protestos públicos com cartas de repúdio. Sendo assim, a campanha foi marcada por dois movimentos contra o aumento da tarifa, o #VetoPopular e a Frente Contra o Aumento da Passagem.

No dia 21 de dezembro de 2015, com muita pressão por parte dos movimentos sociais, coletivos e partidos políticos envolvidos na disputa pelo preço da tarifa de ônibus e ampla repercussão na mídia, último dia de sessão plenária na Câmara Municipal de Aracaju (CMA), foi aprovado o aumento de 14,81% na tarifa de ônibus que passaria de R\$2,70 para R\$3,10. Na ocasião, dez vereadores votaram a favor do aumento. Entre eles, nove foram contrários e houve duas faltas e duas abstenções.

Nessa mesma manhã, enquanto estava sendo votado o projeto que aumentava o preço da tarifa de ônibus, coletivos, movimentos social e partidos políticos como o Movimento Não Pago e a Frente Contra o Aumento da Tarifa, o Levante Popular da Juventude, a União Nacional dos Estudantes e o Movimento Rua realizaram um ato com concentração na Praça Fausto Cardoso localizada no centro da cidade e atrás da câmara municipal e com caminhada até a frente da câmara municipal que se localiza em uma praça vizinha⁵.

Com a concretização do aumento da passagem no dia 21 de dezembro em paralelo a um conjunto de desconfiças em relação aos valores dos cálculos presentes nas planilhas de gastos que justificaram o aumento do valor da tarifa e a legitimidade da votação de um projeto votado no último dia de sessão na câmara, a Frente Sergipana Brasil Popular composta por movimentos sociais, coletivos, sindicatos e partidos políticos lançou a campanha do Veto Popular no dia 06 de janeiro de 2016. A primeira reunião pública aconteceu no auditório da Defensoria Pública do Estado, dia 05 de janeiro, para apresentar a proposta para os meios de comunicação local e o lançamento da campanha aconteceu no dia seguinte no Sindicato dos Bancários. O Veto Popular consiste:

O Veto Popular é a rejeição por parte da população municipal de lei aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito. Em regra, o povo não participa do processo legislativo, a não ser que faça uso desse instrumento e, assim, rejeite a lei. De acordo com um dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal de Aracaju, o veto popular é apresentado à Câmara de Vereadores e deve ser subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal.

Serão necessárias aproximadamente 20.000 (vinte mil) assinaturas para que o Veto Popular possa ser apresentado. Qualquer cidadão

⁵ Ver <http://www.f5news.com.br/noticia/26047/passagem-de-onibus-na-grande-aracaju-vai-custar-r-310-em-2016-.html> e <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/12/movimento-nao-pago-protesta-contra-reajuste-de-passagem-para-r-375.html>.

que tenha título de eleitor e vote em Aracaju pode assinar. (SINTESE, 2016)

A campanha do Veto Popular é uma articulação que emerge em 2016 com o objetivo de vetar, como já indica o nome da campanha, o aumento da tarifa. Essa articulação é composta por grupos como o Levante Popular da Juventude, a União Geral dos Trabalhadores em Sergipe (UGT-SE), a UGT Jovem, a Federação dos Empregados no Comércio e Serviços de Sergipe (FECOMSE), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), O Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos em Sergipe (MOTU-SE), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES) e vereadores como o Iran Barbosa. Esse conjunto de organizações articuladas em torno da campanha do Veto Popular são movimentos sociais, sindicatos e centrais trabalhistas com diferentes tipos de vinculação com o Partido dos Trabalhadores (PT) no estado e constituem a base de mobilização desse partido.

A emergência e inserção desses movimentos sociais na campanha contra o aumento do transporte público desde o final de 2015 e durante o ano de 2016 inseriu novas estratégias de ação coletiva e redes de movimentos sociais em torno dessa causa.

Dilema da ação institucional e não institucional nota de diário de campo

06.01.2016

Observação do ato da Frente Contra o Aumento da Passagem

Era uma tarde e estava sendo realizado um protesto na praça Camerino, localizada no centro de Aracaju e fica às margens de vias de importante circulação de ônibus e carros particulares, a Ivo do Prado, também conhecida como Rua da Frente e a avenida Barão de Maruim. O itinerário consistiu na concentração na Praça Camerino com a passada em escolas estaduais localizadas no entorno da praça, são três grandes escolas, em uma passeata que passava pelas principais ruas do centro da cidade, a leitura de uma carta pública em frente à Câmara de Vereadores

de Aracaju, local de votação do aumento da passagem, e o bloqueio do cruzamento das avenidas Barão de Maruim e Hermes Fontes, local de grande circulação de veículos.

Durante esse protesto que teve a participação da Frente Contra o Aumento da Tarifa e o Movimento Não Pago, foi importante perceber como, durante a concentração do ato, era justificado aquele tipo de ação em crítica aos repertórios de ação mobilizados pela campanha do Veto Popular. Disse um líder do Movimento Não Pago com o microfone na mão “É preciso lutar nas ruas, as ruas são os nossos espaços de luta. Nós não vamos lutar no Estado e no gabinete”. “O Estado e o gabinete” foi a escolha de luta do Veto Popular por ter como foco de contestação a revogação a partir de dispositivos legais. Além disso, a campanha do Veto Popular utilizou pouco dos recursos de protestos de ruas com maior “radicalização” como as passeatas e bloqueios de ruas como no caso dos atos da Frente Contra o Aumento da Tarifa. Por fim, também é preciso destacar que são grupos que disputam a causa do transporte público.

Por um lado, a Frente Contra o Aumento da Tarifa e o Movimento Não Pago que articula movimentos sociais, coletivos e partidos políticos da Frente de Esquerda como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)⁶, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Movimento RUA – Juventude Anticapitalista, a União da Juventude Comunista (UJC) e outros movimentos vinculados a esses partidos. E por outro lado, a campanha do Veto Popular que articula movimentos da base do Partido dos Trabalhadores em Aracaju. Além disso, é importante destacar que o Liberte-SE, movimento estudantil com orientação política e perfil militante distinto dos demais movimentos da Frente Contra o Aumento da Tarifa e o Veto Popular, se reuniu, nesse período, com o órgão da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT).

⁶ Naquele momento, o PSTU ainda estava na composição da Frente de Esquerda em nível nacional e local, mas rompe com a “Frente” por discordâncias de interpretação e posições em relação ao “Fora Temer” durante o ciclo de protestos que marca o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Von Rousseff.

A decisão da Câmara Municipal de Aracaju de aumentar o preço da tarifa do ônibus de R\$2,70 para R\$3,10 é um momento fundamental para a criação de mobilizações. Antes da votação em relação ao aumento da passagem, os grupos já se mobilizam para ganhar o apoio de vereadores e da opinião pública e, com isso, buscam conter o aumento da Tarifa. No entanto, o momento da decisão na câmara municipal é um “evento crítico” ou o “momento de mobilização” (JASPER, 2016), ou seja, é um acontecimento que estimula o início de um conjunto de ações coletivas organizadas como, nesse caso, os protestos da Frente Contra o Aumento da Tarifa, as negociações com o órgão de trânsito da SMTT com o Liberte-SE e a coleta de assinatura do Veto Popular.

Os atos de protesto promovidos pela Frente Contra o Aumento da Tarifa e o Movimento Não Pago iniciaram no dia em que o aumento foi votado. Todavia, os atos de protesto não pararam no dia 21 de dezembro de 2015, mas fizeram parte de um calendário de protestos durante o ano de 2016. Entre os atos realizados estão a Reunião Contra o Aumento da Tarifa no dia 22 de dezembro de 2015, as mobilizações no Terminal de Ônibus Zona Oeste e Maracaju nos dias 28 e 29 de dezembro de 2015, a segunda Reunião Contra o Aumento da Tarifa no dia 03 de janeiro no Teatro Tobias Barreto, as mobilizações no bairro Santa Maria nos dias 10 e 12 de janeiro, as Manifestações Contra o Aumento no dia 06 e 21 de janeiro⁷, a Reunião Aberta no dia 16 de janeiro no pátio do Teatro Tobias Barreto, a mobilização no Terminal DIA no dia 28 de janeiro, a Reunião Pela Redução da Tarifa no dia 30 de janeiro e o ensaio do bloco de carnaval de rua “Nós Não Vamos Pagar Nada” no dia 03 de fevereiro que saiu nas ruas no dia 05 de fevereiro.

A campanha do Veto Popular, lançada ao público em 6 de janeiro e iniciada no dia 16 de janeiro, foi desenvolvida com o objetivo de coletar vinte mil assinaturas, correspondente a 5% do eleitorado aracajuano, de moradores da cidade de Aracaju onde o serviço de transporte público coletivo é oferecido. A estratégia de coleta das assinaturas, principal repertório de ação coletiva mobilizada pela campanha do Veto Popular, ocorreu através de “pontos de coleta” ou “mutirão de coleta”, local onde era

⁷ Ver <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/01/protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-e-realizado-em-aracaju.html>.

feita a coleta dos dados das pessoas interessadas em colaborar com a campanha. Para a coleta, era necessário que os apoiadores fossem eleitores da cidade e preenchessem um formulário com: I) nome que consta na identidade, II) o nome da mãe, III) a assinatura por extenso ou impressão digital e IV) a data de nascimento como mostra um exemplar de cartaz de divulgação na imagem 1.



Imagem 1

Os pontos de coleta foram distribuídos por lugares públicos como calçadões do centro da cidade, a Orla da Atalaia, feiras de bairro, paróquias, instituições de ensino superior como a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Universidade Tiradentes (UNIT), durante o mês de fevereiro, época de carnaval, em blocos de rua como o “Bloco Siri na Lata” e “Bloco da Resistência”, assim como em prédios de setores públicos tal como o Sindicato dos Bancários, a sede do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Defensoria Pública do Estado e da União e escritórios de importantes políticos da rede de movimentos do Veto Popular como o da Deputada Estadual Ana Lúcia e o escritório do mandato do Deputado Federal João Daniel.

No dia 24 de fevereiro, após um pouco mais de um mês do início da campanha do Veto Popular, as organizações responsáveis pela coleta de assinatura já tinham alcançado a meta de vinte mil assinaturas coletadas.

Essa dupla dinâmica de contestação também reflete as articulações referentes às redes de movimentos sociais que apresentaremos logo em seguida, o que demonstra o cenário de articulações e formas de ação que se estabelece em Aracaju. Era muito comum, aqueles que acompanhavam os protestos, perceber nas falas dos militantes da campanha da Frente Contra o Aumento da Passagem algumas divergências desse grupo com as estratégias de mobilização e ação do #VetoPopular. O principal argumento dessas críticas era o caráter formal que a campanha do #VetoPopular estabeleceu através da utilização do recurso da coleta de assinaturas, para os militantes da Frente Contra o Aumento era preciso “estar na rua” e protestar. Essas divergências demonstram também as diferentes formas de ação e a crítica da Frente Contra o Aumento em relação ao caráter “menos” contestatório da campanha #VetoPopular.

As ações do grupo Aliados Pelo Verso (ALPV) durante as administrações de Marcelo Déda (PT) no governo e Edvaldo Nogueira (PCdoB) na prefeitura e a visibilidade adquirida pelo grupo, nesse sentido, não estão deslocadas das articulações políticas empreendidas (MARCON & FILHO, 2012). As alianças políticas estabelecidas nesse período, ainda refletem em um conjunto de ações elaboradas pelo grupo durante os anos de 2012 e 2014 como 1) a realização de curso de Metareciclagem de Computadores e Audiovisual para jovens de comunidades periféricas do Coqueiral e Japãozinho no dia 22 de maio de 2012 e o apoio da coordenadoria municipal de Igualdade Racial e a coordenadoria da Central Única das Favelas e as coordenadoras do Gesac/Seed (Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão), 2) a realização do I Fórum Nacional de Hip Hop que ocorreu no Bairro Industrial entre os dias 13, 14 e 15 de julho de 2012 quando foi debatido a questão do jovem enquanto problema social, a temática do protagonismo juvenil, além da atuação política, social e econômica da juventude, o evento contou com a presença do secretário municipal de participação popular e 3) a organização e realização do curso “Realidade Brasileira” nos dias 15 e 16 de junho de 2013, o curso ocorreu no FETASE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe), localizado no povoado Quissamã com o apoio do MST, da CUT, do MOTU e do Levante Popular da Juventude.

1.2 Redes de Movimentos Sociais e Trânsito Militante em Sergipe

Esses diferentes repertórios acionados pelos grupos como os atos de protesto, as passeatas, intervenções culturais, encaminhamento de cartas ao governo, a promoção de cursos e eventos vinculados à prefeitura são considerados as formas de ação dos movimentos de juventude em Aracaju.

Esse conjunto de repertórios de ação utilizado pelos movimentos sociais e citados acima desafia os pressupostos da “externalidade” e “confrontação”, como salienta Silva (2015) presente nos estudos da *contentious politics* ou na sociologia dos movimentos sociais que se desenvolve no Brasil desde os anos de 1970. Segundo esse pressuposto, os movimentos sociais são grupos organizados que agem de um espaço não institucional ou não estatal e em oposição ao “Estado”. No entanto, o que os dados mostram acerca dos repertórios de ação acionados pelos movimentos sociais de juventude em Aracaju é uma diversidade de formas de agir que, oscila entre a contestação e a associação com o Estado. É também preciso destacar que, inclusive para não criar particularismos, essa forma de ação de movimentos sociais não é uma característica presente somente em Aracaju, mas antes constitui uma condição de regimes democráticos. Segundo Silva (2015):

(...) a posição aqui defendida sustenta que sociedades democráticas tendem a apresentar oportunidades significativas de trânsito dos atores por sobre aquelas fronteiras, redefinindo não apenas as formas de interdependência entre atores societários e estatais, mas criando também importantes intersecções entre os diferentes espaços de atuação dos mesmos. Processos de redemocratização, tal como vivenciado pelo Brasil, tenderiam a abrir oportunidades de acesso ao Estado para os atores societários e, entre eles, para os atores que integram as redes dos movimentos sociais, reestruturando o posicionamento desses atores entre os espaços da sociedade civil e o Estado. Mais especificamente, integrantes dos movimentos sociais para posições abertas no espaço estatal (muitas dessas posições sendo fruto das demandas dos próprios movimentos), que assim torna-se crescentemente um espaço significativo para a (re)produção dos próprios movimentos. (SILVA, 2015, pg. 144-145)

E sobre o Brasil:

Observando as organizações e ativistas que conformam as redes movimentistas no Brasil, é claramente perceptível a combinação, em maior ou menor grau, de repertórios confrontacionais com outras formas de ação – mudas delas institucionais – que não são apenas esporádicas, mas também conformam padrões definidores do que são esses movimentos. Atuação em instituições participativas, vinculação a partidos políticos, eleição de membros para cargos no Executivo ou Legislativo, ocupação de cargos estatais, celebração de convênios com órgãos do Estado, atuação na implementação de políticas públicas, entre outras, são formas de ação que crescentemente envolveram organizações e ativistas de movimentos sociais a partir do processo de redemocratização (e, em alguns casos, até mesmo durante o período autoritário), articulando-se de distintas formas e intensidades com repertórios confrontacionais dos quais essas organizações e ativistas, em geral, não abriram mão. (SILVA, 2015, pg. 151)

A característica de associação entre os movimentos analisados nessa dissertação e o Estado, assim como a utilização de repertórios de confrontação, de implementação de cursos, de “projetos de conscientização” etc., refletem alterações na dinâmica dos movimentos sociais do Brasil. Com isso, a prerrogativa de que as formas de contestação e confronto político estão localizadas em uma estrutura de oportunidades de agir e que, por vezes, é responsável por modular em formas e modelos específicos de ação em Tarrow e McAdam (2011) é uma ferramenta importante para compreender a construção dos repertórios desses movimentos sociais.

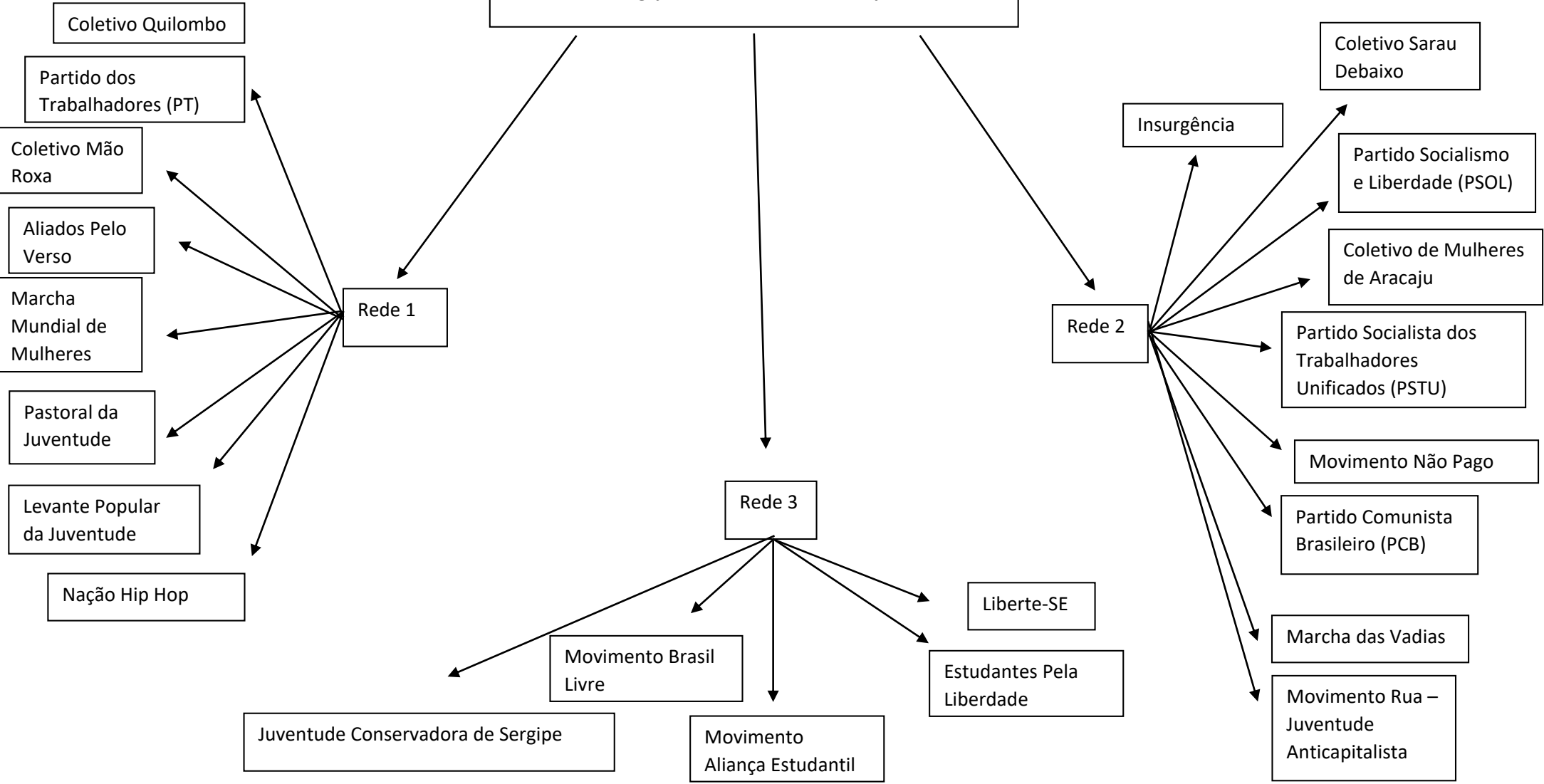
Nesse sentido, a relação entre os movimentos de juventude e os partidos políticos é outro ponto importante para a compreensão da dinâmica dos grupos. Ao analisar as notícias de jornais, realizar as observações participantes e conversas informais com alguns militantes, começou a surgir uma rede de movimentos sociais (Ver Esquema 1., pg. 26) que conduziam relações de afinidades e disputas. De um lado, um bloco composto pelo Coletivo Quilombo, Levante Popular da Juventude, o Coletivo Mão Roxa, o Aliado Pelo Verso e a Marcha Mundial de Mulheres e, do outro lado, uma segunda rede de movimentos composto pelo Coletivo Debaixo, o Coletivo de Mulheres de Aracaju, o Movimento Não Pago, a Marcha das Vadias, etc.

As duas redes de movimentos tal como está ilustrado no Esquema 1 (Ver página 26) envolvem três níveis de integração e interdependência entre os grupos.

Primeiro, as relações de composição ou recursos humanos através do engajamento múltiplo. Nesse caso, os jovens militantes que atuam nas redes de movimentos participam de dois ou mais grupos que as compõe, constituindo assim, um trânsito de militantes em determinados espaços e grupos. Segundo, as relações de apoio de recursos materiais configuram outra maneira de interdependência e interação entre os grupos. Os recursos materiais são, por exemplo, os carros de som para a realização de atos de protesto, os espaços e sedes para a organização de grupos de formação política, palestras e outros eventos e/ou o apoio com recursos financeiros para a reforma de espaços ou compra de equipamentos. E finalmente, as relações de afinidades de pautas que aqui podemos elencar na construção de atos públicos organizados por mais de um coletivo que compõe a rede em protestos enquadrados em uma determinada causa.

Com isso, o estudo demonstra a partir da elaboração do quadro de redes dos movimentos de juventudes em Sergipe, há antes múltiplas formas de combinação e arranjos organizacionais entre instituições “tradicionais” da política e os grupos juvenis do que uma normativa relação de inovação, autonomia e conflito entre essas organizações. No entanto, é preciso destacar, os conflitos e inovações coexistem nessas redes já explicitadas, ou seja, nesse campo de pesquisa, afirmar que são colaboradores não extingue os conflitos e a possibilidade de surgimento de novas formas de ação e organização.

Imagem 2. Redes de Organizações e Possibilidades de Engajamento Juvenil em Aracaju



A dinâmica dos movimentos estudantis e de juventudes em Aracaju a partir dos estudos, que inclusive, destacam o tema demonstram o contrário. Enquanto pesquisas apontam para um processo de diversificação dos movimentos de juventude acompanhado de uma crescente autonomização desses grupos em relação aos partidos políticos, o texto de Costa (2009) sobre a geração de 1980 explicita as relações partidárias dos militantes e a trajetória dos mesmos para o legislativo e funções no governo.

Outro aspecto importante para a compreensão da dinâmica dos movimentos de juventude no estado é demonstrado com a descrição das redes (Ver imagem 1): o paralelo das pautas de reivindicação (Ver imagem 2). Em ambas as redes é percebido a presença das pautas étnicos-afro como os coletivos Quilombo e UNEGRO, as pautas de gênero como Coletivo de Mulheres de Aracaju, a Marcha Mundial de Mulheres e o Mão Roxa, as pautas sobre a condição juvenil e a juventude como o Levante Popular da Juventude, a Juventude Conservadora e o Aliados Pelo Verso e as pautas culturais urbanidades com o coletivo Sarau Debaixo. A pesquisa nos jornais então permitiu detectar as principais pautas que mobilizam os jovens em Aracaju e são objeto de contestação dos movimentos de juventude.

Pautas	Movimentos de Juventude
Étnica-racial	Coletivo Quilombo
Gênero (LGBT, feminina, etc.)	Coletivo Mão Roxa, Marcha Mundial de Mulheres, Coletivo de Mulheres de Aracaju
Transporte público e mobilidade urbana	Movimento Não Pago
Juventude e discriminação da juventude da periferia	Levante Popular da Juventude, Aliados Pelo Verso, Nação Hip Hop
Cidades e ocupação do espaço urbano	Coletivo Debaixo, Ensaio Aberto, Coletivo Entre Becos, Movimento RUA

Cultura	Aliados Pelo Verso, Coletivo Debaixo, Nação Hip Hop
---------	---

Quadro 1

Nessas redes de movimentos, os coletivos juvenis se alargam e estabelecem vinculações com sindicatos, partidos políticos, movimentos estudantis universitários e secundaristas. A partir disso, compõem a dinâmica dos movimentos sociais e as possibilidades de engajamento juvenil em Sergipe. É importante ressaltar que essa imagem é resultado de observações participantes e recortes de jornais sobre os movimentos de juventude atuantes em Aracaju, capital de Sergipe, mas que se estendem aos movimentos de juventude no interior do estado, tendo em vista, que muitos deles possuem sedes na zona rural.

A relação desses movimentos com os sindicatos e partidos políticos, por exemplo, é ponto importante e constitutivo da percepção dos jovens militantes de diversos segmentos e espaço de engajamento, a medida que os discursos de autonomia e horizontalidade dos movimentos sociais é uma questão fundamental das críticas realizadas entre seus pares.

No entanto, as administrações de Marcelo Déda do PT no governo estadual, Edvaldo Nogueira do PCdoB na prefeitura de Aracaju no início dos anos 2000 e a atuação da deputada estadual Ana Lúcia e deputado federal João Daniel foram fundamentais para o fortalecimento de diversos grupos como o Levante Popular da Juventude, o Aliados Pelo Verso, o coletivo Quilombo, a Marcha Mundial de Mulheres e etc. A partir dessas alianças políticas, não somente fortaleceu grupos da base aliada do Partido dos Trabalhadores e movimentos de juventude que se organizam em parceria com o partido, como também impulsionou o surgimento da rede 2 (Ver imagem 1) que tem como principal justificativa o “aparelhamento” e “cooptação” dos movimentos de juventude pelo Partido dos Trabalhadores. O uso dos termos “aparelhamento” e “cooptação” necessitam ser problematizados à proporção que, como foi salientado na imagem que constitui as duas redes de movimentos de juventude, os partidos políticos aparecem em ambas as articulações, todavia, são termos que compõem a gramática política dos movimentos. Para os fins desse capítulo que é explicitar o cenário local onde ocorrem as articulações dos movimentos

de juventude para situar o local do Coletivo Debaixo nesse contexto, é importante perceber que o elemento da íntima relação entre alguns movimentos de juventude e estudantis com o Partido dos Trabalhadores justifica a existência de outra articulação política.

Em torno disso, o Coletivo Sarau Debaixo se situa na Frente de Esquerda, essa última, é uma coligação política que se organizou nacionalmente entre os partidos do PSTU, PCB e PSOL em 2006 e teve a candidata à presidente Heloísa Helena. A Frente de Esquerda está representada na rede 2 (ver imagem 1) com os partidos do PSTU, PCB e PSOL, suas juventudes partidárias e os coletivos e movimentos sociais que compõem o grupo no contexto local. Nesse sentido, apesar de haver uma justificativa para seu surgimento baseada na ideia de “aparelhamento” e “cooptação” dos movimentos sociais pelo Partido dos Trabalhadores, essa mesma relação de interpenetração como ressalta Silva e Oliveira (2011) também está presente na Frente de Esquerda. Para Silva e Oliveira (2011), há uma relação de interpenetração entre os movimentos sociais e partidos políticos, por exemplo, quando os grupos se co-produzem com recursos materiais, alianças políticas e militantes.

A problematização das noções de “aparelhamento” e “cooptação” precisam ser realizadas, nesse caso, no campo dos discursos que os grupos constroem sobre si e os outros. Distante disso, as perspectivas que se estabeleceram no Brasil e na América Latina naturalizaram (COMBES, 2009) o sentido de “aparelhamento e “cooptação” adotado pelos militantes para a construção de problemas sociológicos. Com isso, negligenciando o potencial positivo-analítico do uso desse termo à proporção que refletem disputas e alianças políticas em um determinado contexto. A consequência desses estudos é a construção de abordagens normativas sobre o tema, Silva (2010) destaca três aspectos importantes:

(...) o primeiro aspecto a ser destacado é a forte presença de um enfoque normativo nessa literatura. Isto significa que uma parcela significativa dos trabalhos que a integram adota determinados pressupostos normativos que definem como “deve ser” o objeto de sua análise (...) Como desdobramento dessa normatividade, uma segunda característica presente em parte dessa literatura é o seu caráter prescritivo (...) Por fim, um terceiro desdobramento do engajamento e da normatividade é a restrição do campo de estudos a um conjunto de organizações e movimentos. (SILVA, 2010, pg. 3)

A partir disso, e distante das noções de “aparelhamento” ou “cooptação” e utilizando o termo engajamento múltiplo, as redes de movimentos de juventude em Sergipe apresentam duas dimensões importantes para a compreensão desse cenário local, haja vista, o engajamento múltiplo como recorrente modalidade de atuação política e suas relações com outros movimentos sociais, partidos políticos e a administração pública.

Dessas relações destacadas no parágrafo acima - que não possui nenhum interesse em caricaturar as práticas políticas dos movimentos de juventude nesse contexto local, mas apresentar algumas dimensões recorrentes nas observações empíricas sobre o objeto de pesquisa – são a causa de outro dilema presente entre os grupos: as formas de nomeação e classificação entre os movimentos de juventude. Como foi ressaltado acima, uma das formas de analisar o “aparelhamento” e a “cooptação” é, teórico e metodologicamente, através da análise de redes e engajamento múltiplo que permite o mapeamento dessas relações sem uma normatividade que antecede a investigação dessas interações. O estudo dos conflitos, nomeações e classificação entre os movimentos de juventude também se constitui um outro campo de estudos, haja vista, a utilização da gramática política utilizada pelos jovens.

Nesse segundo campo de estudos, o da gramática política, tem se apresentado outro ponto importante e que ajuda a elucidar a questão do “aparelhamento” e “cooptação” dos movimentos de juventude. As diversas inserções no campo de pesquisa sobre a atuação política juvenil em Sergipe permitiram perceber as relações de hostilidade entre os grupos ao falar sobre seus contatos com os partidos políticos ou coordenadorias e setores do Estado. Inicialmente essa questão se traduz em um problema dos movimentos sociais de juventude, ou seja, suas relações de afinidade e disputa com os outros movimentos.

O problema recorrente da sociologia brasileira que se debruça sobre o tema dos movimentos sociais, como aponta Silva (2010), é não transformar essa questão em uma fonte de problematização sociológica sobre uma dimensão do objeto de pesquisa. Nesse sentido, ou seja, enquanto parte constitutiva dos movimentos de juventude enquanto um objeto de pesquisa, as denominações “esse movimento é

aparelhado” e “o movimento estudantil secundarista em Sergipe é tomado pelo PT” aponta para uma ambiguidade na relação entre os movimentos sociais de juventude. Parte dessas classificações que estão presentes na gramática política dos movimentos de juventude, são importantes para perceber a criação de novos grupos como os “coletivos” juvenis que, apesar de não ser denominado de “Juventude do PT”, “Juventude do PSC” ou “Juventude do DEM”, possui uma interação com os partidos políticos. Sendo assim, a gramática utilizada para definir o outro revela uma ambiguidade – que não é novidade como salienta Mische (2008) – da relação dos jovens com os movimentos sociais e partidos políticos.

Em suma, esse capítulo apresenta o cenário em que os movimentos de juventude atuam em Sergipe, em especial, Aracaju. Desde já, ressalto o desafio em construir esse capítulo, tendo em vista a ausência de material sobre o assunto, exigindo assim, a (re)construção desse contexto em um mosaico construído através de matérias de jornais, a utilização da pouca literatura de pesquisas realizadas sobre o tema e de diversas inserções no campo. Ainda assim, alguns elementos expostos nesse capítulo, ajudam a compreender alguns padrões como as redes dos movimentos sociais de juventude e suas relações com os outros grupos, as principais pautas de mobilização, assim como seus espaços de atuação, organização e socialização política.

1.3 O Ciclo de Protestos de 2013: contexto de surgimento do Coletivo Debaixo

Esse tópico tem como objetivo, a partir das análises e descrição sobre o cenário das redes de movimentos juvenis em Aracaju, como também os padrões de atuação inserir o contexto de surgimento do Coletivo Debaixo. Para isso, segue nas próximas páginas uma descrição da dinâmica do Ciclo de Protestos de 2013 em Aracaju, conhecido como “Acorda Aracaju”. Nesse sentido, iremos destacar principalmente a dinâmica das manifestações na cidade de Aracaju. Concluimos como inevitável destacar esse ciclo de protesto, na medida em que, como mostramos

a seguir, o Coletivo Debaixo tem as “Jornadas de Junho”⁸ como o seu “mito de origem”. Antes disso, ressaltamos que o significado atribuído à noção de “mito” não se refere a um falseamento da história, mas antes ao sentido dado pelos atores para um determinado evento, ou seja, um ponto de vista sobre um acontecimento. E mais, sentido esse que não somente é significado pelos atores do coletivo, como também, reconhecido por militantes de outros movimentos sociais. O material utilizado para recompor esse contexto, é resultado da observação de participantes durante o Ciclo de Protestos de 2013 em Aracaju enquanto participava da disciplina Teorias da Ação Coletiva e integrante do Laboratório de Estudos do Poder e da Política da Universidade Federal de Sergipe estiveram coletando dados.

A história do Coletivo Debaixo em Aracaju se confunde com as manifestações de 2013 que ocorreram nas principais capitais e cidades do Brasil. Por isso, antes de entrar nos detalhes sobre o coletivo, será registrado como aconteceu o ciclo de protesto de 2013 em Aracaju e suas principais implicações para os movimentos sociais.

As manifestações de junho de 2013 ficaram intituladas, para alguns estudiosos e para o público de Jornadas de Junho de 2013, e para outros, Ciclos de Protesto de 2013, este último, com uma referência à teoria da *contentious politics* e a noção de ciclo de protesto, ficou reconhecida, em Aracaju, como Acorda Aracaju.

Ao todo, houve cinco edições do Acorda Aracaju que ocorreram entre os dias 20 de junho e 11 de julho de 2013. Em Aracaju, os protestos foram marcados pela heterogeneidade dos atores sociais envolvidos, sendo possível perceber grupos religiosos, movimentos de juventude, movimentos populares, associações de bairros, grupos organizados por moradia popular (esses reivindicavam questões locais pela aceleração de algumas medidas do estado e prefeitura pela moradia popular no recente bairro 13 de março na periferia da capital), partidos políticos, centrais sindicais, grupos de jovens como os skatistas e os *punks*, movimentos estudantis secundaristas e universitários, assim como, e não menos importante, os moradores das ruas e avenidas por onde as manifestações passaram e, por curiosidade ou indignação, desceram de suas casas e seguiram os outros manifestantes e, por fim, aquelas pessoas que desciam dos ônibus ou saíam de seus postos de trabalho e

⁸ Termo utilizado pelos militantes.

seguiram os protestos. Esses últimos, haja vista, as pessoas que desceram dos ônibus ou saíram postos de trabalho para acompanhar as manifestações, o faziam, em parte, pelo fato de que a cidade de Aracaju parou com congestionamentos nas principais avenidas ou porque o centro comercial da cidade fechou as portas no período em que estava previsto para o início das manifestações.

Além da heterogeneidade dos atores envolvidos, os Acorda Aracaju ficaram caracterizados pela convocação via internet, em especial, pela rede social do *facebook*. Eram criados eventos, mecanismo disponível pelo *facebook* em que você cria um acontecimento e convida pessoas que demonstram disponibilidade em ir para o evento, nesse caso um protesto. Nesses eventos que surgiam na rede social com os nomes de “1º Acorda Aracaju”, “2º Acorda Aracaju”, etc. havia muitos debates acerca de várias questões sobre a manifestação como 1) se era possível ter a presença de partidos políticos na manifestação, 2) se teria carros de som, 3) qual seria o itinerário da manifestação, 4) qual o horário da manifestação, 5) quais seriam os gritos de ordem, 6) qual era a principal pauta e outras questões que surgiram. Esses debates foram mediados por enquetes, outro mecanismo disponível no *facebook*, que contavam com um conjunto de alternativas, mas qualquer pessoa que participasse do evento poderia acrescentar outras opções. Disso, derivou uma situação onde as enquetes tinham várias opções para uma mesma pergunta. Além disso, as respostas que eram contabilizadas seguiam um debate em forma de comentários em que as pessoas publicavam insatisfações sobre as opções e os resultados, alguns desses comentários eram marcados por insultos e violência.

A dinâmica “off-line” no Acorda Aracaju, no início foi reflexo dos debates que prevaleceram nas redes sociais, ou seja, houve um conjunto de restrições à presença dos partidos políticos nas manifestações. Essa relação de tensão entre os atores que compuseram o Acorda Aracaju e os partidos políticos – mas também sindicatos, juventudes partidárias, movimentos estudantis e centrais trabalhistas – se alterou nas últimas edições dos protestos. A exemplo disso, nos dias 07 e 11 de julho de 2013, data em que ocorreram os últimos Acorda Aracaju, era possível observar a maior participação de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), partidos políticos, sindicatos e, como ocorreram nas outras edições, o protagonismo do Levante Popular da Juventude e do Movimento Não Pago. Nesse sentido, o resumo da

dinâmica do Acorda Aracaju, a tensão entre os atores envolvidos e representantes tradicionais de movimentos sociais e partidos políticos foi caracterizado, em primeiro momento, com o rechaço dessas instituições que, nas últimas edições, diminuiu e percebemos a presença de apoiadores como sindicatos e partidos políticos. É importante salientar que isso ocorre paralelamente a uma mudança no perfil de atores que compuseram os protestos, sendo possível perceber cada vez mais a presença de jovens vinculados ao movimento estudantil universitário e secundário e outros movimentos juvenis.

Essa dinâmica da inclusão das redes sociais no processo de convocação e tomada de decisões acerca de como as manifestações em Junho de 2013 deveriam ocorrer demonstram duas características que caracterizavam aquele evento. Primeiro, o uso das redes sociais em si como forma de convocação e mobilização das pessoas que, muitas vezes, afirmavam no evento que estariam nas ruas, apesar de nem sempre comparecer. E segundo, a possibilidade de interferência de diversos atores para a decisão de algumas variáveis das manifestações como o trajeto, o uso de camisetas que façam referências aos partidos políticos e movimentos sociais, o horário de saída, o local de concentração e o local em que seriam finalizadas as manifestações. Naquele momento, não havia lideranças com capacidade de organização como é possível perceber em outras manifestações no qual o local, horário e formas de ação contestatória já estão definidas, ao contrário, todas essas questões estavam sendo debatidas e decididas no *facebook*. Para ilustrar a dificuldade de um consenso, segue alguns exemplos de enquetes realizadas no *facebook* e que nos ajudam a refletir sobre a influência da dinâmica das redes sociais para a conformação das manifestações realizadas no Ciclo de Protesto de 2013.

1. Você prefere que hajam ligações com partidos? (Por favor partidos respeitem nossa escolha, aqui que fazemos o movimento, então respeitem as regras o movimento é NOSSO, DO POVO)

Sim: 59

Não: 912

2. O que devemos fazer se por acaso os oportunistas partidários entrarem no meio com suas bandeiras?

Tomar as bandeiras e rasgar: 49
Vaiar e exclui-lo da multidão: 170
Ignorar: 370

3. O que podemos fazer se identificarmos vândalos atrapalhando a manifestação?

Tirar foto e denunciar: 276
Sentar para a polícia identificar o mais rápido e agir!: 445
Dar uma vaia: 83

4. Qual percurso devemos seguir?

Beira mar>13 de Julho>Palácio: 1.105
Barão>Hermes fontes>Palácio: 223
Fazer a manifestação em um ponto fixo: 24 (Enquetes do Facebook)

No bojo dos debates apresentados acima, podemos perceber a dimensão conflituosa das manifestações de Junho de 2013. A presença dos partidos políticos e sindicatos tradicionalmente vinculados, de modo geral, aos grupos situados naquilo que poderíamos chamar da esquerda no Brasil, era um dos principais motivos de debates e agressões.

O ponto alto da ausência de consenso e, por outro lado, a presença de conflitos pela configuração do Acorda Aracaju aconteceu em uma das primeiras edições do ciclo de protestos quando, num momento de disputa por um microfone situado em cima de um carro de som para a gerência da manifestação, em especial, para decidir a trajetória de toda a multidão que se encontrava presente na praça Fausto Cardoso⁹. Nesse momento, houve, como se diz na linguagem dos militantes, um “racha”, uma ruptura que teve como consequência a divisão do itinerário da manifestação em dois, ou seja, aqueles que continuaram marchando até a Avenida 13 de Julho e os outros que foram até o viaduto do DIA, Distrito Industrial de Aracaju.

⁹ Em Aracaju, a praça Fausto Cardoso, situada no centro da capital sergipana, é um ponto tradicional para os protestos de várias categorias. Principalmente, por ter sido o local onde Fausto Cardoso, grande líder político, morreu e, atualmente, se encontra a Assembleia Legislativa.

O primeiro grupo continuou a manifestação indo em direção à Avenida 13 de julho. E o segundo grupo para o viaduto do D.I.A. O Jornal da Cidade¹⁰ noticiou o acontecimento com a seguinte manchete:

Manifestação chega a Aracaju e toma três importantes localidades da capital: Ato em reivindicação teve como ponto de concentração a Praça Fausto Cardoso e chegou na avenida Hermes Fontes, 13 de Julho e no Distrito Industrial (DIA). Dois menores foram apreendidos, uma pessoa foi presa e viaduto foi fechado por manifestantes. (JORNAL DA CIDADE, 2013)

E continua a matéria:

O início da mobilização nomeada como na capital sergipana tinha como intuito cobrar a diminuição da tarifa do transporte público, que em Aracaju ainda está custando R\$2,45, e pela sua melhoria. No entanto, bem como em outras diversas capitais brasileiras, cada indivíduo que gritava, tinha uma motivação diferente. Seja pela saúde, pela educação, pela segurança ou contra a corrupção, as caras foram pintadas e, mesmo sendo temporada de Copa das Confederações, os cidadãos se cobriram de verde e amarelo não para gritar gol, mas para pedir um país mais igualitário.

Tendo como partida a Praça Fausto Cardoso, no Centro de Aracaju, a manifestação, nomeada como "Acorda Aracaju", foi ganhando espaço e apoiadores, entre jovens, adultos e idosos. Três pontos foram centro da ação, a Avenida Hermes Fontes, a 13 de Julho e o Distrito Industrial (DIA). (...)

Por volta das 20h00, os manifestantes fecharam o viaduto do DIA. (JORNAL DA CIDADE, 2013)

O que a notícia não registrou é que esse dissenso sobre os roteiros a seguir foi resultado de um conflito que aconteceu na concentração da manifestação e momentos antes de iniciar a marcha de protesto. Na ocasião, um determinado manifestante não identificado subiu em um carro de som que pertencia a um sindicato para indicar o local da marcha. Nesse momento, houve uma calorosa vaia para a atitude daquele manifestante que decorria da negação e desconfiança de parte dos

¹⁰ Ver matéria: <http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/66/51430/manifestacao-chega-a-aracaju-e-toma-tres-importantes-localidades-da-capital.html#.Vz8T-DUrLIU>

manifestantes ali presentes em qualquer possibilidade de que o #AcordaAracaju fosse “planejado” por algum membro de partido político ou sindicato.

Foi desses “pontos da ação”, como ressalta a reportagem, que surgiu aquilo que será chamado de “caminho de contestação”. Os caminhos de contestação (páginas 49 e 50) foram rotas por onde os manifestantes da primeira edição do #AcordaAracaju marcharam com seus cartazes e seus gritos de protesto e terminou criando duas trilhas diferentes para uma mesma manifestação.

Esses caminhos de contestação não somente foram diferenciados pelo fato de ocuparem ruas e avenidas distintas, mas também, pelo perfil social dos participantes. Ainda que não tenha sido realizada nenhuma pesquisa de opinião que mensurasse as variáveis sociais dos participantes nas manifestações ocorridas em junho de 2013 em Aracaju – as pesquisas de opinião realizadas nesse período sobre o perfil dos manifestantes basicamente ocorreram somente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo –, a observação *in loco* e os eventos de protestos que ocorreram posteriormente em 2015 e 2016 permitiu perceber essas diferenças de marcadores sociais.

O perfil dos manifestantes do caminho de contestação 1 que teve como local de concentração a praça Fausto Cardoso e marcharam pela avenida Ivo do Prado até chegar na avenida 13 de Julho era semelhante ao grupo de pessoas que Alonso e Mische (2014) classificou como “patrióticos”.

O campo patriótico consistiu na maioria das vezes de manifestantes sem qualquer ativismo anterior, se juntou aos protestos individualmente, convocados para as ruas pelo que viram na imprensa e na internet. Suas ações eram expressivas, sem qualquer coordenação. Suas propostas eram imediatas. Eles foram movidos por um vago nacionalista e um forte sentimento anti-PT e se posicionavam pelo direito de governar. Pôsteres, vestuário, bandeiras e caras pintadas reavivaram símbolos patrióticos dos ciclos das Diretas Já e Fora Collor, repetindo os slogans deste último de oposição à corrupção e “ética na política”. Em termos de simbolismo, o repertório patriótico foi visível no uso das cores nacionais (verde/amarelo); símbolos convencionais tais como a bandeira, o hino nacional (“verás que um filho teu não foge à luta”); slogans (“o gigante acordou”); e os espaços canônicos (tal como a Avenida Paulista, usado nos antigos ciclos. (ALONSO, MISCHÉ, 2014, pg.20.) [tradução do autor]

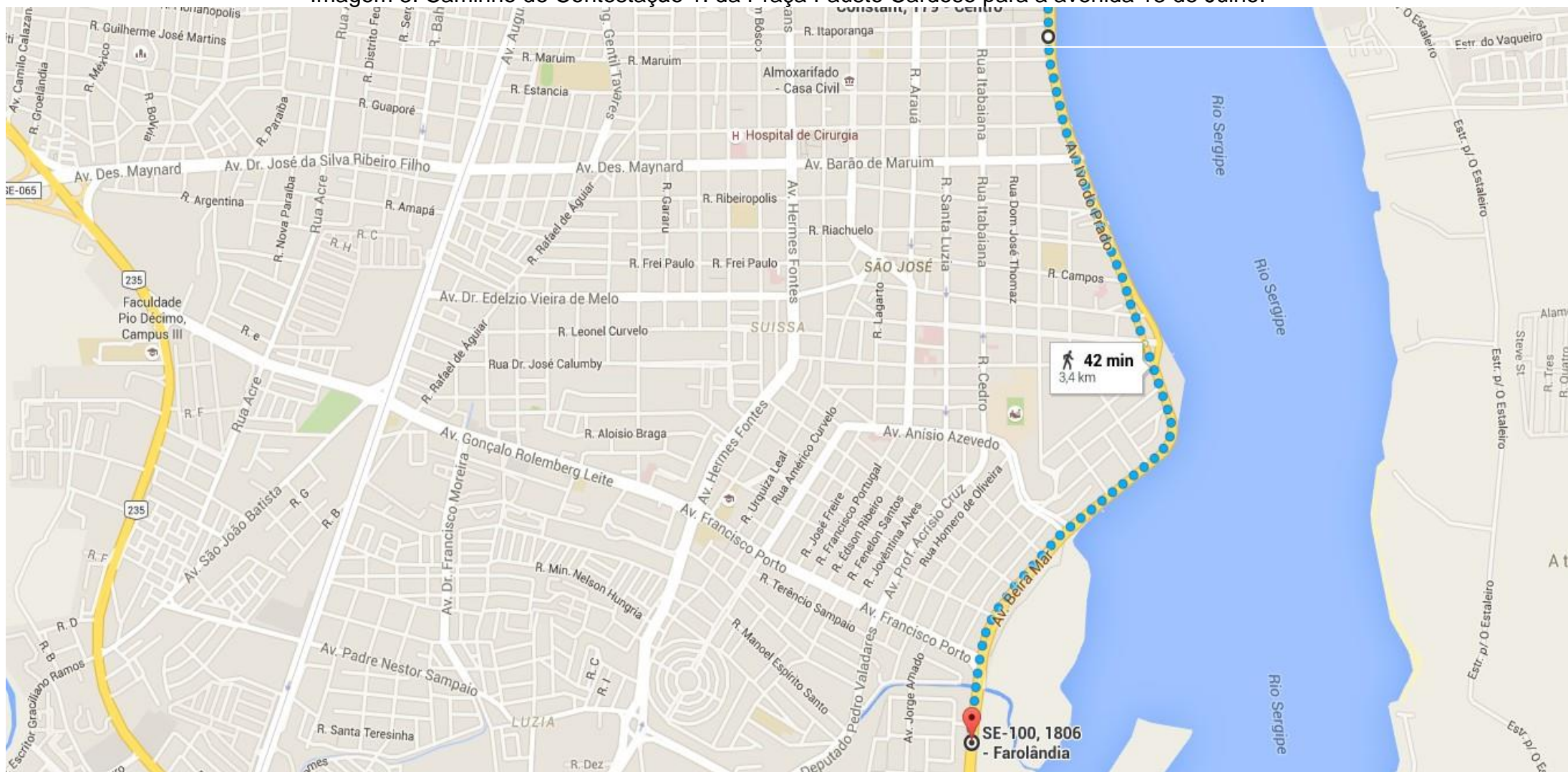
As semelhanças entre os atores que marcharam no caminho de contestação 1 e o perfil dos patrióticos das autoras estão principalmente em seus vestuários, bandeiras, o uso de símbolo nacionais como a entoação do hino nacional.

Por sua vez, o perfil dos manifestantes do caminho de contestação 2, se aproxima, e continuo na comparação com Alonso e Mische, duas das poucas pesquisadoras que estabeleceram tipos ideais para caracterizar os manifestantes, dos “autonomistas” e “socialistas”.

Havia, nessa divisão, ainda que no momento não muito evidente, uma dupla distinção de público que seguiram os dois trajetos, até pela caracterização dos espaços. A Avenida 13 de Julho está situada em uma zona nobre da cidade onde estão localizadas grandes mansões e apartamentos próximos aos dois *shopping centers* de Aracaju. O Distrito Industrial de Aracaju, o DIA como é conhecido, está próximo do atual Palácio do Governo e próximo a um grande terminal onde concentra e circula parte da população que faz uso do ônibus para se locomover pela cidade, junto a isso, é preciso contextualizar a forte presença da pauta do transporte público e mobilidade urbana naquele momento. Então, é a partir desse período, da ocupação do viaduto do DIA (Ver imagens 3, 4 e 5) pelos manifestantes nas Jornadas de Junho de 2013 que, segundo os militantes do coletivo, surge a ideia de organizar o Coletivo Debaixo.

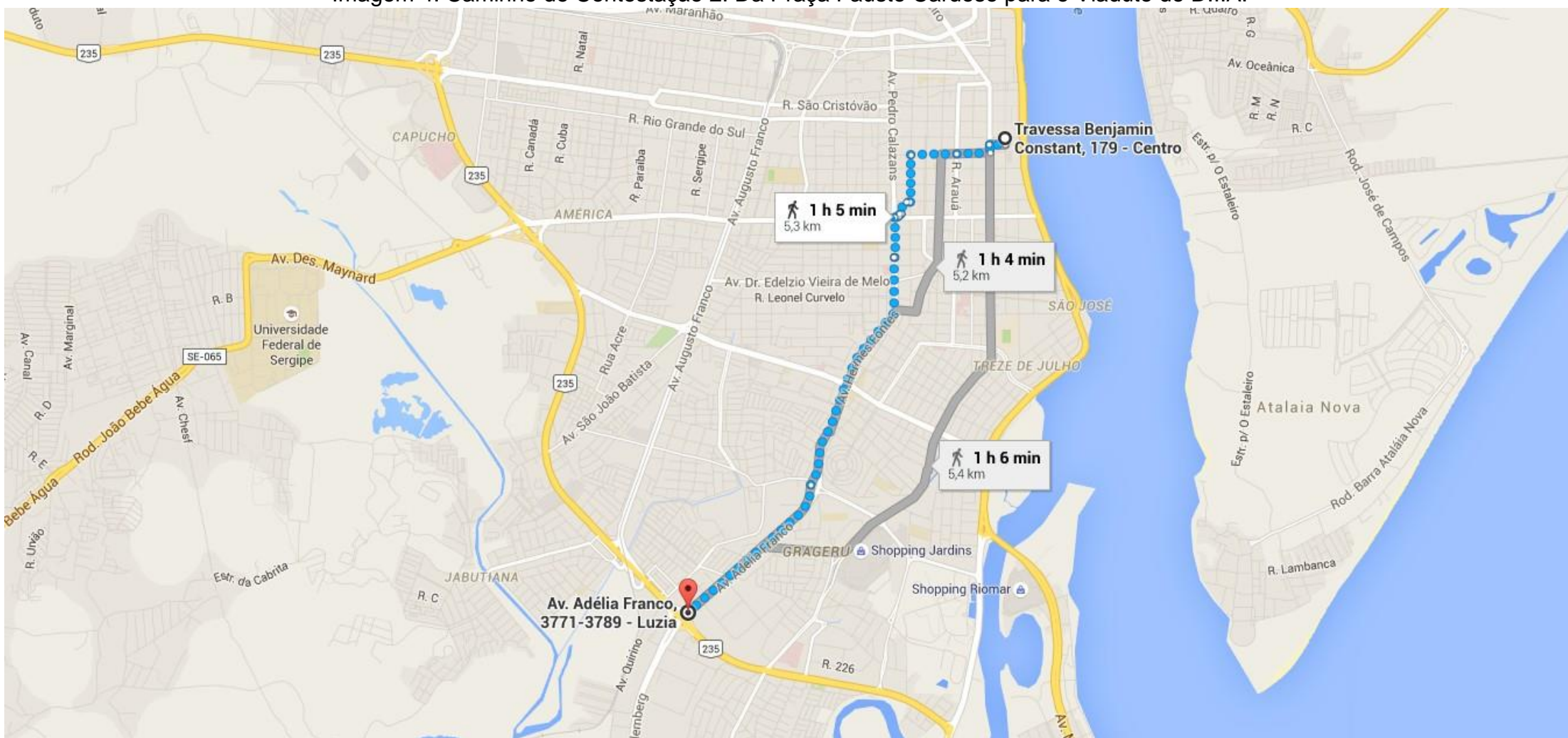
As disputas e conflitos que marcaram a organização e a realização do Acorda Aracaju se relacionam, apesar de a relação não ser direta e determinista, com a inserção de novos atores sociais, principalmente jovens, sem uma carreira militante, vivência em eventos de protesto ou contato com as organizações presentes na manifestação. Não havia o reconhecimento das lideranças políticas dos movimentos sociais de modo geral, dos movimentos de juventude, movimentos estudantis e partidos políticos que estavam inseridos nas manifestações e tentavam articular a diversidade de interesses no Acorda Aracaju.

Imagem 3. Caminho de Contestação 1: da Praça Fausto Cardoso para a avenida 13 de Julho.



Dados do mapa ©2016 Google 500m|
Mapa 1.

Imagem 4. Caminho de Contestação 2: Da Praça Fausto Cardoso para o Viaduto do D.I.A.



Dados do mapa ©2016 Google 500m|_____

Mapa 2.



Imagem 5. Fonte: Jornal da Cidade. A população caminhando para a ocupação do viaduto do D.I.A¹¹



Imagem 6. Fonte: Jornal da Cidade. O viaduto ocupado por jovens que impedem a transição de carros na avenida.

¹¹ As imagens 4 e 5 se encontram no site <http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/66/51445/manifestacao-reuniu-16-mil-pessoas-.html#.VlzBWxarTIW>. Acessado em junho de 2015.



Imagem 7. Fonte: Tv psi. Foto panorâmica da ocupação do viaduto do D.I.A.¹²

E é nesse contexto de conflitos, disputas, manifestações e protagonismo juvenil, no Ciclo de Protestos de 2013, que o Coletivo Debaixo constrói um discurso de fundação do grupo como podemos perceber no relato que segue:

As jornadas de junho foram importantes porque assim, essa galera do Sarau acabou se encontrando muito nas Jornadas de junho. Lá tinham as manifestações, os atos e pós- atos é que a galera se concentrava ali embaixo do viaduto e em outros lugares assim... e sempre acabava tendo as conversas sobre a situação política, sobre a conjuntura política da cidade e também sobre a questão cultural, né? E aí foi aquela coisa, nas jornadas de junho a gente viu que tipo, teve a participação efetiva dos movimentos sociais mas também teve a participação de uma massa que a gente viu que de certa forma era desinformada politicamente a gente via que ela levantava várias pautas e agente percebia que aquilo não tinha um embasamento político forte e tal... e isso causou uma certa preocupação na hora de dizer o que vai vim depois, né? E aí dizer assim "velho, nós temos que movimentar politicamente a cidade". E aí assim, pelo que eu conversei com os companheiros e as companheiras, com a galera, tava todo mundo [a galera ou os jovens] muito cansado dessa militância de universidade que não saem da universidade, sabe? Porque tipo assim que se discute política na universidade e se teoriza muito, tem muita reunião, tem muitas pautas, tem muito debate mas assim fazer todo mês na rua acontecer concretamente concretizar o que a gente está falando aqui... não funciona desse jeito, sabe? É muita conversa e pouca ação. [...] E aí começou essa viagem de organizar coletivo político cultural e de rua. Surgiu também, claro que desde sempre foi um movimento ligado a questões políticas, né? E dizer assim "nós temos que usar a cidade para discutir política da cidade e política cultural e tem coisa

¹² Essa imagem se encontra no site <http://tvpsi.blogspot.com.br/2013/06/manifestacoes-em-aracaju-um-movimento.html>. Acessado em julho de 2015.

melhor do que discutir política através da arte, da cultura, da música, da poesia, sabe? (Entrevistado 1, militante do Coletivo)

Esse relato é fundamental para compreender o sentido dado pelos atores envolvidos no Coletivo, destaco a fala de um dos entrevistados, mas não obstante podem ser encontrados relatos semelhantes no discurso de outros integrantes do Coletivo Debaixo, ao surgimento do grupo no período que sucede as manifestações de 2013. Era preciso naquele momento, como ressalta o Entrevistado 1, sustentar aquela massa que “levantava várias pautas” e “não tinha um embasamento político forte” para uma forma de ação específica e que, nesse sentido, a criação de um grupo poderia organizar a “massa não organizada”.

Além disso, o relato ajuda a compreender também os conflitos do grupo com outros movimentos sociais, principalmente os movimentos estudantis universitários, que parte principalmente de uma crítica à forma de funcionamento desses grupos. Como afirma o Entrevistado 1, “tava todo mundo [a galera ou os jovens] muito cansado dessa militância de universidade”, cuja forma de atuação e organização é caracterizada por “muita conversa e pouca ação”. Em parte, esse depoimento sugere duas dinâmicas do grupo, em parte, estratégico e que está relacionado com uma estrutura de oportunidades políticas desse período. Primeiro, a apropriação da história, ou seja, das insatisfações das Jornadas de Junho de 2013, para a fundação de um novo grupo cuja capacidade estaria em debater as demandas ali explicitadas. E segundo, a habilidade em promover um “novo” tipo de ação e organização mais prático – no sentido de aplicabilidade no espaço social ou urbano, visto pelos integrantes do movimento como sinônimos – diferentes do movimento estudantil universitário. A ressalva aos movimentos estudantis universitários ocorre devido à grande visibilidade desses grupos nas manifestações de 2013 na cidade de Aracaju com o Levante Popular da Juventude e outros grupos compostos por militantes vinculados aos movimentos estudantis da Universidade Federal de Sergipe. Nesse sentido, a crítica à forma de atuação e organização de “muita conversa e pouca ação” quando contextualizada na “militância de universidade” – Universidade Federal de Sergipe – se refere a uma forma de participação política marcada por modelos organizativos com alto índice de formalidade e hierarquização. Essas dinâmicas de formas de organização e ação coletiva que variam em grau de formalização e

hierarquização constituem, nesse campo de estudo, princípios de constituição de grupo e formas de contestação política. Em pesquisa sobre os atores emergentes nos protestos de Junho de 2013, Saraiva (2014) também percebe esse conflito entre as formas de organização e concepção sobre o significado da política desses novos coletivos e os movimentos estudantis universitários.

Embora o MPL seja formado essencialmente por jovens, seus ativistas optaram por não defini-lo como movimento estudantil. Essa escolha diz respeito ao fato de que os objetivos de luta do movimento vão além do atendimento das necessidades meramente estudantis traduzido pela proposta de direito à cidade. Além disso, expressa a resistência aberta e ostensiva ao modelo de movimento estudantil que se afigura atualmente – hierarquizado e com fortes vinculações partidárias. (SARAIVA, 2014, pg. 42)

Por fim, o relato acima permite perceber um primeiro elemento daquilo que compõe a “cultura política” no sentido atribuído pela Antropologia Política no Brasil (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999) e será mais bem explorado, seja conceitualmente ou empiricamente, nas próximas páginas. O próximo tópico, nesse sentido, consiste em descrever e analisar as principais formas de atuação e organização do Coletivo Debaixo, assim como a “rede de colaboradores”, termo utilizado por integrante do coletivo em entrevista, do grupo.

1.4 Coletivo Debaixo e a construção da ação político-cultural

O Coletivo Debaixo surge nesse momento, haja vista, as Jornadas de Junho de 2013 tendo como principais pautas de atuação a ocupação do espaço urbano e a democratização cultural. A primeira pauta, a ocupação do espaço urbano, importante ressaltar, foi uma causa que nas manifestações de 2013 foi utilizada por diversos grupos como o Movimento do Passe Livre inicialmente em Porto Alegre, posteriormente em outras capitais como São Paulo, Salvador e em Aracaju com a contínua atuação do Movimento Não Pago. Ainda assim as formas de enunciar o espaço urbano nesses dois movimentos, o movimento Não Pago e o Coletivo Debaixo, adquire contornos diferenciados. O primeiro, o movimento Não Pago parte

da ideia primordial de contestação do processo de privatização do transporte público, dos altos preços de custo pagos pela população e o sucateamento do transporte coletivo. O Coletivo Debaixo, por sua vez, utiliza o espaço público para discutir a dimensão social das divisões arquitetônicas, ou seja, interrogar a democratização do espaço urbano, no fundo, questionar se é possível todos os habitantes, independentemente de suas origens sociais, ocupar a cidade, o teatro, os concertos e shows ou o shopping center de maneira igualitária.

O Coletivo Debaixo pode ser caracterizado como um grupo formado por estudantes universitários, militantes com atuação em movimentos sociais, coletivos e/ou partidos políticos, como também, artistas locais. As formas de contestação utilizadas pelo grupo estão relacionadas, em grande parte, ao envolvimento anterior de seus integrantes com expressões artísticas como, por exemplo, a poesia, a música e a rima do hip-hop e o punk. Além disso, parte dos integrantes participam de outras mobilizações ou até mesmo coletivos que envolvem pautas como a democratização da cultura e da comunicação, o transporte público e a mobilidade urbana com o engajamento no Movimento Não Pago e com filiação ou muita aproximação com o Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, essa proximidade com o partido é sempre traduzida enquanto uma “simpatia” pela postura do partido com a exceção de um integrante que se assumiu filiado ainda que não estivesse militando no partido. Há uma dificuldade permanente em assumir qualquer tipo de relação partidária tanto da organização quanto individualmente por parte dos integrantes entrevistados. Junto a isso, a experiência dos integrantes em tipos de ação coletiva como a partidária e do movimento estudantil universitário específico da Universidade Federal de Sergipe que possui um alto nível de partidização – e não é uma exceção dessa universidade – contribui para a elaboração de um modelo organizacional que potencializa a autonomia, desburocratização e a horizontalidade.

Nesse sentido, o Coletivo Debaixo e os contornos que caracterizam o grupo como, por exemplo, a forte presença da pauta do direito à cidade, a utilização das ruas enquanto um espaço de mobilização, a necessidade de criar um modelo organizacional alternativo àqueles marcados pela burocratização e hierarquização e que são representados, entre os integrantes do coletivo, pelos movimentos estudantis e partidários, representam os “dilemas” da participação política de uma “geração”.

As formas de atuação do grupo, como já mencionado, são a intervenção mensal no viaduto do D.I.A com o Sarau, o principal repertório de atuação do grupo, a manifestação em alguns eventos importantes como o aniversário de 160 anos de Aracaju e de 61 anos do Teatro Atheneu, o segundo principal teatro da cidade localizado no centro da cidade, com a leitura do “Manifesto Político-Cultural” produzido pelo grupo. Sobre o manifesto, voltaremos a ele em outro momento mais oportuno, a promoção de oficinas de confecções de arte em escolas públicas da cidade, o uso do “lambe-lambe” que consiste em colar imagens em paredes da cidade, a exibição de filmes em comunidades carentes da capital e a publicação de textos em um Selo Cultural independente.

O Sarau Debaixo é um momento peculiar das ações do coletivo e o ponto alto da mobilização dos jovens na cidade. O evento já se encontra na agenda de parte dos jovens que possuem alguma simpatia com a forma de atuação do grupo e se encontram mensalmente embaixo do viaduto do D.I.A. A partir disso, para caracterizar o Sarau Debaixo e esclarecer em que consiste tal forma de contestação, apresentaremos o evento.

O local da ocupação, como já destacado, é o viaduto do D.I.A. O viaduto está localizado em uma região bastante movimentada da cidade de Aracaju, o Distrito Industrial de Aracaju, próximo ao Terminal de Integração Distrito Industrial de Aracaju que é um terminal de ônibus que conecta várias linhas que circulam na cidade. O viaduto é cercado ao seu entorno por condomínios de apartamentos, um grande supermercado Extra e o maior teatro da cidade, o Teatro Tobias Barreto. A ocupação acontece embaixo do viaduto que foi projetado inicialmente para abrigar um estacionamento que é coberto com a própria estrutura do viaduto. No entanto, o estacionamento embaixo do viaduto raramente é utilizado para sua função originária devido à ausência de iluminação, o consequente esvaziamento desse espaço e a presença de outro estacionamento público com melhores condições de uso em frente ao Teatro Tobias Barreto.

O evento que é marcado para ter início às dezesseis horas, tem o início oficial que acontece com o grito “está aberto mais um Sarau Debaixo” protagonizado pelos integrantes do coletivo que só acontece aproximadamente às dezenove horas. Antes disso, ou seja, do “grito de abertura”, o cenário é produzido e montado.

Os integrantes colam cartazes nas pilastras que sustentam o viaduto, escrevem poesias no chão do espaço onde será realizado, nas próximas horas, o sarau, distribuem vários pedaços de giz próximo às poesias escritas, o que permite e estimula a participação das pessoas que ali chegam para escrever seus manifestos, ajustam as caixas de som e a iluminação, construindo assim, uma espécie de “palco oficial” onde se posicionam os microfones e o Disc Jockey, mais conhecido como DJ, sonoriza o Sarau e é colocado um carro tipicamente utilizado nos supermercados para o armazenamento dos produtos comprados por consumidores, onde são colocados broches, zines¹³, livros e outros produtos que são confeccionados por integrantes do grupo ou “colaboradores” que são vendidos no evento. Por fim, um elemento “externo” – na medida em que não é organizado pelo grupo –, com o passar do tempo se aproximam algumas pessoas, normalmente conhecidos e simpatizantes com o evento, que montam algumas bancas para a venda de bebidas alcoólicas e comidas. Esses são os elementos que compõem o cenário do Sarau Debaixo e que é criado nas horas que antecedem a chegada dos jovens e o início oficial do evento.

O segundo momento do Sarau, após a construção do cenário, é a abertura oficial com a fala dos integrantes e o início das intervenções políticos-culturais. Normalmente, nesse momento de abertura é lido algum manifesto ou poesia sobre vinculado ao tema das apresentações e é realizado o grito “Todo chão será palco, todo muro será mural, toda cidade poesia”, também o lema do grupo. Cada Sarau possui uma temática e as poesias, assim como os manifestos e as demais intervenções, ocorrem mediados por uma questão que, muitas vezes, aparece de maneira explícita durante a divulgação do evento no *facebook* (Ver imagens 6). É nessa parte do Sarau, com os variados tipos de intervenção político-cultural como a exibição de materiais de áudio visual como documentários e a apresentação de peças teatrais relacionadas com questões sociais em debate como a criminalização da juventude¹⁴ que é possível perceber a transformação de elementos culturais e festivos em temas políticos e forma de contestação.

¹³ É uma espécie de pequeno livro que, desde os anos de 1960, faz parte de determinadas “subculturas independentes”.

¹⁴ Tema sempre presente nas intervenções do coletivo.



Imagem 8. Essa imagem é referente ao tema da 9ª edição do Sarau Debaixo que tematizou a violência policial nas comunidades periféricas

A essa “alquimia”, o trabalho se refere às formas de ação política atualmente empreendida pelos movimentos sociais, e que é resultado de um conjunto de transformações na inserção de novos atores e novas referências políticas, em que o “conteúdo político” se encontra distribuído em práticas não convencionalmente compreendidas como políticas como o Sarau. Parte dessas transformações, e destaco a inserção de novos atores, a diversificação nas redes de vínculos e a adoção de novas referências políticas têm sido analisadas por alguns autores só recentemente no Brasil (MISCHE, 1997; TATAGIBA, 2014; SHAREN-WARREN, 2014; GOHN, 2014; SPOSITO, 1994). Novas referências surgem nesses grupos, e em especial no caso do Coletivo Debaixo, a rua e a cidade passam a ser um espaço de socialização e atuação política, e é possível acrescentar, o distanciamento crítico das formas de organização e ação política encontrada em sindicatos, partidos políticos e movimentos estudantis.

Junto às intervenções que seguem durante a noite, a venda de zines, broches e “canelinha”¹⁵, os integrantes do coletivo, em certo momento, dá início à sessão do “palco livre”. O “palco livre” consiste na “abertura” do microfone para quem quiser recitar alguma poesia ou manifesto. A base para o “palco livre” é o tema proposto para

¹⁵ Bebida vendida pelo grupo para arrecadar fundos para a realização do evento.

aquela edição do Sarau, mas outros temas e questões podem ser debatidos livremente. A ideia do “palco livre”, como ressalta o Entrevistado 1, é uma forma de não monopolizar o evento e mostrar ao público o caráter não burocratizado do Coletivo e do Sarau. Finalizado o Sarau, restam as marcas do evento no viaduto do dia que é possível perceber durante qualquer dia e horário pelos transeuntes que circulam pelo espaço. No fundo, a ressignificação do espaço urbano também é uma finalidade do Coletivo Debaixo e que recentemente tem estimulado o surgimento de outros grupos que utilizam esse mesmo repertório de ação coletiva.

A segunda forma de atuação do Coletivo é a leitura do Manifesto Político-Cultural que já foi realizado em dois momentos: primeiro, na abertura do Sarau no aniversário de 160 anos da cidade de Aracaju, e segundo, na comemoração dos 61 anos do Teatro Atheneu. Segue a transcrição do Manifesto Político-Cultural, tal como foi lido no dia 28 de Março de 2015 em frente ao teatro.

Agora é a nossa vez de falar. No Aniversário de 160 anos de Aracaju. Nós, Coletivos, Grupos, Bandas, Agitadores e Guerrilheiros Culturais viemos dizer a partir desse manifesto, a nossa concepção sobre a cidade. Aracaju, que ainda é uma “adolescente”, carrega consigo os rastros e os passos dos velhos coronéis, que aqui, se perpetuaram no poder. Não poderia ser de outra forma, pois o coronelismo que nos governa, além de se manter no poder, impossibilita que o povo se reconheça em sua própria história. Assim foi e permanece sendo, mas por enquanto. Nós, que vivemos e realizamos as nossas vidas nas ruas dessa cidade, sabemos das dificuldades e contradições que passamos diariamente. Todos os dias a cidade é planejada para atender aos interesses dos ricos, dos empresários e para encher os bolsos que já estão cheios demais. Enquanto isso, a maior parte da nossa população é empurrada para fora das decisões. Sendo negado, diariamente, o direito de participar e decidir sobre o lugar onde vivemos. Hoje, a cultura é encarada pelos gestores como uma ferramenta eficaz de publicidade política, com grandes eventos que, em sua maioria, não representam nossa cultura, o nosso sotaque e a nossa vida que é realizada aqui. Para nós, a cultura é direito e deve ser garantida. Chega da política de favores, chega da política de “eu te peço”. Estamos aqui para exigir o que é nosso. Por isso, nos juntamos e formamos um verdadeiro bando em defesa da nossa cultura e da nossa cidade. É necessária uma política séria de cultura, que garanta a continuidade do trabalho cultural. É necessária a descentralização dos espaços de cultura. Não queremos dividir a nossa Aracaju, mas queremos retomar as praças, as ruas, os bairros e transformar em espaços coletivos de cultura. Não aceitaremos mais sermos expulsos da cidade por falta de condições e porque ela não abraça a nossa arte. Se não existem condições, iremos criar e construir a partir de agora e diremos a eles: “TIREM AS MÃOS DA

NOSSA CIDADE!”. É por isso que chamamos todas as pessoas que compõem Aracaju, para somarem neste bando, em defesa da cultura e da cidade. A nossa arte, a nossa poesia, a nossa dança, a música, o cinema e o nosso teatro não devem existir para entreter e enriquecer o bolso dos empresários. A nossa cultura existe para sermos completos. A nossa cultura existe para permitir que a gente escreva a nossa própria história. E nós, existimos para sermos protagonistas dela. E é assim que faremos: em bando, a partir de agora. EM DEFESA DA CULTURA. EM DEFESA DA CIDADE. (Leitura do manifesto, notas do diário de campo, 2015)

Os manifestantes, na ocasião, portavam em suas mãos o manifesto escrito e um lenço preto no pescoço. Alguns deles, principalmente os que não estavam lendo o manifesto, tinham esse lenço na boca, sinalizando o silêncio, a impossibilidade de falar, um luto à opressão da cultura e política independente. Os jovens ali portavam também instrumentos de percussão que já estavam juntos a seus corpos e, depois do manifesto, usariam para tocar e concluir a intervenção. O público, composto por pessoas que estavam no teatro para a comemoração do aniversário do mesmo, assistia curioso e constituía uma “nova plateia”, agora, para o manifesto. O uso dessa descrição sobre a situação em que o manifesto transcrito anteriormente nos ilustra três questões presentes no Sarau e nas leituras do Manifesto. Primeiro, o cuidado estético do grupo em suas intervenções político culturais. Segundo, e consequência do primeiro item, a inovação nas formas de contestação política juvenil na cidade de Aracaju. E por fim, a enunciação do político através da cultura e da reivindicação do espaço urbano.

O lambe-lambe, também um repertório de ação utilizado pelo coletivo, tem como objetivo uma intervenção direta de ressignificação dos urbanos como os vários muros da cidade, pontos de ônibus e etc. Essa intervenção ocorre através de colagens de imagens e figuras que têm como principal tema não só a crítica política contra alguns coletivos específicos e atuantes na cidade, como também, o consumismo. A motivação do uso do lambe-lambe utilizado pelo grupo é possibilitar uma interação entre o objeto colado nas paredes e os transeuntes, ressignificando o espaço urbano e “politizando” aqueles que observaram a colagem.

A descrição dessas formas de ação desenvolvidas e utilizadas pelo Coletivo Debaixo constituem, em última instância, a “cultura política”, conceito bastante utilizado pela Antropologia da Política no Brasil¹⁶ (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999).

No nosso entender, a noção de *cultura política* refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores. [grifo dos autores] [...] Dentro desta perspectiva, a *observação etnográfica* [grifo dos autores] foi apontada como o método, por excelência, capaz de elucidar as motivações, emoções e valores que dão significado aos comportamentos individuais de uma determinada cultura. (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999, pg. 227-228)

Nesse sentido, o lambe-lambe, o sarau, as leituras do manifesto cultural, as oficinas de arte nas escolas, assim como os eventos realizados em comunidades carentes da cidade constituem um ambiente para a construção de repertórios de contestação que, além de significarem processos políticos, constroem uma forma de enunciar a política. Para isso, a observação direta, tal como destacado pelos autores, constitui uma fonte metodológica fundamental para o estudo da “cultura política”. Isso ocorre na medida em que, através da observação participante, é possível perceber a construção e a realização das ações e, com isso, os aspectos que compõem uma determinada “cultura política”.

No próximo capítulo, no entanto, a dissertação esclarece o imaginário político presente na construção da dinâmica do Coletivo Debaixo, assim como, os principais espaços de socialização política pelo qual os militantes experimentaram em suas histórias de vida. Para isso, a pesquisa utiliza de entrevistas e conversas informais realizadas durante o trabalho de campo.

Em suma, esse capítulo buscou mostrar os principais grupos que compõem o cenário dos movimentos sociais de juventude desde os anos 2000, as principais alterações na estrutura política o que permite o surgimento desses grupos, situar o

¹⁶ Apesar de utilizado na Antropologia do Brasil, é preciso ressaltar que as origens teórico-históricas do conceito de cultura política remontam os estudos da década de 1960 realizados por Almod e Verba, assim como a influência da noção de cultura Ruth Benedict.

Coletivo Debaixo, objeto de estudo dessa dissertação e as principais formas de atuação e organização desse grupo.

1.5 “Rede de Colaboradores” e as Frentes de Atuação do Coletivo Debaixo

Esse tópico da dissertação tem como objetivo, após explanar as principais formas de atuação do Coletivo Debaixo, apresentar a forma de organização desse coletivo assim como “a redes de colaboradores”, termo nativo e coletado em entrevista do grupo. Para isso, serão utilizadas informações agrupadas em observação participante, entrevistas e dados documentais de jornais eletrônicos.

O trabalho de campo com a catalogação das notícias e as observações de campo, esta última, na medida em que estava presente nos eventos promovidos pelo grupo e no Sarau foram os responsáveis por lançar essa interrogação na dissertação: quais são os grupos e atores sociais que apoiam esse coletivo? A primeira vista, já estava claro que essa forma de apoio era diferenciada daquilo que eu já havia presenciado em eventos de protestos, por exemplo, de movimentos sindicalistas. Essa distinção ocorre principalmente pelo fato de que, é possível perceber grupos presentes no Sarau – claro, para isso, é preciso uma inserção nesse campo de estudos para facilitar esse reconhecimento –, no entanto, essa presença não é declarada. A ocasião em que a presença de grupos como representantes partidários, como notáveis políticos ou as juventudes partidárias e militantes de outros coletivos e movimentos sociais esteve mais explicitamente declarada foi no período que antecedeu as eleições de 2014 para a prefeitura de Aracaju, e se fazia presente a então candidata pelo PSOL Sônia Meire que usava junto à camisa um broche com o número da legenda e o nome do partido. Com sua presença, também era possível perceber a identificação dos militantes do Coletivo Debaixo com a candidata à prefeitura, com o cumprimento dos integrantes do coletivo e uma saudação pública.

Junto a essas observações *in loco*, os dados coletados em jornais eletrônicos apontavam para a necessidade de investigar a constituição de redes que o coletivo

aciona tanto *offline* quanto *online*¹⁷, nesse último caso, uma importante ferramenta de articulação e divulgação de suas intervenções políticos-culturais.

A identificação da presença de dois jornais eletrônicos, as revistas REVER e Bagaceira Talhada que veiculam artigos alternativos sobre denúncias políticas e a publicação de intervenções, atos de protesto e outros eventos, foi um dos momentos que durante a pesquisa sinalizou para a importância desses grupos para o Coletivo Debaixo. É indispensável salientar que o uso dos recortes de jornais das revistas REVER e Bagaceira Talhada é antes um dado de pesquisa que será utilizado para demonstrar as representações e outros pontos de vista sobre o objeto de pesquisa do que uma exaltação do fenômeno do Sarau Debaixo. O tom enaltecido da intervenção é antes uma evidência da relação de colaboração que já foi destacado entre o editorial das revistas eletrônicas e os organizadores do Sarau Debaixo.

A REVER – Informação, Análise e Crítica é uma revista *online*¹⁸, ou seja, suas publicações são veiculadas e difundidas pela internet, conta com a colaboração de várias pessoas como professores universitários, militantes de movimentos sociais e simpatizantes da revista. A revista também está estruturada em algumas linhas temáticas como política, economia, movimentos sociais, mobilidade urbana, meio ambiente, segurança pública, cultura, esportes e entrevistas. Com base nessa estrutura, os colaboradores têm seus textos publicados de acordo com o tema de seus escritos.

Em uma das publicações da REVER sobre o Sarau Debaixo, cujo título foi “Rir da Ordem no Sarau”¹⁹, o colaborador da revista, escreve

:

Na terça, 17, aquele espaço estava diferente. O viaduto e o teatro devem ter se entreolhado. Que tipo de ousadia colocaria mais de cem pessoas reunidas com o único intuito de fazer arte? Logo aqui em Aracaju, a cidade grande mais bem planejada do país que esmaga sua própria história?

Aquilo é lugar pra carro, seus moleques e molecas. Ouçam esse som estridente, irritante, insuportável, sintam o odor da fumaça de

¹⁷ A utilização das expressões *offline* e *online*, nesse momento, é uma alusão as redes de vínculos que são construídas nas interações físicas do cotidiano e nas relações estabelecidas nas redes virtuais como o *facebook*.

¹⁸ A revista pode ser localizada em <http://revistarever.com/>.

¹⁹ Ver <http://revistarever.com/2013/09/19/rir-da-ordem-no-sarau-de-baixo/>.

combustível. Os faróis que passam em velocidade em ritmo frenético debaixo da sombra desse cimento que impedia, inclusive, aquela lua de aparecer.

Quem deu permissão de juntar a Zona Sul, Norte, Oeste, Leste, de Expansão e todas as zonas de exceção exatamente sob o símbolo do nosso progresso? Quem assinou, carimbou e protocolou o ofício da ousadia de fazer o que bem entendem?

Exatamente por isso, e exatamente ali que o Sarau de Baixo deve estar. Constranger o cimento, o barulho, o odor. Constranger a ordem, a simetria, a precisão das retas e a adequação dos ângulos tão bem traçados.

Em Aracaju, pelo menos naquelas poucas horas, as retas se curvaram, os concretos se coloriram, e os carros se emudeceram. Estava sendo reinventada uma cidade que se esqueceu de nós. O poeta, o rimador, o cordelista, o grafiteiro, o cantador e até o espectador tímido, estiveram no comando das coisas e das ações. Eram a cidade e a poesia retomadas.

Enquanto resistir, será lá que o todo chão será palco, todo muro será mural, toda cidade poesia. Vida longa ao Sarau de Baixo. (Retirado de um texto Revista Rever publicado em 19 de setembro de 2013)

Ou ainda em outra matéria intitulada “3º Sarau Debaixo: alguém imponha limites! (parte 1)”²⁰, também escrita pelo colaborador do site na revista REVER:

O azul e o vermelho, aqueles que piscam em sinal de perigo, rodaram várias vezes o viaduto do DIA. Nas mais variadas formas estéticas e estratégicas de fazer ficar quieto quem está incomodando. Da Guarda Municipal à Radio Patrulha, e até o diabo da SMTT passou por perto. (...)

A abertura do evento foi dada pelo Coletivo ao utilizar camisas no rosto, simbolizando a resistência da favela, e saudando as ocupações e lutas por moradia, que ocorrem na capital e no interior de Sergipe. (...)

Entra uma sequência de saudações brilhantes à consciência negra e à figura de Zumbi dos Palmares, que há mais de 300 anos segue firme como símbolo principal da resistência negra em terras brasileiras.

[Sobre o tema central da noite, a celebração da Consciência Negra, a participação emocionante do Samba de Pareia da Mussuca, o hip-hop sergipano e a sonzeira afrociberdélica da Kilodinhami, guardaremos um texto em especial. Perdoem a euforia deste que escreve] (Retirado de um texto Revista Rever publicado em 20 de novembro de 2013)

²⁰ Ver <http://revistarever.com/2013/11/20/3o-sarau-debaixo-alguem-imponha-limites-parte-1/>.

A revista REVER publicou, entre os anos de 2013 e 2015, seis matérias²¹ que se referem diretamente ao Coletivo Debaixo. No meio desse material, estão vídeos, imagens fotográficas, entrevistas e textos como os citados acima.

As duas matérias destacadas acima, como podemos perceber, apresentam dilemas enfrentados pelo grupo como o recorrente policiamento que circunda o espaço onde ocorre o Sarau, cortando a energia e o som, assim como, o uso da intervenção artística para a construção de um discurso contestatório da ordem estabelecida, que aparece no título de um dos textos, “Rir da Ordem no Sarau” e descrições das ações do coletivo.

O Bagaceira Talhada é outro grupo que faz parte da “rede de colaboradores” do Coletivo Sarau Debaixo. Esse grupo é formado por estudantes universitários da UFS e, na maioria, estão cursando comunicação e áudio visual nessa mesma instituição. É a partir de uma ideia de difusão da cultura alternativa da cidade que o *website* conquista seu primeiro espaço em 2013 e começa a atuar em 2014 na internet. A “linha” temática do site pelo qual um de seus fundadores, Raul Marx, também estudante da Universidade Federal de Sergipe, define em entrevista²² é a de “questões políticas e culturais” que “dialogam também entre si”. Foram publicadas seis matérias relacionadas ao Coletivo Sarau Debaixo que aconteceram em 2015 e, de modo geral, semelhante ao perfil das publicações da revista REVER. Em uma das matérias, o colaborador Anthony Ribeiro descreve, no texto “Raiva Coletiva e Sarau Debaixo”²³, o vigésimo Sarau Debaixo:

É difícil falar do Sarau Debaixo e não se desdobrar num transbordamento de sensações. Todo o evento te passa certo clima de alegria e confraternização, porém (e incrivelmente) também ensina sobre a raiva. Não essa noção de raiva-coisa-ruim que sempre tivemos, mas o lembrete de que a nossa raiva existe e é diária. E que deve existir, no entanto. A raiva tem que existir. A raiva nos move. Move o cenário. É, curiosamente, o princípio de muita coisa boa.

²¹ Além das duas matérias referenciadas nas notas de rodapé de número 18 e 19, ver: <http://revistarever.com/2014/05/23/novosolhares-01-sarau-debaixo/>, <http://revistarever.com/2013/11/23/sarau-debaixo-dia-da-consciencia-negra/>, <http://revistarever.com/2013/11/21/3o-sarau-debaixo-neste-pedaco-negro-do-mundo/>, <http://revistarever.com/2015/09/11/rever-entrevista-dudu-cordelista/>.

²² Ver entrevista <https://www.youtube.com/watch?v=GJmzPB5SoNE>.

²³ Ver matéria em <http://bagaceiratalhada.com.br/raiva-coletiva-e-sarau-debaixo/>.

Raiva da sociedade. Raiva dos empresários do transporte. Raiva dos deputados que lucram em cima de falácias como a redução da maioridade penal. Raiva do racismo e do machismo, que separam a gente nessa série de subpessoas reservadas à infelicidade.

Uma peça serviu de abertura ao vigésimo Sarau Debaixo. Nela, estava bem representada a máfia da alta sociedade em personagens como uma pastora e um coronel. A peça, que inicialmente traz até humor, aos poucos se transforma em uma representação da realidade, em uma denúncia. De repente, mostrava com fidelidade a forma como a classe alta se utiliza de apresentadores como Ratinho e deputados como Eduardo Cunha para favorecer os ricos. Para reduzir a maioridade penal e mais uma vez condenar quem já não tem nada a dar. (Publicado no site Bagaceira Talhada em 23 de julho de 2015)

O trecho da matéria destacada acima é um exemplo dos textos escritos e publicados no Bagaceira Talhada sobre o Coletivo Sarau Debaixo. É, inclusive, uma interessante e realista descrição sobre a dinâmica do evento ainda que com o tom de quem é simpatizante do Sarau. No entanto, a ideia de “raiva coletiva” é muito útil para descrever os atos²⁴ do Sarau Debaixo. A raiva, e até certo momento, a violência contra as “estruturas” aqui definidas como os representantes do Estado como o sistema educacional, o sistema prisional e policial, o sistema jurídico, as empresas de telecomunicações (que são associadas recorrentemente às elites políticas), os políticos, o governo etc. Essa raiva no Coletivo Sarau Debaixo é transformada em outras formas de linguagem como o teatro, a música e as demais intervenções políticos-culturais, mas que, inevitavelmente, situa o público diante dos dilemas sociais vividos pelas pessoas no cotidiano, haja vista, a violência pública ou as enchentes que ocorrem durante as chuvas de verão. Como ressalta o texto acima “A peça, que inicialmente traz até humor, aos poucos se transforma em uma representação da realidade, em uma denúncia. ”, essa é a lógica dos repertórios de ação do Coletivo Sarau Debaixo. No lugar da peça, poderíamos inserir outros “repertórios políticos-culturais”²⁵, a música, as colagens nos espaços públicos, os debates promovidos em bairros da periferia de Aracaju e a ocupação no D.I.A.

A partir disso, podemos destacar que fazem parte da “rede de colaboradores” do Coletivo Sarau Debaixo alguns militantes de outros coletivos e partidos políticos

²⁴ Uma alusão aos diferentes momentos de uma peça teatral que são os atos.

²⁵ Esse termo foi utilizado pelo autor para condensar em uma forma de repertório as principais características das ações utilizadas pelo coletivo.

ligados à rede 2 elaborada anteriormente (ver página 22) e os organizadores das revistas online Rever e Bagaceira Talhada.

Se no primeiro momento mencionamos os grupos que compõem a “rede de colaboradores” do coletivo, agora, no segundo momento, vejamos o que significa o termo “rede de colaboradores”. Para o Entrevistado 1, a “rede de colaboradores”:

Não é uma colaboração contratual, não existiu [o entrevistado se refere a relação do coletivo com o grupo Bagaceira Talhada] uma conversa para dizer assim “vamos trabalhar juntos?”. A gente trabalha junto e ao mesmo tempo separado porque eles têm a reunião do Bagaceira Talhada, nós temos a reunião do Sarau, mas quando a gente faz a coisa acontecer, converge e conversa através da arte, do espaço e da escrita [...]. E a ideia é essa. É que as pessoas comecem a se movimentar politicamente e comecem a usar a rua ou até mesmo a internet que é um espaço entre aspas democrático e conversem. Vamos conversar sobre política, vamos discutir política e vamos concretizar política [...].

A gente funciona com diversas colaborações, por exemplo, a Rever é uma colaboradora do Sarau porque, por exemplo, quando a gente foi lá para os Xocós, a gente foi ali na região do Colégio na intenção de mostrar o que se passava na situação deles e a relação com aquela reintegração, aquela retomada do espaço e tal. E foi uma galera da Rever e uma galera do Sarau. Mas não foi, tipo assim, uma galera da Rever que vai para a reunião do Sarau e não é porque a gente não abra espaço, mas é porque a galera tem uma correria, trabalha, faz outras coisas, sabe? O *foda* disso velho é que assim, a gente ver na militância, por exemplo, que há as divisões e os encaminham... esqueci como a galera fala... as comissões, né? Você está na comissão de mídia, você está na comissão de segurança... As comissões acontecem [nesse momento o entrevistado se refere ao Coletivo Sarau Debaixo] de uma forma que a gente não previu, acontece de uma forma natural. Se chegou uma galera da Rever que trabalha com audiovisual, que trabalha com mídia independente, que está nessa guerrilha da democratização pela mídia acaba atuando junto com o Sarau Debaixo e o Sarau Debaixo junto com a Rever, ou seja, a gente trabalha trabalhando junto. (Entrevistado 1, militante do coletivo)

Ao se referir sobre a presença de outros grupos ou atores colaboradores do Coletivo Sarau Debaixo, o Entrevistado 1 diz:

Tem uma galera que colabora sim, mas é como eu disse, é muito doido porque não é de uma forma acertada... Não tem como a gente dizer, sabe? Não há tipo, um... um laço de palavra. A gente diz “estamos juntos” na rua. É dizer “galera, estamos juntos e tal” e acaba

acontecendo. Tipo, a Rever “cola”, o Sarau “cola” com o Bagaceira, o Bagaceira com o Sarau e assim vai acontecendo e o Maré. (Entrevistado 1, militante do coletivo)

Esses dois recortes de depoimentos fornecidos em entrevista pelo militante do Coletivo Sarau Debaixo nos aproximam da definição de “colaboradores” e “rede de colaboradores” citados pelo militante. Em seu conjunto, ambos os termos, segundo o uso nessa entrevista, nos encaminham para uma dinâmica de engajamento marcada pela fluidez e informalidade dos acordos e alianças. Como o militante disse acima “não é uma colaboração contratual” e não há “um laço de palavra”, antes disso, “a gente diz estamos juntos” nos eventos de protesto ou intervenções. A própria gíria utilizada no segundo recorte da entrevista, o “cola” que acompanha uma segunda gíria, o “chegar junto”, significa exatamente uma aliança sem compromisso de longo prazo tal como exige a definição clássica do termo engajamento. Diante disso, o uso da palavra “coletivo” não somente cumpre o papel de identificar um grupo através de um nome como o “Coletivo Sarau Debaixo” ou o “Coletivo Fora do Eixo”, mas também uma forma de organização e ação com tendência mais horizontal e engajamento mais fluído.

A dinâmica de engajamento caracterizada pela não formalidade e fluidez não é uma exclusividade do “Coletivo Sarau Debaixo”, pelo contrário, é uma tendência de vários movimentos sociais recentes denominados como “coletivo”. A reflexão sobre essa dinâmica de engajamento que se fortalece a partir dos anos 2000 e tem sido objeto de pesquisas (CATTANI, 2014) com a visibilidade de vários grupos como o Coletivo Fora do Eixo, o Movimento do Passe Livre (MPL) e etc. precisam ser articulados com outras duas dimensões da dinâmica política recente: a) o surgimento de movimentos e grupos que contestam a presença de movimentos sociais e militantes na esfera Estatal, quase todos vinculados ao PT tendo em vista a administração do Partido dos Trabalhadores no âmbito federal, estadual e municipal, e como consequência, b) a diversificação dos espaços de atuação e possibilidades de engajamento militante. No movimento estudantil, o surgimento da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL) em 14 de junho de 2009 e sua crítica ao modelo de organização e militância da União Nacional dos Estudantes (UNE), essa última com base militante vinculada ao PT, é um sintoma dessa diversificação dos

movimentos e espaços de atuação militante. No movimento sindicalista também ocorre uma cisão em 2002 com o surgimento do CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) após um conjunto de divergências com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esses “rachas”, termo bastante conhecido entre os militantes para se referir às disputas e fragmentações dos movimentos sociais, ainda que sejam nacionais, a ANEL e a CSP-Conlutas são organizações de nível nacional, afetam as dinâmicas locais. Em texto sobre o Movimento do Passe Livre, Saraiva (2014) tem identificado entre os novos atores que impulsionaram o Ciclo de Protestos de 2013, a seguinte classificação dos movimentos sociais entre os militantes do MPL: a “esquerda institucional” e a “esquerda social”. Sendo a esquerda institucional os “partidos políticos de esquerda, alguns sindicatos, ONGs, centrais e entidades representativas de estudantes – União Nacional dos Estudantes (UNE); Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs). São setores vinculados a uma institucionalidade convencional e trabalham com foco no Estado.”. Já a esquerda social é composta pelos recentes movimentos sociais que tem se articulado, por exemplo, a partir da dinâmica dos coletivos e que atuam mais na “lógica dos movimentos sociais” e menos do Estado. Em Sergipe, a partir da analogia com os termos “esquerda institucional” e “esquerda social”, podemos afirmar com segurança que a primeira é composta pela Rede 1 e a segunda pela Rede 2 anteriormente apresentadas (Ver página 26).

Esse conjunto de informações sobre os espaços de atuação política juvenil em Sergipe com a elaboração das duas redes de movimentos e consequentemente possibilidades de trânsitos de engajamento militante salientam as novas tendências e dinâmica dos movimentos sociais no estado. Com isso, o primeiro capítulo da dissertação buscou demonstrar o contexto de emergência do Coletivo Sarau Debaixo que está representado a partir de duas dimensões analíticas. Primeiro, a presença de um amplo cenário de diversificação dos movimentos e coletivos – para isso, foi desenvolvido o esquema intitulado Redes de Organizações e Possibilidades de Engajamento Juvenil em Aracaju – que traz consigo um quadro de inserção militante desses jovens. E segundo, a eclosão do Ciclo de Protestos de 2013 que possibilitou a construção de uma narrativa política e “mito de origem” para a construção do Coletivo Sarau Debaixo, assim como, o desenvolvimento de práticas políticas que derivam de uma ocupação ocorrida no ciclo de protestos e perdura, agora, com a

atuação de um coletivo específico. A partir disso, destacou-se também os repertórios de ação construídos a partir da ocupação do viaduto do D.I.A em Aracaju e a “rede de colaboradores”, nesse último caso representado pelos grupos apoiadores, construídos pelo coletivo.

Com base nesse capítulo da dissertação, a segunda parte desse trabalho *“Isso tudo pra mim se resume em um ato político”: gramática política e coletivo Sarau Debaixo* têm como objetivo destacar a construção de uma gramática política a partir das práticas de contestação e contexto político, ressaltados acima. Com isso, busca-se ressaltar que o Coletivo Sarau Debaixo se localiza em um “regime de enunciação” (LATOURE, 2004) cujo significado de política, ação política, engajamento e militância se desenvolvem em um cenário marcado por um conjunto de tensões como as dificuldades em se declarar enquanto atores engajados em partidos políticos e a criação de uma gramática política que se aproxima das ações específicas de ocupação e uma linguagem cultural-artística.

CAPÍTULO 2. “ISSO TUDO PRA MIM SE RESUME EM UM ATO POLÍTICO”: GRAMÁTICA E CONCEPÇÕES DE POLÍTICA NO COLETIVO DEBAIXO.

Os estudos sobre os chamados “coletivos” juvenis e novas formas de ação coletiva juvenis como as recentes intervenções urbanas, por exemplo, em forma de Sarau como é o caso do objeto de estudo dessa dissertação, possuem como ponto comum de imprecisão e sugestões de agenda de pesquisa a pesquisa sobre o sentido dado às suas formas de contestação, a noção de política e engajamento militante, etc. Nesse sentido, o objeto de investigação desse capítulo será a gramática política utilizada pelo Coletivo Sarau Debaixo para designar suas noções de grupo, ação política, ação cultural, engajamento militante etc. Como gramática política, é preciso esclarecer, estamos definindo os discursos que esse coletivo e atores usam em seu cotidiano para construir uma concepção de política. Com isso, o estudo da gramática política, neste trabalho, será a forma de acesso às noções que rodeiam a noção de política, contestação, militância, produção cultural, etc.

Os movimentos de juventude, assim como as mais diversas formas de ação coletiva, na história desenvolveram formas discursivas nas quais assentaram suas estratégias de ação, formas de organização e mediação. Essa gramática, podemos destacar, está relacionada com o contexto sociopolítico e a rede de relações em que um determinado grupo está inserido. Por exemplo, o uso de “palavras de ordem”²⁶ como “Ô Fifa, paga a minha tarifa”, “Ô motorista, ô cobrador, me diz se seu salário aumentou” ou ainda “Copa do mundo eu não abro mão, quero dinheiro para saúde e educação” nas Jornadas de Junho de 2013 pouco esclarecem sobre o seu significado se não estiverem inseridas em uma análise que discorra sobre as condições sociais daquele período, haja vista, o aumento da tarifa de ônibus em um período em que o Brasil estava cotado para sediar a Copa do Mundo. A utilização do símbolo do “jogo da velha” que se refere a *hashtag*²⁷ em campanhas de movimentos sociais recentemente como o #VetoPopular – campanha contra o aumento do transporte em

²⁶ Termo utilizado pelos militantes para designar as frases que irão entoar durante um protesto público.

²⁷ A *hashtag* é um mecanismo virtual disponível em redes sociais como o *facebook* e o *twitter* que serve para destacar um tema de discussão, o que permite que outros usuários possam conhecer e difundir esse tema.

Aracaju – ilustram, quando contextualizados, o desenvolvimento de repertórios de ação vinculados às redes virtuais de computadores.

A investigação acerca da gramática política utilizada pelos coletivos, partidos políticos, elites, grupos de interesse, movimentos sociais, sindicatos, a partir da proposta desse trabalho, exige uma compreensão das condições sociais que permitem a emergência das “maneiras” de falar sobre si e os outros. Nesse caso, a abordagem possui paralelos com a definição de repertórios de ação (TARROW, 2009) já mencionado no trabalho que consiste nas formas de agir de uma determinada ação coletiva que, para o autor, está relacionada com um contexto de estruturas de oportunidades políticas, a memória e o aprendizado de como agir coletivamente.

Grupos particulares têm uma história particular – e memória – de formas de confronto. Os trabalhadores sabem como fazer greves porque gerações de trabalhadores as fizeram antes deles; os parisienses erguem barricadas porque as barricadas estão inscritas na história do confronto político; os camponeses tornam terras portando símbolos que seus pais e avós usaram no passado” (TARROW, 2009, pg. 40)

A ideia de geração, tal como surge na citação acima, é fundamental para compreender, ainda que de forma geral, os padrões de formas de ação coletiva. Ainda que as gerações sejam caracterizadas por esses “padrões”, os “grupos particulares” possuem histórias particulares, não sendo possível assim, e tampouco pretensão desse trabalho, generalizar ou universalizar os repertórios de ação, os modelos organizacionais e as gramáticas políticas. Com isso, a dinâmica política local com suas redes específicas de organizações é determinante para a investigação da construção dos discursos que constituem as gramáticas políticas.

Desde o final do século XIX com as campanhas Abolicionistas, Sousa (1999) identifica que os movimentos de juventude não se diferenciavam, sendo composto por formas de ação e organização que perpassavam o movimento estudantil. Para a autora essa vinculação entre movimento de juventude e estudantil permanece até os anos de 1980. Apesar disso, a autora também destaca o surgimento de grupos como a Juventude Operária nos anos de 1930, as juventudes religiosas e partidárias, no entanto, esses grupos estavam vinculados com os movimentos estudantis. É somente entre as décadas de 1960 e 1980 que a autora identifica um processo de diferenciação

do movimento de juventude que começa a dissociar-se do movimento estudantil. Na interpretação da autora, um elemento contextual é fundamental para compreender essa mudança nas formas de ação política dos jovens, a inserção desse estrato social em novos espaços de socialização para além do estudantil como o mundo do trabalho.

O trabalho passou a ser uma realidade para parcela jovem da população. Até o final da década de 60 e início de 70, os jovens estudantes, ginasianos, secundaristas ou universitários, incorporados ao sistema educacional, e os jovens trabalhadores, subocupados ou desocupados, pertenciam a setores sociais distintos. (SOUSA, 1999, pg. 45)

Ao pensarmos a juventude neste contexto, podemos dizer que a parcela significativa da população jovem, no fim da década de 70 e no início da de 80, inseriu-se de forma mais 'moderna' na sociedade por intermédio do trabalho, da escola ou do lazer. A 'identidade jovem' estendeu-se a uma parcela maior de brasileiros (...). (SOUSA, 1999, pg. 45)

A partir das constatações da autora, o processo de diversificação das formas de contestação e ação coletiva dos jovens ocorre paralelamente aos novos papéis sociais a eles dedicados, haja vista, por exemplo, o mundo do trabalho. Dessa forma, Ann Mische (2008) observa o aparecimento dos grupos profissionais e Empresas Júnior como forma de organização política no movimento estudantil no Brasil. Junto a esse elemento contextual dos elementos que constituem a condição juvenil a partir dos anos de 1960, surgem novas demandas que extrapolam as demandas estudantis. Ou seja, ao passo em que o jovem necessita ocupar novos espaços sociais, novas demandas são elaboradas pelos movimentos juvenis.

O processo de diversificação das formas de ação coletiva juvenis, agora ocupando outros espaços além dos sindicatos, partidos políticos, as escolas secundaristas e as universidades, trouxe para os movimentos de juventude modelos organizativos que contestam àqueles mais comuns aos movimentos estudantis e dos partidos políticos. Segundo isso, Sousa (1999) comenta a forma de organização dos movimentos até a década de 1960:

(...) qualquer movimento que quisesse trazer sua mensagem para o seio do movimento estudantil tinha de se engajar "nas estruturas", ou seja, entrar na engrenagem da luta pelo poder nos diretórios e nos

grêmios. (...) Qualquer ação do movimento estudantil, política ou não, era, portanto, organizada em moldes mais ou menos partidários, a fim de conquistar a direção de centros, Uniões Estaduais ou da UNE. (SOUZA, 1999, pg. 36)

No entanto, é preciso ressaltar que com o surgimento das novas formas de ação coletiva juvenis, essas formas de organização mais “tradicionais” não deixam de existir, pelo contrário, disputam espaços de representação juvenis e a capacidade de mobilização com esses novos grupos com demandas e gramáticas políticas distintas (SANTOS, 2015).

O primeiro elemento que será destacado da construção de uma nova gramática política desses grupos juvenis, utilizando como estudo de caso o Coletivo Sarau Debaixo, é a construção de uma cultura política que tem como base a ocupação e intervenção do espaço urbano. A ação política, nesse sentido, se desenvolve na rua através da exposição de discursos que acontecem na interação entre os atores sociais e a cidade.

E qual o significado de cidade para esses novos coletivos? Por que as praças dos centros urbanos passam a ser a principal arena de reivindicação através da prática do Sarau e outras atividades lúdicas? E por que não protestarem através de passeatas e outros repertórios de ação mais convencionais? Essas questões nos sugerem entrar nas concepções nativas desenvolvidas por esses grupos para definir a cidade e, a partir disso, fazer dela um *locus* de ação política.

Nos anos de 1990, Ann Mische (1997) já destaca o papel das praças, ruas e *shopping center* para assinalar algumas mudanças nos espaços de socialização política dos jovens, assim como Sposito (1994) também faz uma constatação semelhante com os grupos de hip hop em São Paulo com a construção da ação coletiva no espaço da rua. No entanto, com os anos 2000, os movimentos sociais juvenis, alguns que passam por uma transformação nos modelos organizativos e adotam a autodefinição de “coletivos”, principalmente a partir de 2010, trazem um novo elemento que está presente no discurso de grande parte desses grupos: a privatização do espaço público. É a praça que não pode ser ocupada pelos *skatistas* ou são demolidas para a construção de *shopping centers* e, com isso, a substituição de um espaço de lazer para um espaço de consumo; a contestação do transporte

público e sua função de transportar a população e fornecer o acesso aos espaços da cidade diante os anuais aumentos da tarifa; e o aparecimento dos “rolezinhos” como forma de os conquistarem o acesso a alguns espaços públicos em grupos. Os “rolezinhos” como ficaram conhecidos os passeios programados por jovens aos *shopping centers*, por exemplo, se disseminaram em várias cidades do Brasil, inclusive em Aracaju²⁸. Centralizado na causa pública do transporte público, Saraiva (2014) destaca a noção de cidade do Movimento do Passe Livre (MPL), responsável pela articulação de vários movimentos em cidades do Brasil no Ciclo de Protestos de 2013:

O MPL é um movimento social autônomo, constituído principalmente por jovens, que luta pela reestruturação dos transportes públicos urbanos e pelo direito à cidade. (...) Com base na luta pelo Passe Livre Estudantil e pela melhoria das condições dos transportes, o movimento elaborou sofisticadas noções de mobilidade urbana, segregação espacial e segregação racial, que compõem sua visão de direito à cidade. Em sua perspectiva a cidade não se constitui apenas de serviços. A mobilidade, partindo dessa visão, refere-se também a qualquer deslocamento cujo objetivo seja afetivo, lúdico, de puro lazer. É, além disso, meio de acesso a direitos já consagrado, como saúde, educação etc. (...) o movimento elaborou sofisticadas noções de mobilidade urbana, segregação espacial e segregação racial, que compõem sua visão de direito à cidade. Em sua perspectiva, a cidade não se constitui apenas de serviços. A mobilidade, partindo dessa visão, refere-se também a qualquer deslocamento cujo objetivo seja afetivo, lúdico, de puro lazer. É, além disso, meio de acesso a direitos já consagrados, como saúde, educação etc. Assim, nas metrópoles contemporâneas, o transporte adquire uma centralidade que o leva à condição de meio de acesso ao direito à cidade. Na abordagem construída pelo movimento, o transporte não é independente: influencia e é influenciado por interesses e necessidades de diversas ordens. Visto sob esse ângulo, o transporte urbano, ainda que desempenhe um papel central para o funcionamento da cidade, no caso brasileiro também promove, devido a todas as deficiências que apresenta, a imobilidade urbana e o cerceamento do direito individual e coletivo à cidade, num processo de acúmulo de opressões como as de classe, raça, gênero e sexualidade, entre outras – ou seja, à medida que as pessoas acumulam características como ser pobre, preto, mulher e homossexual, reduz-se o seu direito de ir e vir nas cidades brasileiras. (SARAIVA, 2014, pg. 42)

²⁸ Ver manchete do jornal <http://www.brasil247.com/pt/247/sergipe247/127040/Aracaju-ter%C3%A1-sua-vers%C3%A3o-do-rolezinho-no-shopping.htm>

Seguindo uma concepção de cidade destacada pela autora acima em seu estudo sobre o Movimento Passe Livre, o cartaz de divulgação da segunda edição do Sarau Debaixo também exibe uma concepção de cidade:



Imagem 9. Imagem retirada do facebook do Coletivo

No cartaz, os autores publicam uma poesia de autoria coletiva – dificilmente os grupos divulgam a autoria individual daquilo que produzem – que diz:

A terra desse chão/ de arames farpados/ os passos da cidade/ de
muros levantados/ o direito de não entrar/ de sempre ficar na porta/
essa catraca torta/ um dia há de quebrar/ assim como o ingresso/ os
portões e a classificação/ e toda política de “eu te peço”/ agora eu digo
“não!”, pois pra gente não importa/ se todas as casas estão fechadas,/
se os teatros, meu amigo, não passam de fachadas/ e pra eles a nossa
poesia é de marginal/ a rua é nossa/ divergência/ sem clemência/ sem
direito de perder mais nenhum direito/ porque aqui está decretado:
todo chão será palco, todo muro será mural, toda cidade poesia.
(Cartaz de divulgação do Sarau Debaixo)

Ambas as referências assinalam a concepção da cidade enquanto um espaço caracterizado por “muros levantados”, como destaca a poesia acima, uma metáfora

para enunciar uma cidade de desigualdades e diferenças em relação ao acesso de distintos grupos em determinados espaços da cidade. Nesse sentido, vários coletivos e movimentos que surgem nas capitais brasileiras no século XXI e principalmente após o Ciclo de Protesto de 2013, a saber, o movimento dos *rolezinhos* anteriormente citado, o protesto como o Ocupe Estelita em Recife, o Praia da Estação em Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2013), o Largo Vivo e a Defesa Pública da Alegria em Porto Alegre (SILVA, 2013) compartilham essa gramática sobre a cidade e a reivindicação dos espaços públicos. Essa concepção da cidade não é particular aos militantes desses movimentos sociais, alguns dos militantes, inclusive o Entrevistado 1, durante entrevista cita cantores de rap que reproduzem essa mesma definição, assim como se utilizam de conhecimento especializado como é o caso do filósofo e sociólogo Henry Lefebvre e seus textos sobre a cidade como “A Revolução Urbana”, “A Produção do Espaço” e “O Direito à Cidade”.

2.1. O Coletivo Debaixo e o Espaço Público Enquanto um Lugar de Fazer Política

O recorte temporal de 2013 é importante para pensar o fortalecimento – apesar de alguns autores destacarem o tema da cidade nesses coletivos como o “surgimento de uma pauta”, é fundamental salientar que os movimentos populares urbanos já a utilizavam ainda que com suas peculiaridades – da gramática política da cidade, tendo em vista que é nesse período que o Brasil é escolhido para sediar grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A Copa do Mundo de 2014, por exemplo, causou um conjunto de transformações em capitais brasileiras como Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN) e Recife (PE) que se tornaram cidades onde os jogos da Copa do Mundo foram realizados e houve a construção de estádios de futebol, em alguns casos como em São Paulo, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre e Recife, com a realocação ou o despejo da população que morava no entorno das obras para esse grande evento. Os noticiários, ainda em 2012, já tinham em suas manchetes de jornal essas desapropriações por causa da Copa do Mundo, a exemplo da denúncia sobre

os escândalos em São Paulo “Por obra da Copa, Metrô derruba parte de favela e deixa 200 famílias vivendo entre escombros”²⁹, em Porto Alegre “Porto Alegre é a cidade com mais desapropriações por conta da Copa do Mundo de 2014”³⁰, em Fortaleza “Até 4 mil famílias podem perder suas casas por obras da Copa em Fortaleza”³¹ e em Recife “Mais de 2.000 famílias são removidas por obras da Copa do Mundo em PE”³². Esses acontecimentos sensibilizaram os movimentos sociais e incentivaram a criação de comitês de bairros somente dedicados para desenvolverem um conjunto de ações contestatórias a esses atos de desapropriação de casas em detrimento das construções da Copa do Mundo.

A cidade de Aracaju não teve esses problemas de desapropriação, houve somente a reforma do principal estádio da capital sergipana que recebeu a seleção da Grécia como centro de treinamento. No entanto, através das manchetes de jornais, da divulgação desses acontecimentos nas redes sociais por militantes de movimentos sociais e jornalistas, esses eventos também se tornaram tema de intervenções do Coletivo Sarau Debaixo. Ainda que o Coletivo Sarau Debaixo não tenha surgido a partir de motivações em contestar esses acontecimentos referentes às construções da Copa do Mundo como destaquei anteriormente, o coletivo surge em um período que é marcado por uma tendência de contestação do espaço urbano que ganha novos elementos para a construção de uma causa pública. Sendo assim, ainda que a contestação do espaço público e a concepção de cidade não sejam particularidades desses coletivos com o perfil semelhante ao do Coletivo Sarau Debaixo, os atuais coletivos têm ressignificado essa causa e problema público a partir de novas referências de acontecimentos sociais como os grandes eventos recentemente sediados no Brasil, a ocupação do espaço público pelos movimentos sociais e a contenção policial e os conflitos decorrentes da ocupação de diversos setores sociais em espaços sociais como os *shopping centers*.

²⁹ Ver <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/13/metro-derruba-metade-de-favela-e-deixa-200-familias-vivendo-entre-escombros.htm>.

³⁰ Ver <http://www.jogoslimpos.org.br/destaques/porto-alegre-e-cidade-mais-desapropriacoes-por-conta-da-copa-mundo-de-2014/>.

³¹ Ver <http://apublica.org/2012/09/ate-4-mil-familias-podem-perder-suas-casas-por-obras-da-copa-em-fortaleza/>.

³² Ver <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/mais-de-2000-familias-sao-removidas-por-obras-da-copa-em-pe,4cfb2688e59b0410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>.

Os trabalhos de Silva (2014) sobre a dinâmica da ação coletiva dos eventos de manifestação do Largo Vivo e a Defesa Pública da Alegria em Porto Alegre e Oliveira e Dayrell (2013) acerca do Movimento Praia da Estação em Belo Horizonte ilustram, assim como a citação destacada de Saraiva (2014) sobre o Passe Livre, o compartilhamento dessa noção de cidade:

O Largo Vivo e a Defesa Pública da Alegria são eventos que têm como principal característica o que poderíamos chamar de um caráter lúdico-reivindicatório. A interação com o espaço urbano, a reapropriação da cidade para as pessoas, confrontando os processos de restrição das zonas de sociabilidade e de privatização das áreas de trocas culturais, demandam atividades que venham ao encontro com uma proposta de relação entre pessoas/espaço que manifeste as subjetividades e criatividade na resignificação da cidade, trazendo a rua como um local de vivência e de aprendizado. (SILVA, 2014)

Organizado e mobilizado em rede através de uma lista de discussão e um blog na Internet — ambos intitulados como “Praça Livre” - o Movimento Praia da Estação surge, então, como uma iniciativa coletiva de questionamento do decreto baixado pelo prefeito, bem como ocupação política/cultural da praça da Estação. Vestidos com trajes de banho e portando pranchas de surf, esteiras, guarda-sol, caixas de isopor, bronzeadores, numa cidade não-banhada pelo mar, os jovens trouxeram a cena pública o debate sobre o uso e apropriação dos espaços públicos da cidade e sobre os próprios rumos do desenvolvimento da urbe, ao mesmo tempo em que ensinaram novas formas de ação coletiva e participação social no cenário urbano. (OLIVEIRA & DAYRELL, 2013)

Em entrevista, o Entrevistado 1 do Coletivo Debaixo reproduz uma representação de cidade semelhante aquelas já citadas:

A cidade foi repartida e nós não fomos convidados. Se repartiu a cidade dentro de uma lógica elitizada e para poucas pessoas. A cidade não é partida para poucas pessoas. Ela é uma obra usada em favor de poucas pessoas. Então eu acho que a gente tem o dever de discutir a cidade, de falar sobre as coisas que acontecem na cidade, de dizer assim “olha, a gente quer participar da divisão da cidade”. A gente é quem vive o espaço da cidade, então a gente é quem tem que falar como usar essa cidade, né? (...)

E a gente discute a política da cidade não só dentro do contexto atual, mas dentro de um contexto histórico também, sabe? Por exemplo, a questão da formação geográfica de Aracaju e do quadrado de pirro e a relação que a cidade sempre teve com essa ideia de progresso limpo, sabe, e de esconder as coisas. Porque por exemplo, a gente

sabe que o quadrado de pirro foi feito de um jeito que a Rua de Siriri ficou um lugar marginalizado, onde foi colocado todas as putas, todos vadios, né, que eram considerados. Ou seja, eles limparam a cidade para fazer uma cidade limpa, o que eles consideram limpa, sabe? E aí a gente tem que discutir o que é legítimo e o que não é... Mas o que a gente pauta é que as discussões sempre foram tomadas sem consultar o povo, sabe? Por uma minoria, sabe... Por uma minoria elitizada que diz “olha, a gente vai utilizar a cidade dessa forma” e o povo muitas vezes não é convidado a discutir de que forma a cidade deve ser utilizada. (Depoimento Entrevistado 1)

A cidade como um espaço repartido para poucas pessoas a partir de uma “lógica elitizada”, cujo objetivo é a construção de uma “obra usada em favor de poucas pessoas” é a tônica da gramática construída pelo Entrevistado 1 para definir o que vem a ser a cidade. Para isso, o militante retoma a ideia de um “progresso limpo” que marca o desenvolvimento das cidades onde grupos como “as putas” e os “vadios”, ou seja, os grupos marginalizados são excluídos. E por fim, o militante sugere a necessidade de reflexão acerca da legitimidade dessas ações de exclusão e “limpeza” que circundam o “progresso limpo” das cidades urbanizadas. É a contestação desse planejamento e desigualdades da cidade que está por detrás das ações de coletivos como o Coletivo Sarau Debaixo.

Junto a gramática desenvolvida sobre a cidade, cujos os processos de desenvolvimento e desigualdades são os principais elementos de construção de uma causa pública que justifica a ocupação urbana e as demais formas de contestação e conscientização política, a observação participante e as entrevistas permitiram perceber os termos utilizados pelo grupo para definir sua forma de engajamento militante.

Ainda no primeiro capítulo foi citado o termo “cola” para mencionar a forma de organização em “redes fluidas” entre organizações e grupos. No entanto, nesse momento resgatamos o termo “cola” enquanto uma gramática que dá sentido à forma de engajamento desenvolvida nesses coletivos. A palavra “cola”, uma gíria utilizada pelo grupo para se referir a aproximação entre dois atores ou grupos que visa a contribuição em uma intervenção urbana ou alguma outra causa, surgiu no campo empírico a partir da entrevista realizada com o Entrevistado 1. Naquela ocasião, o militante buscava explicar como outros grupos e atores sociais contribuem e

organizam o Sarau Debaixo que é a principal intervenção urbana do coletivo. Para isso, o militante aciona o termo “cola”.

O termo “cola” enquanto definição de um engajamento fluido de um ator em várias organizações, no sentido utilizado pelo militante, sinaliza para uma questão importante e já apontada por outros estudiosos (BORBA, et. a., 2015; COMBES, 2000; GOIRAND, 2009; MISCHÉ, 2008) acerca do múltiplo engajamento como modelo de militância por excelência dos movimentos juvenis no Brasil. Para dar sentido a essa afirmação, a autora realizou um amplo trabalho sobre as redes de organizações e padrões de militantismo juvenil no Brasil mostrando como as trajetórias dos atores perpassam o engajamento em múltiplas organizações, como partidos políticos, organizações religiosas, centros acadêmicos, diretórios centrais, sindicatos e outras organizações trabalhistas, empresas júnior etc. Quando o militante afirma que “eu colo aqui” ou “eu colo ali”, ou seja, eu me aproximo desse grupo ou do outro grupo para militar em uma determinada causa e depois em outra em organizações que nem sempre possuem uma relação próxima ou ainda estão inseridas em um grupo específico, o entrevistado está se referindo a uma forma de engajamento cuja a mobilidade e o trânsito entre as organizações é possível.

Nesse sentido, o “cola” enquanto uma referência a forma de militar se distingue do significado tradicional do termo engajamento militante definido por Sawicki e Siméant (2011) como “toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa”. No entanto, esses coletivos que surgem no Brasil, principalmente a partir de 2010, desafiam o conceito de engajamento militante agora citado à proporção que tem desenvolvido lógicas de engajamento militante com participação temporária – que pode desencadear participações duradouras – em ações coletivas tão diversas quanto às causas em questão.

O estudo de Daniel Cefaï (2005) sobre os Novos Movimentos de Protesto (NMP) na França também trazem constatações semelhantes às encontradas em Aracaju a partir do caso do Coletivo Sarau Debaixo.

As organizações convertem-se, elas próprias, numa espécie de arenas públicas e de redes de activistas, as quais participam em fóruns de discussão (Mouchard, 2002), coligam-se noutros campos de luta e

incorporam uma série de compromissos individuais (Szczepanski, 2002). A forma em “rede” é a mais expandida, com os seus fracos estrangimentos em matéria de hierarquia, de centralização e de institucionalização. Ela põe em conexão organizações de toda a espécie e de qualquer dimensão. Daí, derivam estratégias compósitas, em que as decisões devem incluir os diversos actores, encontrando-se uns e os outros nas manifestações, nas ocupações ou nos fóruns electrónicos, sem que por isso renunciem à sua autonomia. A modificação das formas de compromisso público ocorreu paralelamente ao desmoronamento das “constelações de pertença” ideológica, religiosa ou política (Ion, 1997). (CEFAI, 2005, pg. 139-140)

Os Novos Movimentos de Protesto (NMP) para Cefai possui significado diferenciado daquele produzido pelos estudos dos Novos Movimentos Sociais (NMS) que, através de sua perspectiva teórica, desenvolveu a ideia de um “sujeito histórico” unificado que teria como função social a construção de atos revolucionários. Para o autor:

Com a sigla NMP não pretendemos reproduzir o mito de um “sujeito colectivo” análogo ao dos novos movimentos sociais (NMS) dos anos setenta.

Trata-se apenas de encontrar traços comuns entre diferentes organizações associativas, que amiúde participam nos Fóruns sociais, e cujos membros circulam entre de uma para a outra e se coligam, de modo mais ou menos informal, numa galáxia da contestação qualificada como “esquerda da esquerda” (Pingaud, 2000). (CEFAI, 2005, pg. 129)

Sendo assim, a partir dos trechos destacados acima, o autor traz uma caracterização dos “novos movimentos de protesto” semelhante às encontradas na dinâmica dos coletivos que surgem no Brasil e do Coletivo Sarau Debaixo. São novas organizações de movimentos sociais cuja gramática e prática política passam por uma circulação informal dos membros por uma “galáxia da contestação qualificada como esquerda da esquerda”. Além disso, a forma de vinculação desses atores sociais com esses grupos ocorre de maneira mais fluída com outra lógica de “pertença” ideológica e política cuja característica é a flexibilidade nos fluxos militante³³.

³³ Como fluxo militante estou chamando a atenção para os caminhos possíveis de exercer a militância em mais de uma organização.

2.2. A “Ocupação Cultural”, o “Coletivo” e o “Poeta Engajado”: formas de enunciação da ação política no Coletivo Debaixo

Durante a pesquisa, a busca pelo sentido dado pelos atores aos seus atos políticos não se limitou a investigação e observação das ações promovidas pelo Coletivo Sarau Debaixo. Além disso, foi necessário “seguir o objeto”, nesse caso, seguir os espaços onde os militantes do coletivo atuam para além do próprio coletivo.

Como exemplo disso, um evento contribuiu para pensar qual o sentido de “ato político” do grupo. Em uma das visitas e observações participante aos espaços de intervenção político-cultural que tem surgido em Aracaju – alguns emergiram durante a realização da pesquisa –, a intervenção de uma militante do coletivo no Ensaio Aberto sugeriu o sentido de política dos seus atos empreendidos na cidade.

O Ensaio Aberto é mais uma das intervenções políticos-culturais que surgiram em Aracaju nos últimos anos, nesse caso, o evento acontece na cidade desde 2015. Na nona edição do Ensaio Aberto que aconteceu no dia 27 de março de 2016, a intervenção teve como tema as questões de gênero e teve a participação da Frente Nacional de Mulheres no Hip-hop, o Coletivo de Mulheres de Aracaju, esta última com grande participação de militantes vinculadas ao PSOL, a encenação de uma peça teatral que tematizava os atos de agressão cotidiano aos transexuais e travestis – questão que tem ganhado visibilidade na cidade com a participação de transexuais na Marcha das Vadias e com a construção da Semana de Visibilidade Trans – e uma roda de poesia. Além da participação desses grupos e atos de protesto, essa edição do Ensaio Aberto, assim como as demais, abre espaço para que alguns artistas autorais realizem seus shows.

Nessa ocasião, uma das militantes, presente na roda de poesia que tematizava, por exemplo, a liberdade do corpo feminino e os abusos que afligem às mulheres, além de outras questões vinculadas às questões de gênero, disse: “Tudo isso para mim se resume em um ato político.”. Sendo assim, os espaços de intervenção urbana constituem, para esses coletivos como o Coletivo Sarau Debaixo, atos políticos. Em entrevista à Infonet, importante jornal de Aracaju, essa mesma integrante do coletivo

ressurge com uma declaração que nos ajuda a compreender a gramática política que circula entre esses jovens.

Conforme a poeta e integrante do Coletivo Sarau Debaixo[...], a proposta do Sarau é provocar as pessoas para que elas se instiguem a ocupar as ruas. “Estamos fazendo esse movimento não para promover um evento, mas sim, despertar a sociedade para que ela possa ocupar as ruas com arte”, revela.

Ela ainda acrescenta que, em sua quinta edição, o Sarau preparou uma programação que abordará alguns temas relevantes de 2014. “Este é um ano diferente e muito simbólico, pois acontecerá a Copa do Mundo e as eleições, além disso, o golpe civil e militar que aconteceu no país completará 50 anos. Por isso, nesse primeiro Sarau do ano, iremos alertar as pessoas para o que vamos enfrentar pela frente”, destaca. (Matéria publicada no jornal eletrônico Infonet, 2014)

Nesse depoimento, a militante evidencia que a proposta do “movimento” não é “promover um evento”, mas ocupar o espaço urbano com arte. No entanto, essa ocupação da cidade com arte é acompanhada de um amplo debate de temas sociopolíticos importantes como “a Copa do Mundo e as eleições” ou o resgate histórico e a reflexão sobre “o golpe civil e militar que aconteceu no país” que completou, em 2014, cinquenta anos.

Por outro lado, a mesma reportagem traz o depoimento de uma estudante que esteve no Sarau Debaixo pela primeira vez e teve como principal motivação ir até o local para ouvir poesia e ter uma opção de lazer.

Já a estudante [...], que esteve no Sarau pela primeira vez, diz que o interesse por poesia é o que a fez chegar no local. “Já gostava de poesia mas não conhecia o Sarau. Fui convidada por uma amiga que já participa e aproveitei e convidei meu pai. O que mais achei interessante foi o local e por ser aberto ao povo”, finaliza. (Matéria publicada no jornal eletrônico Infonet, 2014)

Assim como o depoimento da estudante, uma jornalista que está com sua filha também traz consigo sua concepção sobre um dos significados do Sarau Debaixo para si:

A jornalista [...] foi ver de perto esse projeto e levou a filha de apenas três anos, que já demonstra interesse pela arte. No chão, a pequena também fez a sua intervenção artística. “Essa é uma oportunidade de estar no lugar central da cidade, que é o terminal do DIA, onde há um encontro muito grande de pessoas que mesmo não interagindo entre si, estão interagindo de alguma forma, então chama a atenção para que as pessoas possam parar no meio da correria do dia-a-dia e apreciar um pouco de arte, da poesia, uma coisa mais subjetiva, que é importante em nossa vida”, reforça. (Matéria publicada no site Cultura Interativa, 2013)

Os dois últimos depoimentos demonstram os múltiplos “pontos de vista” atribuídos pelos não engajados no Coletivo Sarau Debaixo sobre suas ações. Ainda que seja identificada uma gramática política que se constrói no Coletivo Sarau Debaixo a partir da intervenção no espaço urbano, os atores envolvidos nessa “cena”³⁴ atribuem outros sentidos que envolvem perceber o Sarau enquanto um espaço de lazer e sociabilidades, um espaço de acesso à cultura, um espaço de contestação e um espaço de conturbação a ordem estabelecida.

A tríplice de concepções exposta sobre o Sarau Debaixo indica duas questões que são pertinentes para a análise desse recente fluxo de manifestações e contestações que utilizam da ocupação como principal repertório de ação. Primeiro, as múltiplas formas como os atores envolvidos, agora não somente os organizadores, como o público mobilizado e o Estado através dos agentes policiais, percebem a intervenção. Com isso, essas formas de contestação não são percebidas por todos como ocorrem com os comícios, as passeatas ou outra forma de ato público, como um ato político por excelência. Segundo, a construção negativa, por parte de outros militantes cuja carreira foi constituída em espaços políticos mais institucionalizados como os partidos políticos, os sindicatos e o movimento estudantil, de que essas manifestações como o Sarau Debaixo são “muito festivas”.

A distinção entre denominações “coletivo” e “movimento social” também faz parte desse glossário político-cultural utilizado pelo Coletivo Sarau Debaixo. Os estudos sobre movimentos sociais no Brasil têm enfrentado nos últimos anos, após a emergência dos então conhecidos como “coletivos”, o antigo dilema em definir o que

³⁴ Com a palavra “cena”, busca-se destacar o cenário de interações do Sarau que envolve não somente os militantes que promovem a ação, mas também os transeuntes sem nenhum nível de engajamento, o público que assiste à intervenção, os agentes policiais etc.

é um movimento social. A partir da redemocratização também houve um processo de diversificação acerca das formas de organização política que agora se utilizavam de novas gramáticas políticas, formas de ação coletiva, assim como as denominações sobre si mesmo. Como exemplo, Gohn (2013) ressalta a influência da Lei n. 9.790 (23/03/1999) acerca da Organização da Sociedade Civil de Direito Público (Oscip) que apoiou as ações elaboradas pelas ONGs e ficou conhecida como a “Lei do Voluntariado”:

As palavras de ordem desses projetos e programas foram: ser propositivo, e não apenas reivindicativo, e ser ativo, e não apenas passivo reivindicante. Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática, na qual mobilizar deixou de ser sinônimo de atos ou ações que objetivam o desenvolvimento de uma consciência crítica ou o protesto nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (GOHN, 2013, pg. 220-221)

A autora traz, nesse trecho, como as mudanças geradas no âmbito do Estado e das leis, nesse caso a “Lei do Voluntariado” que incentivou as formas de ações elaboradas pelas ONGs, também trouxeram alterações na dinâmica dos movimentos sociais e transformou o “militante de protestos” em “ativista organizador” de usuários dos serviços sociais. Essas mudanças ocorreram em três dimensões. Primeiro, no plano organizacional, agora parte dos movimentos sociais teriam aderido aos modelos de organização de ONGs. Segundo, no âmbito das formas de ação com as estratégias de intervenção por projetos que criam oportunidades de financiamento a projetos sociais. E terceiro, no plano da gramática política onde mobilizar significa “arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais”.

Se por um lado a dinâmica identificada por Gohn (2013) na década de 1990 sugere uma institucionalização das causas a partir do acesso aos projetos sociais incentivados por leis promulgadas, o uso da denominação de “coletivos” sinaliza para

uma fragmentação das causas e construção de forma de organização alternativa aos movimentos sociais mais institucionalizados.

Entre os vários coletivos que também emergem em Aracaju, como exemplo, o coletivo Mão Roxa vinculado a causa de gênero, o coletivo Quilombo que se insere nas demandas étnico-raciais, o Coletivo de Mulheres de Aracaju e o Coletivo de Mulheres Rosa Luxemburgo relacionado com a causa de gênero, o Coletivo Sarau Debaixo se insere entre esse conjunto de grupos que se denominam enquanto um coletivo.

A principal representação entre os militantes sobre o que é um coletivo é a de que um coletivo é uma forma “alternativa” - sempre aparece em relação aos modelos organizacionais mais institucionalizados – onde todas as pessoas podem participar sem qualquer compromisso institucional como, por exemplo, a filiação e caracterizado pela ausência de hierarquia, dedicação a uma causa específica e autônoma às estruturas de poder como os movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. No entanto, o cenário aracajuano mostra que o termo “coletivo” pode significar um conjunto amplo de formas de se organizar uma ação coletiva. Por exemplo, é possível perceber coletivos cuja composição militante é de atores fortemente engajados em posições de lideranças em partidos políticos, transitam entre os dois espaços e estabelecem uma posição pública de vinculação entre a sigla partidária ao qual está engajado e o coletivo, assim como há coletivos cujos integrantes possuem uma carreira militante em outros movimentos sociais e partidos políticos e buscam invisibilizar os engajamentos anteriores para construir uma imagem pública de um coletivo sem vinculação com organizações partidárias.

Com isso, podemos afirmar que há várias tendências entre os coletivos, entre elas, aqueles coletivos que pretendem estabelecer e disputar causas sem a influência das pautas e organizações partidárias, como também há aqueles coletivos que são extensões dos partidos políticos. Sobre esses últimos, eles operam como setores partidários para causas específicas.

Como Gohn (2013) identificou a relação entre o surgimento das ONGs e do “ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais” e os estímulos provocados pela Lei do Voluntariado sancionada em 1999, a emergência e fortalecimento dos coletivos enquanto uma forma de organização interage com a

crítica dos movimentos sociais à alta vinculação dos movimentos sociais aos partidos políticos e o Estado.

Esse confronto tem o seu auge no Ciclo de Protestos de 2013, ainda que não surja nesse momento, com o forte teor apartidário e antipartidário das manifestações desse período. Antes disso, é preciso destacar dois marcos elementares dessa vinculação entre o Estado e os movimentos sociais e que orientam as críticas que legitimam a existência dos coletivos. Primeiro, o processo de redemocratização e a institucionalização de causas públicas e movimentos sociais. E segundo, a ascensão do Partido dos Trabalhadores no governo federal e estaduais, que ocorreu paralelamente a expansão de alguns movimentos sociais, agora aliados dos governos, assim como os escândalos de corrupção posteriores nas gestões do Partido dos Trabalhadores durante o governo Lula (2003-2011) do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o governo Dilma (2011-2016) da presidente atualmente afastada Dilma Rousseff.

Nesse contexto de ascensão do Partido dos Trabalhadores no governo federal e os novos canais de participação de movimentos sociais e militantes em esferas estatais, Abers, Serafim e Tatagiba argumentam sobre esse novo contexto de relações entre o estado e os movimentos sociais:

(...) neste contexto de maior proximidade, movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras. Ativistas que assumiram cargos na burocracia federal frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil. No governo, tais ativistas buscaram construir e fortalecer espaços participativos formalizados, que até então se restringiam a âmbitos municipais. Mas eles também experimentaram outros canais de comunicação, negociação e colaboração entre Estado e sociedade civil, tais como novas formas de negociação baseadas em protestos e outros encontros, menos públicos e mais personalizados, entre Estado e representantes de movimentos sociais. (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, pg. 326, 2014)

Esse tipo de relação caracterizada pela construção de espaços de negociação, a ocupação de cargos por militantes em esferas do estado e uma consequente maior

proximidade entre atores estatais e movimentos sociais é definida pelas autoras como “repertório de interação”.

Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com o Estado (o que nos permitiria trabalhar com o conceito original de repertório de Tilly) mas também investiram pesadamente em ações *por dentro* das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. Para incorporar este aspecto da política brasileira, sugerimos complementar a noção original de *repertoire of contention*, de Tilly, através do conceito de “repertório de interação” entre Estado e sociedade civil. (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, pg. 331, 2014)

Os repertórios de interação são divididos em quatro tipos: protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade e a ocupação de cargos na burocracia. A representação do “apartidarismo” que se apresenta nos discursos dos integrantes do coletivo analisado, ainda que não se restrinja a esse grupo, se relaciona com a intensificação de três tipos de repertórios de interação: a participação institucionalizada, política de proximidade e a ocupação de cargos na burocracia. Assim como o estudo das autoras citadas acima, a análise de Dowbor (2012) sobre o movimento sanitarista entre os anos de 1975 e 2005 retoma o conceito de repertório de interação, em especial, a ocupação de cargos na burocracia e a participação institucionalizada. Além dos textos citados acima, outros autores (ABERS E BULOW, 2011; GOLDSTONE, 2003; SILVA, 2015; SILVA E OLIVEIRA, 2011; COMBES, 2009) destacam essa relação entre os movimentos sociais e o estado a partir de diversos conceitos.

Em Sergipe, a gramática do “apartidarismo” presente no Coletivo Debaixo, por exemplo, também surge a partir da crítica do processo de “cooptação” entre movimentos sociais e a geração de uma elite política que acessa o estado no início dos anos 2000. Costa (2009) em estudo sobre o processo de formação de uma elite política que estabelece um trânsito “dos movimentos sociais às funções institucionais” ilustra esse processo a nível local que acontece no período de transição democrática em Sergipe.

O cenário político sergipano nesta primeira década do século XXI caracteriza-se pela presença, em funções legislativas e governativas, de um conjunto de lideranças políticas que iniciaram suas trajetórias de agentes organizacionais e militantes políticos nos movimentos sociais nos anos 80 do século passado, ocorridos especialmente na cidade de Aracaju, capital do estado. Como exemplos dessa presença, o governador Marcelo Déda Chagas e Edvaldo Nogueira Filho, prefeito da capital, ambos egressos do movimento estudantil secundarista e universitário; José Francisco dos Santos, conhecido como Chico Buchinho, foi chefe do gabinete do governo Marcelo Déda, é vereador, e iniciou sua atividade política no movimento sindical bancário; Ana Lúcia Vieira, deputada estadual e ex-secretária de Estado do governo Déda, que iniciou sua carreira política no movimento dos professores; José Eduardo de Barros Dutra, sindicalista, ex-senador, ex-presidente da Petrobras e ex-presidente da BR Distribuidora é oriundo do movimento dos petroleiros e dos mineiros; Conceição Vieira, deputada estadual, ingressa na política por intermédio de sua atuação na organização dos trabalhadores rurais na cidade de Japaratuba. Estes movimentos, cuja maior expressão e visibilidade ocorreu nos anos 80, significaram a emergência de novos atores políticos durante o processo de transição democrática em Sergipe.

Uma característica desses agentes, que hoje são lideranças relevantes do cenário político sergipano, é o fato de pertencerem a partidos políticos de esquerda, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). (COSTA, pg. 12, 2009)

Sobre os elementos que compõem as trajetórias particulares da elite política citada acima, a autora esclarece.

As trajetórias particulares desses agentes políticos na esfera pública têm em comum o fato de a) terem sido construídas a partir da atuação deles nos movimentos sociais dos anos 1980, b) pertencerem a partidos de esquerda e c) terem se tornado lideranças do bloco político dominante em Sergipe na contemporaneidade. Estas características comuns são expressões de uma nova geração de atores no contexto da história política recente do estado de Sergipe. (COSTA, pg. 13, 2009)

As relações que esses diversos atores estabeleceram com movimentos sociais específicos como movimento estudantil universitário, movimento sindical dos bancários, professores, petroleiros e mineiros e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) no estado forneceram elementos para a elaboração de uma narrativa do apartidarismo por parte de uma nova geração de atores e grupos políticos. O

Coletivo Debaixo é um desses grupos, mas podemos estender essa narrativa a todos os grupos componentes na rede 2 elaborada ainda no primeiro capítulo.

Esses acontecimentos que constituem elementos históricos recentes são os principais pilares da crítica e ambivalência dos “coletivos” em relação aos partidos políticos. As autoras Alonso e Mische (2014), em texto escrito sobre o Ciclo de Protesto de 2013, mostram como a crítica à estrutura partidária é uma constante entre os movimentos autonomistas, socialistas e patrióticos³⁵ desse período.

Em suma, a oposição ao partidarismo nos protestos de junho foi multifacetado. Entre alguns manifestantes, refletia um desejo de unidade nacional, bem como a frustração com a manipulação, corrupção e ineficácia da classe política como um todo. Para outros, ele representou uma oportunidade para fazer avançar a sua oposição ao regime PT da direita. E para outros ainda, que envolveu uma rejeição das formas políticas hierárquicas e uma afirmação da estratégia de organização descentralizada e horizontal que caracteriza setores emergentes da esquerda global. (tradução do autor, MISCHÉ & ALONSO, 2014, pg.28)

No caso do movimento analisado, assim como em outros espaços onde os integrantes do Coletivo Sarau Debaixo circulam, veem-se a presença de dois elementos citados pelas autoras: a crítica à “manipulação, corrupção e ineficácia da classe política” e a “rejeição das formas políticas hierárquicas e uma afirmação de estratégia de organização descentralizada e horizontal”.

Eu já fui de partido político, né... eu já fui militante do PSOL, ainda hoje eu sou filiado ao PSOL, mas hoje eu não milito mais. Mas por muito tempo, na universidade [Universidade Federal de Sergipe], eu militei no PSOL e tudo mais e concordo com muita coisa no partido e tudo mais... Mas pra mim eu não caibo mais dentro de um partido político de esquerda. Dentro de um formato do partido eu não caibo mais porque tem interesses ali que são muitas vezes, e aí eu falo de todas as organizações partidárias, tem interesses que... e todas as organizações políticas... tem interesse que é o interesse de trazer pessoas para dentro da sua organização, entendeu? E ali no Sarau Debaixo a gente fazia ali porque ali era a nossa vida, cara. Você pode estar me entrevistando hoje, mas você pode me entrevistar daqui a 20 anos e eu vou estar fazendo alguma coisa, não vai ser o Sarau

³⁵ As denominações autonomistas, socialistas e patrióticos são as classificações elaboradas pelas autoras para diferenciar os principais grupos a partir de suas formas de organização e ação durante as manifestações de junho de 2013.

Debaixo, mas eu vou estar fazendo alguma coisa que tem relação com o Sarau Debaixo porque aquilo ali que a gente faz é a nossa vida. Se a gente não faz isso, a gente enlouquece. Então é por isso que o espaço é político é porque a gente vivencia isso diariamente. A gente vivencia as contradições da cidade e do mundo. As meninas do Sarau Debaixo vivenciam toda a opressão do machismo, sabe? Os nossos companheiros e companheiras que são homossexuais vivenciam também essa situação da homofobia, sabe? (Entrevista, Militante 3)

No caso do Coletivo Sarau Debaixo, as histórias de vida dos integrantes do grupo possuem um elemento antecedente comum que é a participação em outros movimentos sociais ou partidos políticos. E é baseado nessa experiência de vida, haja vista o depoimento do Militante 3 sobre sua filiação e militância no PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e no movimento estudantil universitário, que se constrói uma concepção negativa sobre o que são as “organizações partidárias”, assim como, a necessidade da construção de uma forma alternativa de ação política. Como forma alternativa de ação política denomina-se um tipo de organização que não seja baseado nos interesses das organizações e na lógica da “mobilização pela mobilização” ou somente no “interesse de trazer pessoas para dentro da sua organização”. Além disso, o Militante 3 enfatiza a necessidade de construir uma forma de ação coletiva que esteja integrada a vida privada dos atores, onde as esferas da política e da vida pessoal sejam aproximadas.

O depoimento do Militante 3 também ressalta a insatisfação dessa geração de militantes, e essa percepção sobre os partidos políticos e os movimentos sociais mais institucionalizados é uma constante nos integrantes do Coletivo Sarau Debaixo – assim como os demais coletivos que não foram objeto de investigação, mas compartilham desse sentimento – e está representada nesse depoimento na máxima “eu não caibo mais dentro de um partido político (...) dentro de um formato de partido eu não caibo mais”. Essa é uma representação partidária comum entre os militantes de coletivos em que é verbalizada a incapacidade de militância dentro de um partido político, sendo assim, os coletivos surgem como uma alternativa e possibilidade de engajamento militante.

Os discursos que se referem ao “apartidarismo” não são particulares da experiência do Coletivo Sarau Debaixo, pelo contrário, é uma questão comum aos movimentos sociais em Aracaju e no Brasil. É o que podemos chamar de “dilema do partidarismo”. O “dilema do partidarismo” se refere a um conjunto de concepções

políticas sobre a possibilidade de ter vínculos entre os partidos e os movimentos sociais, quais são as consequências de criar relações com os partidos políticos, as formas como essa vinculação entre movimentos sociais e partidos políticos são traduzidas aos públicos dos respectivos grupos e as maneiras como essas relações são mobilizadas. A seguir utilizarei uma nota de diário de campo sobre como esse fenômeno ressurgiu na dinâmica de outras formas de ação coletiva:

Dilema do partidarismo, notas de diário de campo

Observação do ato “Universidade sem Temer”

Esta nota de campo foi produzida durante um ato público que aconteceu na Universidade Federal de Sergipe organizado pelo Movimento RUA – Juventude Anticapitalista.

O ato chamado “Universidade sem Temer”, um jogo de palavras que utilizava o “Temer” enquanto temeridade e medo e fazia uma referência ao presidente Michel Temer que assumiu o cargo após o processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff em 2016, foi organizado pelo Movimento RUA e aconteceu na praça da didática I da UFS para que fosse debatido as medidas econômicas, educacionais, políticas e sociais do presidente Michel Temer. O formato do ato aconteceu em uma espécie de mesa-redonda e tinha a presença de uma liderança estudantil do Movimento RUA, um professor de Filosofia com bastante atuação política nos movimentos sociais e uma professora de Direito também com alto nível de atuação política e que tinha participado de outros atos contra na universidade contra o impedimento de Dilma.

Para qualquer pessoa que circula entre os militantes, conhece suas filiações ou afinidades com as diferentes redes de movimentos sociais, é sabido que o Movimento RUA é um movimento social com vinculações com o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). No entanto, ao terem sido realizadas as exposições dos professores de Filosofia e Direito e da aluna e representante do Movimento RUA, o

microfone foi aberto ao público a partir da seguinte frase utilizada por uma professora de comunicação com trânsito no PSOL: “Gente, o microfone será aberto ao público e eu peço que sejam breves. Como o evento é **apartidário**, eu peço que não falem em nomes de partidos.”.

Ainda que tenha sido dito que “o evento é apartidário”, foi interessante perceber que todos os integrantes da mesa tinham colados em si um adesivo do Movimento RUA, estava presente uma liderança desse movimento e parte dos organizadores milita em outros coletivos vinculados ao PSOL. E após a abertura do evento, o primeiro a utilizar o microfone era um militante da UJC (União da Juventude Capitalista), juventude do PCB, que inicia sua fala dizendo “Primeiro gostaria de dizer que sou militante de partido político e não vejo problema falar que sou militante de partido político.”. Nesse momento se instaurou um pequeno desconforto entre os organizadores e o público que era composto por militantes de várias tendências de movimentos sociais, partidos políticos e outros coletivos.

O “dilema do partidarismo” está presente nas dinâmicas de organização de vários coletivos que compõem o cenário dos movimentos sociais em Aracaju. Nesse sentido, a utilização dos coletivos enquanto uma forma de organização e, no caso da dimensão analítica desse capítulo, elaborações discursivas e concepção política, mobilizadas pelos grupos se tornam uma alternativa para se pensar a relação entre os partidos políticos e os movimentos sociais.

No caso do Coletivo Sarau Debaixo, destaca-se o fato de que o grupo emerge como uma forma de ação coletiva durante o ciclo de protesto de junho de 2013 e, com isso, traz as marcas do “espírito do seu tempo” em seu surgimento. É um período marcado pela visibilidade de movimentos que desde a primeira década dos anos 2000 já elaboravam modelos de ação coletiva com tendências a maior horizontalidade e autonomia, cujas principais pautas estavam veiculadas com as questões da mobilidade urbana e o amplo direito do uso da cidade e utilizavam as praças como os espaços de reivindicação. E os membros do Coletivo Sarau Debaixo se reconhecem nesse fluxo de movimentos sociais que emergem nesse espaço de tempo.

Antes outras coisas aconteceram, mas para uma geração o Sarau Debaixo foi uma ocupação cultural muito importante... ela é uma ocupação cultural muito importante porque abre pra gente uma referência que era o que a gente tinha como objetivo inicial, a gente sempre repetia isso, de ser uma faísca. A gente queria ser uma faísca. A gente queria provocar as pessoas pra mostrar pra elas que é possível a gente produzir cultura sem ser estar atrelado ou apadrinhado pelas secretarias de cultura, onde nós faríamos por nós mesmos. E a necessidade e a importância da gente ocupar o espaço, sabe? Então ali a gente queria mostrar para as pessoas. Elas não sabiam por onde entravam ou por onde saíam, elas só sabiam que estavam lá. Não tinham portas para as pessoas ficarem nas portas. Não tinham muros para as pessoas se sentirem incomodadas e trancadas. Elas somente estavam ali. Elas chegavam e percebiam que estavam no espaço e o espaço se formava a partir dessas pessoas que estavam ali. Então essa ideia da ocupação foi muito importante porque a gente queria mostrar para outras pessoas que a gente poderia **ocupar os espaços públicos, retomar os espaços públicos e que foi um aprendizado também das manifestações de junho. A gente precisava retomar o espaço, a gente precisava voltar para as ruas. E ocupar no nosso caso é a partir da cultura, nós somos trabalhadores da cultura.** (Entrevista, Militante 3)

Então ali era uma **disputa política**. Primeiro porque a gente não pediu autorização pra ninguém. **A gente ocupou. Era uma ocupação, não era uma festa.** Ali era uma atividade cultural, a gente não tava ali para “chapar o cô³⁶co”. Não tava ali para ganhar dinheiro. Não tava ali para fazer somente uma festa. Ali era uma atividade cultural. Ali era um processo onde a gente ia se encontrar. Ali era uma encruzilhada como a gente chamava, sabe? Era uma encruzilhada. Era dali que as pessoas iam se encontrar e dali iam surgir novas outras coisas. Então **essa é uma disputa política** sim porque a todo o momento é colocado para a gente de uma forma subjetiva de que nós temos que estar em lugares privados porque é assim que a gente se sente protegido, é assim que a gente se “safa”³⁷ da violência. (Entrevista, Militante 3)

Os termos como “ocupação”, “ocupar”, “retomar os espaços públicos”, “disputar o espaço público”, “tomar a rua”, “voltar para as ruas” surgem nesse universo de movimentos sociais como a principal modelo de enunciação de sua forma de participação política. As ruas se tornam assim, para eles, um dos espaços de utilização para a reivindicação política, e mais, para o processo de socialização e formação política.

³⁶ “Chapar o côco” significa ficar bêbado, ficar “chapado”.

³⁷ “safar” significa escapar de algo.

Nesse sentido, quando se fala “Elas chegavam e percebiam que estavam no espaço e o espaço se formava a partir dessas pessoas que estavam ali” ou “Ali era uma encruzilhada como a gente chamava, sabe? Era uma encruzilhada. Era dali que as pessoas iam se encontrar e dali iam surgir novas outras coisas”, emerge também a percepção de que o sarau enquanto uma ocupação do espaço público é um espaço de socialização e formação política. Nesse sentido, o espaço de formação política, em especial, se desloca, na experiência desse coletivo, de espaços tradicionais como os partidos políticos, os sindicatos, a universidade e a escola. E mais, a formação política acontece na interação direta dos atores com o Sarau que é quase sempre mediada por artistas ou, como fica destacado na fala acima, pelos trabalhadores da cultura.

A gramática política que insiste no conjunto de convicções, visões e concepções da política, no caso do Coletivo Debaixo, emerge em um discurso atrelado a construções simbólicas. E isso acontece devido ao perfil social dos atores que atuam no Coletivo. Todos possuem algum nível de envolvimento com a poesia, a música e outros tipos de manifestações artísticas que são condensadas naquilo que podemos chamar de uma poética “engajada”. É nesse tipo de enunciação da política que surge, por exemplo, os termos de autodefinição “trabalhadores da cultura” e “os poetas do Sarau”.

A presença das figuras do “poeta engajado” e “poeta das ruas” que aparece no próximo depoimento, assim como, a dos “trabalhadores da cultura” sugerem a ideia – e nesse sentido, elabora uma imagem – de que a cultura é, nesse coletivo, uma forma de falar da política. No depoimento acima, um dos poetas do Sarau Debaixo fala sobre a poesia engajada.

(...) a literatura ela também vem como uma oportunidade de **empoderamento**, entende? É uma literatura que começa a ser feito na favela, então quem começa a escrever são os favelados. Então tem uma relação muito direta com o hip-hop, com rap, sabe? Então a língua é que vai destruir a figura elitista do poeta e construir uma nova figura do poeta que é o **poeta engajado**, o **poeta das ruas**, o **poeta dos bares, dos saraus**. E que traz um pouco da literatura marginal da década de 70, mas a literatura marginal ainda é muito classe média. É muito ligado as universidades e agora esse movimento que podemos chamar de **literatura periférica**, **literatura marginal**, **literatura divergente**. (...) E a gente está dentro desse contexto. (Entrevista, Militante 3)

As relações estabelecidas entre termos como a “literatura periférica, literatura marginal, literatura divergente”, “empoderamento” e o “poeta engajado”, “poeta das ruas”, “poeta dos bares” e “dos saraus” reafirmam uma associação bastante presente na concepção de ação política do Coletivo Debaixo que é a da ação política-cultural. A ação política-cultural é a capacidade de “falar de política através da arte e da cultura” como os próprios atores falam durante entrevistas e depoimentos em jornais.

Em suma, nesse capítulo buscamos investigar as concepções e visões sobre a política no Coletivo Debaixo a partir das formas de enunciação e gramática política elaboradas pelo grupo. Para isso, demonstramos como o grupo constrói noções para se referir à sua forma de organização como a de “coletivo” para declarar o modelo organizacional adotado e a de “apartidarismo” para demonstrar as cautelas e o dilema da participação e vinculações com os partidos políticos e para isso utilizam o movimento estudantil universitário em Sergipe como o modelo de “fracasso” das relações entre os partidos políticos e os movimentos sociais.

Para construir suas pautas e causas, o Coletivo Debaixo elabora uma concepção de cidade marcada pela desigualdade, exclusão e uma administração sempre elitista que é dominada por acordos políticos que “repartem” e “dividem” a cidade a partir de privilégios de classe. Essa é a interpretação do Coletivo Debaixo, mas que também está presente nos movimentos de ocupação em outros estados já citados na dissertação, e que justifica suas ações de ocupação e ressignificação do espaço público. A partir disso, se constrói a concepção que marca justificativas da necessidade de movimentos de ocupação do espaço público, as disputas e a causa do Coletivo Debaixo que se traduz na noção de “disputa da cidade”, de “retomar o espaço público”. Nesse sentido, a noção de cidade exclusiva e consequente “disputa da cidade” se apresenta como a narrativa que contextualiza ações do Coletivo Debaixo, e tantos outros movimentos semelhantes, em um espaço de disputa por uma causa.

Por fim, demonstramos como, em conjunto com as ações de contestação construídas pelo Coletivo Debaixo, o grupo constrói uma gramática de ação político-cultural através da própria forma se nomearem como “poetas do sarau” ou “trabalhadores da cultura” e derivarem desses termos, a concepção de que uma das

formas de empoderamento político alternativos aos grupos “mais tradicionais” como o movimento estudantil universitário e os partidos políticos é o empoderamento cultural, cujo exemplo máximo são as ocupações do espaço público e a “literatura engajada”.

Esse conjunto de termos, palavras e narrativas com atributos simbólicos constituem a gramática política de um grupo. E além de uma “gramática”, refletem os dilemas da participação política como, por exemplo, a relação em constante tensão entre o Coletivo Debaixo e os partidos políticos, mas também as formas de luta utilizadas para disputar uma causa.

CAPÍTULO 3. O SARAU, O VIADUTO DO D.I.A E A CULTURA DE OCUPAÇÃO: ROTINA DE CONTESTAÇÃO E O SURGIMENTO DE UM “LUGAR POLÍTICO”

No primeiro capítulo, destacamos o contexto de surgimento do Coletivo Debaixo que envolve os principais tipos de interação entre os movimentos sociais, partidos políticos, coletivos e etc. em Aracaju – ver as redes de movimentos sociais 1 e 2 –, assim como os repertórios de ação e o “coletivo” enquanto modelo organizacional do grupo, principalmente a partir do Sarau Debaixo, ocupação que acontecia no viaduto jornalista Carvalho Deda, também conhecido como viaduto do D.I.A, entre os anos de 2015. Foi em setembro de 2013, após o Ciclo de Protesto de 2013 que eclodiu em várias cidades do Brasil, nomeado em Aracaju como o #AcordaAracaju que surge o Coletivo Debaixo com um conjunto de ações de ocupação do espaço público, oficinas em escolas públicas e outros tipos de ações, mas com as ocupações como seu principal repertório de ação.

No segundo capítulo, foi demonstrado como o conjunto de ações do Coletivo Sarau Debaixo construiu uma gramática política ou um “regime de enunciação” (LATOUR, 2004) específico desse conjunto de coletivos que se destacam entre as formas de ação coletiva que surgem como consequência do Ciclo de Protestos de 2013. A partir disso, o coletivo surge em meio à utilização de formas específicas de enunciar a política. A própria noção de “coletivo” enquanto uma forma de nomear um grupo que quase sempre é nomeado enquanto “movimento social”; as maneiras de se falar sobre política através da ocupação do espaço público; os tipos de discursos acionados para afirmar um novo tipo de relação com os partidos políticos “eu não caibo mais dentro de um partido de esquerda” e compreender quais as concepções de “partido de esquerda” que são compartilhadas entre o coletivo; e quais os termos utilizados para definir o tipo de engajamento característico desse coletivo. No fundo, investigamos no segundo capítulo quais as concepções de política são acionadas com os discursos utilizados a ponto de afirmarem em uma ocupação que “isso tudo pra mim é política” e buscamos o que é a política nesse coletivo.

Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é demonstrar como a partir das intervenções conhecidas como Sarau Debaixo no viaduto do D.I.A contribuiu para construir um “espaço politizado” que passou a atrair um conjunto de outros grupos e movimentos sociais que se utilizaram politicamente desse mesmo espaço, assim como, a participação de um conjunto de jovens no sarau permitiu que essa forma de intervenção político-cultural fosse transportada para outras cidades e outros espaços do estado de Sergipe.

Os estudos sobre a ação coletiva, movimentos sociais e eventos de protesto ao longo da história deram pouca ênfase ao papel do espaço nas formas de contestação e ação desenvolvidas, como salientam alguns autores (COMBES, GARIBAY, GOIRAND, 2015; AUYERO, 2003, 2005; TILLY, 2000; HMED, 2009). No entanto, nos últimos anos, desde alguns atos de protesto como o Occupy Wall Street, a construção de repertórios de ação baseados na ocupação de espaços públicos e privados – a ocupação de espaços privados é minoritária – tem atentado os pesquisadores para o questionamento sobre os motivos que incentivaram a escolha de determinados espaços em detrimento de outros, o efeito dessas ações para o espaço, como também, o sentido atribuído para essas ações.

No Brasil, um conjunto de movimentos aderiram a “cultura da ocupação”³⁸ como as recentes manifestações dos estudantes secundaristas em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras cidades do país entre 2015 e 2016, o Ocupa Estelita no Recife, o “rolezinho” e a ocupação dos shoppings centers e as intervenções urbanas como os saraus que têm acontecido em um circuito nacional. Todas essas formas de ação coletiva e ação política trouxeram para os estudos sobre movimentos sociais desafios metodológicos e teóricos para a investigação das ocupações como espaços de sociabilidade, formação e recrutamento político, mas também como repertório de ação coletiva.

A partir disso, algumas questões se impõem durante o trabalho de campo. Por que ocupar ou intervir? Quais são os critérios e motivações que influenciam a escolha do espaço? Por que outros grupos começaram a ocupar um determinado espaço a partir da iniciativa de alguém utilizá-lo com manifestações? Por que o espaço se torna referência para os outros movimentos enquanto “o lugar do Coletivo Debaixo” ou “o

³⁸ O termo será melhor definido em outro momento do texto.

viaduto do Sarau Debaixo”? Quais os processos de significação e identificação daquele espaço enquanto um lugar de contestação?

Esses questionamentos sobre a importância do espaço público para as manifestações, eventos de protesto e outras formas de ação coletiva surgiram nesta pesquisa a partir de dois acontecimentos. Primeiro, a motivação que impulsionou a escolha do local de realização do Sarau Debaixo. E segundo, os futuros usos políticos do espaço “descoberto” e utilizado pelo Coletivo Sarau Debaixo para a construção do sarau.

A motivação que impulsionou a escolha do local de realização do Sarau Debaixo, como já demonstrado no primeiro capítulo, foram as grandes ocupações que ocorreram durante o Ciclo de Protesto de 2013 e as intervenções e confrontos policiais que aconteciam embaixo do viaduto durante esses mesmos protestos. Os confrontos eram marcados por grande repressão por parte dos policiais em resposta aos grupos que incendiavam ônibus e catracas – representando as catracas livres, ou seja, a gratuidade da passagem do transporte público – em via pública. Essas observações são recorrentes nas falas dos entrevistados, em suas declarações públicas e constituem aquilo que podemos intitular de uma narrativa de construção de grupo.

Com isso, esse primeiro aspecto da escolha do local para a realização do Sarau Debaixo foi o impulsionador para que a dimensão espacial da ocupação se tornasse um elemento constitutivo da análise.

3.1 A relação entre os movimentos sociais, os repertórios de ação e o espaço público.

A relação entre os movimentos sociais e os espaços públicos nos estudos da ação coletiva tem sido negligenciada nos últimos anos (AUYERO, 2003, 2005; TILLY, 2000; COMBES et al., 2016). No entanto, um conjunto de movimentos sociais, coletivos e formas de lutas para a disputa de diversas causas pública têm utilizado a ocupação enquanto repertório de ação coletiva em conjunto com as passeatas, protestos de rua, reuniões com autoridades, divulgações de cartas públicas e etc. E com isso, a ampla recorrência da ocupação, por exemplo, que já estava presente no

movimento hip hop passa a ser utilizada no movimento estudantil com as ocupações das escolas públicas na luta contra a reorganização do ensino em São Paulo no ano de 2015³⁹, com a ocupação as sedes estaduais do Ministério da Cultura através de prédios como os do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 2016 após a ameaça de reestruturação do Ministério da Cultura, com as ocupações das escolas, universidades federais e institutos federais também em 2016 com a aprovação da reforma do ensino médio e dos cortes de verba nas universidades e institutos federais e, além disso, com ocupações cujas motivações são as disputas por espaços públicos específicos como o Ocupa Estelita em Recife, o Ocupa Cais Mauá em Porto Alegre. Nesses dois últimos casos, a ocupação serve como forma de contestação às propostas de “revitalização” do espaço público onde os contestadores justificam suas ações de ocupação afirmando que o processo de revitalização se traduz em uma proposta de “mercantilização” da cidade. No caso do Ocupa Cais Mauá estava em disputa a proposta de criação de um shopping center no cais de Porto Alegre e no Ocupa Estelita a construção de dois prédios comerciais.

Nos exemplos citados acima, apesar das implicações específicas não serem objetos dessa dissertação, eles servem para mostrar como a ocupação cresce também no Brasil enquanto uma forma de contestação a ponto de podermos afirmar em uma “cultura de ocupação”. Diante disso, esse tópico resgata estudos que debatem a relação entre movimentos sociais e espaços públicos e destacamos alguns conceitos que contribuem para analisar esse campo de pesquisa.

Na introdução de um livro recentemente publicado sobre “os lugares da cólera” (COMBES, et al., 2016), os autores afirmam que há um “enigma” na problematização da relação entre os movimentos sociais e o espaço público, pois, como já foi destacado acima, à proporção em que há de um lado “a forte visibilidade das mobilizações para o espaço físico em que elas ocupam”, por outro lado há também “um baixo interesse dos efeitos desses espaços sob às mobilizações nos estudos acadêmicos”. A partir de uma revisão teórica que inclui as influências da geografia de Henri Lefebvre para o estudo das dinâmicas espaciais até Charles Tilly, Javier Auyero, a noção de “espaço dos movimentos sociais” de Lilian Mathieu, entre outros, os

³⁹ http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/27/politica/1448630770_932542.html.

autores destacam “quatro pistas” a serem consideradas ao estudar a relação entre os movimentos sociais e o espaço público.

A primeira focaliza a mostrar como a mobilização é construída simbolicamente pelo espaço. A segunda mostra como o espaço participa no processo de formação da identificação coletiva. A terceira propõe uma análise dos dispositivos físicos da ocupação do espaço e do seu controle. Enfim, a quarta considera a importância da mobilidade e da circulação dos grupos mobilizados que são investigados e das lógicas de ação coletiva. (COMBES, et. al, 2016, pg. 25-26)

As “quatro pistas” propostas pelos autores, orientam as perguntas formuladas e as problemáticas particulares a este capítulo, haja vista, compreender em que medida o Coletivo Debaixo através da ocupação mensal intitulada Sarau Debaixo construiu um espaço simbólico de contestação que dá identidade ao grupo e é reutilizado, após o fim das ocupações que duraram entre os anos de 2015 e 2016, por um conjunto de outros grupos mobilizados.

Assim como Combes et. al. (2016), Charles Tilly (2000) em texto sobre “os espaços de contenção” também traz contribuições pertinentes para pensar esse campo de estudo. A partir da observação sobre os variados tipos de interação que os protestos, as manifestações populares e outras formas de ação coletiva estabeleceram com espaço – intitulado pelo autor de *space-contention interaction* – na Inglaterra e França entre 1750 e 1900, o autor destaca que os usos do espaço público pelos atores mobilizados interagem com o “espaço físico” em três estados. O primeiro é o “espaço vazio” ou o *bare space*. O segundo é o “espaço texturizado” ou o *textured space*. E o terceiro e último é o “lugar orientado” ou o *oriented place*.

Para o autor, a análise do “espaço vazio” privilegia em que proporção o lugar utilizado, uma determinada ponte ou a rua de um bairro localizado na periferia de uma cidade, sugere diferenças no perfil dos movimentos sociais que se apropriam de tal localidade. Nesse sentido, a utilização do mapa temático enquanto ferramenta metodológica e que busque investigar a relação entre o perfil das mobilizações (a rede de movimentos sociais aos quais estão vinculados, os tipos de carreira militante, os repertórios de ação utilizados e etc.) e os espaços públicos que ocupam constituem

um problema e agenda de pesquisa relevante para compreender a dinâmica dessas ocupações.

A noção de “espaço texturizado”, por sua vez, destaca os elementos presentes no “espaço vazio” e acrescenta as variáveis que constroem ou incentivam a mobilização em um determinado espaço público. Um exemplo típico de constrangimento ao uso do espaço público pelos movimentos sociais é o policiamento ou os processos de desapropriação de um território. No caso do Coletivo Debaixo, como a ocupação acontecia em dia e horários específicos, a presença constante de policiais e os conflitos em torno do uso desse espaço constituía o principal constrangimento. Por sua vez, por estarem utilizando um espaço público que é uma referência na cidade, suas ações tinham mais visibilidade.

Por fim, a noção de “lugar orientado” busca considerar a localização e as representações dos espaços como efeitos de disputa entre os grupos mobilizados, como também a forma como os atores constroem reivindicações nesses espaços através de performances e outros repertórios de ação carregados de simbolismos que ressignificam tais espaços. O Coletivo Debaixo com suas ações no viaduto do D.I.A é um exemplo de como um espaço público como o viaduto se torna um símbolo contestatário.

As três noções forjadas por Tilly (2000) contribuem assim para problematizar e construir uma análise processual dos eventos que são as ocupações e as manifestações de junho de 2013, e perceber como, através deles, um espaço adquire significado político para vários movimentos sociais e identifica um grupo em específico, nesse caso, o Coletivo Debaixo.

Diante do aumento da utilização das ocupações enquanto repertório de ação coletiva de um conjunto de contestações no Brasil – se destacou através de alguns exemplos nacionais e locais – e em outros países como a Europa e o Oriente Médio (COMBES, et. al., 2016), buscou-se demonstrar como alguns autores contribuem para analisar e problematizar a relação entre os movimentos sociais e o espaço público. Com base nisso, serão utilizadas as noções de “espaço vazio”, “espaço texturizado” e “lugar orientado” de Tilly (2000), assim como as quatro prerrogativas destacadas por Combes, et. al. (2016) para analisar os efeitos das ações coletivas no espaço público.

Além dos aspectos teóricos desse tipo de análise, alguns autores como Combes, et. al. (2016), Auyero (2005) e Alviso-Marino (2016) destacam o uso da observação direta, o acompanhamento dos arquivos visuais produzidos pelos movimentos sociais e da utilização dos mapas temáticos para compreender a dinâmica dessas ocupações.

Entre os vários métodos que eles fornecem uma etnografia visual das mobilizações: etnografia da situação e/ou um olhar etnográfico que se baseia principalmente dentro da análise de fotografias feitas pelos atores das mobilizações e analisadas como tal, ou a partir de arquivos da imprensa ou militantes. Os slogans, pôsteres e grafites também fornecem outros autores de informações preciosas sobre os espaços simbólicos, bem como a terminologia utilizada pelos grupos mobilizados para designar ou para qualificar suas ações descritas. As fontes da imprensa, apesar de todas as dificuldades que elas representam, fornecem igualmente informações úteis, por exemplo para identificar os lugares de mobilização ou reconstruir os caminhos. (...) De outra forma, mais autores realizam o monitoramento das trocas no facebook e twitter, afim de apreender a imagem que os atores buscam mostrar deles mesmos, os tipos de interações que eles escolhem, os discursos que são trocados.(...) Enfim, entre os instrumentos de análise a nossa disposição, notamos o interesse da cartografia para pensar as configurações espaciais e os esquemas para mostrar em valores as dinâmicas e as mobilidades. (COMBES, et. al., 2016, pg. 30-31)

Nesse sentido, é a partir do suporte teórico mencionado acima que será construído esse capítulo, haja vista, a observação direta dos eventos, a análise dos documentos produzidos pela imprensa e pelo coletivo, observação de como os fenômenos estudados são transmitidos em seu meio de veiculação de informações, principalmente o facebook e relatos de entrevistas semiestruturadas e que trazem informações sobre a relação entre o Coletivo Debaixo e o espaço público.

A partir dos conceitos e formas de inserção metodológica no tipo de investigação a ser empreendida aqui, nesse caso, o processo de emergência do viaduto do D.I.A enquanto um “lugar político” a partir das ações do Sarau Debaixo, o próximo tópico busca descrever e analisar tal processo de emergência desse “lugar político descoberto” que foi o viaduto do D.I.A. E com base nisso, como um conjunto de outros atores e redes de movimentos sociais compartilharam dessa noção do viaduto enquanto um espaço de contestação e passaram a utilizá-lo, principalmente,

após o fim do Sarau Debaixo com a última ocupação em 17 de novembro de 2015 e o anúncio público e oficial em 25 de março de 2016.

3.2. “Toda terceira terça-feira do mês a gente vai discutir política embaixo do viaduto”: a construção de um lugar político no viaduto do D.I.A

A ideia era de fazer uma ocupação que acontecesse embaixo do viaduto que era um símbolo das Jornadas de Junho aqui da cidade, né? Que eram onde desembocavam as manifestações. A ideia era de provocar politicamente a cidade. O recado era dizer que a gente ia usar do espaço público para que essas manifestações não deixem de existir. Para que seja uma manifestação que tenha uma data, hora e local pra acontecer. Toda terceira terça-feira do mês a gente vai discutir política embaixo do viaduto através da cultura e da arte. (...) Para que as manifestações de junho não tivessem fim nas manifestações de junho. (Militante 1, Entrevista)

Nesse tópico, apresentaremos o processo pelo qual o viaduto do D.I.A se transforma em um “lugar político” em Aracaju. Como “lugar político” é definido como os lugares orientados politicamente – para isso nos baseamos na noção de “lugar orientado” definido por Tilly (2000) enquanto um lugar construindo simbolicamente através de performances e qualquer outro tipo de ação coletiva – que se torna objeto de identificação de um determinado grupo e referência para outros movimentos sociais, partidos políticos, coletivos e etc.

Para demarcar esse processo, faremos uma análise de eventos sociais, ou seja, será reconstruída uma série de ações e mobilizações que aconteceram entre os anos de 2013 e 2016 no viaduto do D.I.A e que construíram a imagem desse espaço físico enquanto um “lugar político”.

As manifestações de junho, amplamente conhecidas, inclusive pelo militante do depoimento acima como “Jornadas de Junho”⁴⁰, foi o evento inaugurador que impulsionou o reconhecimento daquele espaço enquanto um lugar de contestação. As manifestações de junho de 2013, em Aracaju, como já demonstramos, ocorreram a partir de protestos de rua realizados em dois roteiros específicos – **ver as imagens**

⁴⁰ Também conhecida como o “Ocupa Aracaju”.

dos “caminhos de contestação” 1 e 2 nas páginas 48 e 59 – que se distinguiam tanto a partir das redes de movimentos sociais aos quais pertenciam quanto no seu perfil militante. No caso dos não militantes, não houve nenhuma pesquisa que sinalizasse as motivações da escolha de ir para um determinado caminho.

No caso do segundo “caminho de contestação”, as manifestações iniciavam na Praça Fausto Cardoso, localizada no centro da cidade de Aracaju, em frente ao Palácio do Governo, a Assembleia Legislativa de Sergipe e atrás da Câmara Municipal de Aracaju, passavam por uma das grandes avenidas da cidade, a Avenida Hermes Fontes, e finalizavam no viaduto do D.I.A. No final da manifestação, a população ocupava totalmente o viaduto, impedindo qualquer circulação de ônibus do terminal que está localizado ao lado bem como de qualquer carro que estivesse por ali transitando. Embaixo do viaduto, os protestos continuavam com alguns manifestantes que queimavam as catracas de ônibus, esse repertório de ação foi bastante conhecido, se popularizou naquelas manifestações e até hoje é utilizado quando há protestos pelo Brasil acerca do aumento da tarifa do transporte público. Inclusive, os protestos que continuavam embaixo do viaduto e que normalmente eram acompanhados de fortes conflitos com a polícia, era o momento em que as pessoas que iriam construir e fundar o Coletivo Debaixo encontravam-se e já faziam dali um espaço de sociabilidade.

Foram esses protestos do segundo “caminho de contestação” que atribuíram sentido às ocupações futuras do Sarau Debaixo, como destaca o militante no depoimento acima ao falar que “A ideia era de fazer uma ocupação que acontecesse embaixo do viaduto, que era um símbolo das Jornadas de Junho aqui da cidade, né? Que eram onde desembocavam as manifestações.”

Sendo assim, é com a percepção inicial de que o viaduto se tornara “símbolo das Jornadas de Junho” que começa a preparação, desde julho de 2013, para o primeiro Sarau que aconteceria no mês de setembro naquele mesmo ano.

Os Saraus acontecem com um roteiro de interações que são formadas através de uma abertura realizada pelos “poetas do Sarau” – são as pessoas que atuam no coletivo -, apresentações artísticas como rimas de hip-hop, o palco aberto que consiste na prática de abrir o microfone – deixá-lo ligado para quem quiser falar com

o público presente – e a apresentação de alguma banda ou outros tipos de grupos musicais⁴¹.

A peculiaridade do Sarau Debaixo – e que é um formato presente em outras ocupações como essa no Brasil tal qual acontece na Bahia com o Sarau Black que foi uma das inspirações para o Coletivo Debaixo – é que essa ocupação do espaço público aconteceu durante dois anos de forma programática e, conseqüentemente, rotinizada. Como afirma um dos integrantes do coletivo no depoimento acima, o viaduto seria utilizado para que as manifestações de junho de 2013 não tivessem fim. As manifestações agora teriam hora, data e local marcado, haveria de acontecer “toda terceira terça-feira do mês a gente vai discutir política embaixo do viaduto”.

A construção dessa rotina de contestação, o termo é acionado para se referir a um tipo de mobilização que acontece com uma intensa recorrência por um ou mais de um grupo mobilizado, é a particularidade do tipo de ação coletiva acionado pelo Coletivo Debaixo e que será primordial para a construção de um reconhecimento por parte de um conjunto de militantes e simpatizantes desse tipo de ação coletiva de que o viaduto do D.I.A é, agora, um espaço de mobilização.

Essa rotina de contestação que é impressa no Coletivo Debaixo principalmente através da ocupação Sarau Debaixo, ainda que o grupo realizasse outras ações como oficinas em escolas, participação em mesas e rodas de debate e a exibição de filmes em comunidades periféricas da cidade de Aracaju, é fundamental para a compreensão do fenômeno da criação de um “lugar político” porque é nos saraus em que o espaço é construído simbolicamente.

A construção simbólica do viaduto do D.I.A acontece através de três elementos primordiais nesse processo. O primeiro já foi discutido, as manifestações de junho. O segundo elemento é a escolha do espaço pelo Coletivo Debaixo e a criação dessa rotina mensal de “toda terceira terça” do mês ocuparem o espaço do viaduto. E terceiro, as inscrições que são feitas no espaço físico como podemos ver nas imagens abaixo, ou seja, as colagens de figuras, as poesias que foram grafitadas nas colunas do viaduto e etc.

⁴¹ Ver os detalhes no tópico 1.2 Coletivo Debaixo e a construção da ação político-cultural dessa dissertação.



Imagem 10. Registro do terceiro Sarau no dia 19.11.2013 pelo fotógrafo Fernando Correia na página do Sarau Debaixo no facebook.⁴²



Imagem 11. Registro da quinta edição do Sarau Debaixo realizada no dia 21.01.2014. A fotografia foi publicada na página do facebook do Sarau Debaixo e a autoria não foi divulgada. A legenda da foto publicada pelo grupo foi "POESIA, siga".⁴³

⁴² Ver a publicação em:
<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1423478714536450.1073741833.1410984525785869/1423479077869747/?type=3&theater>.

⁴³ Ver a publicação em:
<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1437769793107342.1073741836.1410984525785869/1437769919773996/?type=3&theater>.



Imagem 12. Registro da quinta edição do Sarau Debaixo realizada no dia 21.01.2014. A fotografia foi publicada na página do facebook do Sarau Debaixo e a autoria não foi divulgada. A legenda da foto publicada pelo grupo foi “Isso é minha VIDA”.⁴⁴



Imagem 13. O “Nós na rua ninguém desata” é um lema do Coletivo Debaixo e essa placa de trânsito fica embaixo do viaduto do D.I.A. A fotografia foi publicada no facebook do grupo sem autoria e com a seguinte legenda: “Na instiga de intervir cada vez mais em nossa cidade./ Olhos abertos que na esquina pode ter poesia./ Nós na rua ninguém desata!”⁴⁵

⁴⁴ Ver a publicação em:

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1437769793107342.1073741836.1410984525785869/1437769899773998/?type=3&theater>

⁴⁵ Ver a publicação em:



Imagem 14. “Não sou diabo!!”. O desenho é uma representação de Exú pintada em uma das colunas do viaduto. A imagem foi publicada na edição de número 17 do Sarau no dia 17 de março de 2015.⁴⁶

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1414482998769355.1073741828.1410984525785869/1479302825620705/?type=3&theater>.

⁴⁶ Ver a publicação em:

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1593679060849747.1073741848.1410984525785869/1593679114183075/?type=3&theater>.



Imagem 15. A fotografia é de Fernando Correia e foi publicada na página do Sarau Debaixo. Essa é uma imagem da primeira edição do Sarau Debaixo no dia 17 de setembro de 2013. Na imagem é possível ver os registros no chão do viaduto que, nesse caso, são escritos com giz mas também acontecia de escreverem o chão com tinta.⁴⁷

As imagens acima se referem, todas elas, ao terceiro elemento destacado e que contribuem para a análise da construção do viaduto do D.I.A enquanto um lugar político. Esse terceiro elemento que são os grafites, as colagens e todos os tipos de inscrições registradas no espaço físico onde era realizado o Sarau Debaixo contribuem para que o espaço tenha passado pelo processo de ressignificação, o Coletivo Debaixo tenha conquistado uma identificação com o espaço e os demais grupos também tenham identificado o viaduto enquanto um lugar de contestação.

A imagem 7 consiste em uma ilustração ampla do local em que eram realizados os saraus. As imagens que seguem, desde a oito até a doze, são exemplos desses registros que eram feitos no espaço físico do viaduto. Como é possível notar, inclusive a placa de trânsito que tem a finalidade original de indicar a localização da rodoviária

⁴⁷ Ver a publicação em:

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1414486218769033.1073741830.1410984525785869/1414486278769027/?type=3&theater>.

e de como acessar algumas estradas, foi ressignificada pelo grupo para indicar o lugar onde tem “Poesia”.

Em outra imagem a legenda que a acompanha na publicação do facebook era “Na instiga de intervir cada vez mais em nossa cidade./ Olhos abertos que na esquina pode ter poesia./ Nós na rua ninguém desata!”. Novamente, uma menção ao processo de ressignificação do espaço público. Por fim, a imagem 12 que ilustra a primeira noite da ocupação, pode-se notar que o chão está todo riscado de giz. A preparação – ou construção – do espaço do Sarau Debaixo acontecia no final da tarde e ia até o final da noite com a participação de todos que estavam presentes na ocupação. O giz era uma ferramenta importante nessa composição do “cenário” do sarau. Os componentes do sarau costumavam deixar alguns pedaços de giz no chão onde acontecia o evento e era permitido que qualquer pessoa que estivesse na ocupação pudesse riscar o chão e registrar uma poesia, um grito de protesto, uma declaração de amor ou desenhar alguma coisa em específico.

Com base na observação participante do ciclo de protesto em Junho de 2013, as ocupações do Coletivo Debaixo no viaduto do D.I.A, dados coletados nas entrevistas semiestruturadas e nas redes sociais, os principais elementos de construção do viaduto enquanto um lugar político foram expostos acima. No tópico seguinte, destacaremos o final da ocupação Sarau Debaixo e os usos desse mesmo espaço público por outros movimentos sociais, partidos políticos, coletivos e etc.

3.3. Acabou o Sarau Debaixo: o uso do viaduto do D.I.A enquanto um espaço de contestação pelos movimentos sociais

O final da ocupação Sarau Debaixo acontece com a última edição no dia 17 de novembro de 2015 com o tema “Sarau Debaixo por Direitos”, aquela seria a vigésima terceira edição. Não foi a vigésima sexta edição porque em alguns meses não houve o Sarau Debaixo.

No dia 25 de março de 2016, após quatro meses sem a realização do Sarau Debaixo, o coletivo lançou uma nota de explicação sobre os motivos para o fim da realização da ocupação naquele espaço.

E aí galera,

Já faz muito tempo que nós, do Coletivo Debaixo, não conversamos com vocês. Desde o último Sarau em 2015, entramos em um processo interno de reflexão. Foram dois anos ininterruptos e intensos, pudemos fazer parte de uma faísca que se espalhou pelo estado e chegamos onde não imaginávamos. Hoje, muito mais do que em 2013, são discutidas questões como direito à cidade, ocupação cultural e políticas públicas para cultura. Quando ocupamos pela primeira vez o Viaduto do DIA, queríamos realizar e compartilhar o fazer cultura. Sem edital, sem catraca, sem ingresso e sem classificação. Nós por nós, apenas. Mas à medida que o movimento cresce, todas essas questões que envolvem a distribuição e o fazer da cultura acabaram se agregando. Com isso, agradecemos não só ao público que se tornou maior a cada edição, mas também a todos os artistas, poetas, escritores, ativistas, realizadores de um modo geral que passaram pelo Sarau Debaixo. Às nossas visitas, que nos marcaram demais e hoje carregamos um pouco de cada uma delas.

Apesar de toda a força que o Sarau Debaixo nos dá ao realizá-lo, são necessários muitos corres para que tudo fique pronto. Pagar o som nunca foi fácil, por isso sempre buscamos nosso autofinanciamento vendendo canelinha, fanzines, bottons, camisas e passando o chapéu. Ainda sim, não foram poucas as vezes em que fizemos vaquinhas entre os integrantes do coletivo para fechar as contas do Sarau, assim como não foram poucas as vezes que a gente já realizou Sarau devendo dinheiro. Nos últimos meses sofremos também com os cortes de energia após as 00h e no último Sarau fomos intimidados pela Polícia Militar por supostamente estarmos “perturbando a ordem”. Mesmo com toda nossa energia e com o apoio de quem acredita na parada, fazer o sarau também tinha suas dificuldades.

Nesses dois anos não ficamos presos ao espaço do viaduto. Se o Sarau cresceu em público nas terças-feiras, nossa participação em outros espaços também cresceu. Nossa produção coletiva e individual também. Foram debates, palestras, oficinas, saraus em Aracaju, no interior, em outros estados. Levamos nossa poesia para o Brasil. O Sarau conseguiu dialogar com os mais diversos públicos e isso nos fez pensar que ficarmos parados nunca foi nosso caminho. No ano passado lançamos o Selo Debaixo e também os primeiros livros dos poetas que compõem o coletivo, essa também foi outra etapa que nos mostrou que as possibilidades de atuação são diversas e que precisamos explorá-las.

Por isso depois de meses de muita discussão, reflexão e autocrítica chegamos a conclusão de que não iremos mais realizar o Sarau Debaixo como fizemos nesses dois últimos anos. Isso não quer dizer que o coletivo acabou ou que não estaremos mais nas ruas. Isso não quer dizer que eventualmente não possamos ocupar o espaço do viaduto ou outros lugares da cidade. No entanto, queremos atuar, nesse momento, de outras formas. Queremos ocupar as escolas, as praças, as feiras livres. As experiências que tivemos com a realização de oficinas literárias nas escolas públicas nos mostraram possibilidades. Queremos estudar mais sobre políticas públicas e

atuar junto com outros coletivos nessa pauta de forma mais orgânica e organizada. Fazer mais pelo selo Debaixo e lançar livros de outros poetas da cidade, assim como há dois anos atrás não sabíamos exatamente onde chegaríamos, mas fomos em frente e arriscamos. Vamos tornar cada esquina uma nova encruzilhada.

Essa carta não é uma despedida. Mas há muito tempo a pergunta “quando vai ter Sarau?” é feita, seja nas redes sociais ou nos espaços públicos e privados. Assim como foi necessária a pausa também é importante a explicação. Estamos tranquilos de que cumprimos nosso papel e que agora é uma nova etapa. Temos orgulho da nossa história e como já foi dito aqui, isso não é o fim, é uma nova história começando a ser escrita a partir de agora.

Sempre com a rua, sem desatar!

NÓS

NA

RUA

NINGUÉM

DESATA (Nota publicada no facebook, março de 2016).⁴⁸

A nota publicada no facebook traz alguns esclarecimentos para a análise do motivo do fim da realização do Sarau Debaixo. Entre os fatores estão (I) a intensa demanda de tempo dos integrantes para realizar o sarau todo mês e, com isso, a dificuldade de conciliar essa atividade com outras que também passaram a ganhar espaço em suas vidas, (II) a dificuldade de financiar o Sarau Debaixo que exige aparelhos como os de som e iluminação, além do transporte desses dispositivos eletrônicos, (III) como afirmam em nota “Nos últimos meses sofremos também com os cortes de energia após 0h e no último Sarau fomos intimidados pela Polícia Militar por supostamente estarmos “perturbando a ordem”, logo a presença da Polícia Militar na intimidação pelo fim do Sarau que costumava terminar depois de 0h e os cortes de energias que aconteciam durante o evento, (IV) as novas demandas que surgiram durante a consagração do Sarau toda a terceira terça do mês como a participação dos integrantes em mesas redondas, palestras e outros espaços de atuação e (v) a intensão de participar de novas ocupações “Queremos ocupar as escolas, as praças, as feiras livres.” e se especializar nas pautas defendidas pelo coletivo “Queremos estudar mais sobre políticas públicas e atuar junto com outros coletivos nessa pauta de forma mais orgânica e organizada.”. Esses são os principais motivos presentes na nota publicada pelo coletivo.

⁴⁸ Para ver a nota: <https://www.facebook.com/saraudebaixo/posts/1700910996793219>.

Além dessas motivações expressas oficialmente na nota citada acima, alguns outros surgem durante a pesquisa, porém com pouca precisão e cuja interpretação não é consenso entre o grupo e o público – a palavra, nesse caso, faz referência às pessoas que estavam presentes no Sarau. Primeiro, a ausência de uma forte formação política no Sarau Debaixo. E, nesse caso, o termo “formação política” se refere aos modelos mais tradicionais de compreensão do termo como cursos de formação, palestras, rodas de conversa e outros eventos que, paralelamente ao sarau, trouxesse um maior discernimento ou formação política. Segundo, e em consequência do primeiro ponto destacado, o sarau teria tido o seu sentido de contestação se esvaziado à proporção que o público tinha passado a ir ao sarau para “curtir o evento”, aproveitar o espaço de lazer e sociabilidade.

Dos sete motivos destacados acima, cinco deles estão presentes na nota oficial publicada pelo coletivo e dois deles foram apreendidos a partir de conversas informais com militantes de outros movimentos sociais, podem ser interpretados como as “barreiras” (KLADERMANS, OEGEMA, 1987) para o engajamento militante nesse tipo de forma de ação coletiva e, mais especificamente ao objeto desse capítulo, os tipos de constrangimentos (AUYERO, 2003,2005; TILLY, 2000) que envolvem a utilização rotineira do sarau no espaço público para uma ação coletiva de contestação.

A partir disso, a demanda de tempo livre para a dedicação, a construção mensal do Sarau Debaixo, a intimidação de policiais através de “batidas”⁴⁹ com a justificativa de que a ocupação estaria “perturbando a ordem” e a dificuldade de manter o financiamento para a realização do sarau estão entre os constrangimentos do uso do espaço público para esse tipo de ação.

A presença dos policiais é um tipo de constrangimento comum nesse tipo de ação coletiva. Como a principal pauta desses coletivos e ocupações é a do “direito à cidade” e cuja principal forma de inserção nesta causa é a ocupação, os grupos utilizam o espaço público com a premissa de que o uso do espaço é legítimo e permitido. No entanto, ao organizarem e realizarem o espaço, os agentes policiais desmobilizam a ocupação com um conjunto de justificativas que serão citadas logo abaixo.

⁴⁹ O termo “batidas”, presente entre os integrantes no momento de narrar alguns acontecimentos, significa as aproximações dos policiais no Sarau Debaixo.

Em Aracaju, dois outros focos de ocupação do espaço público também enfrentaram esse “constrangimento” – a palavra empregada é um conceito presente em TILLY (2000) que consiste nos empecilhos que os espaços públicos apresentam às ações coletivas -: o Som de Calçada e o Ensaio Aberto. Abaixo, destacamos alguns dos depoimentos e o manifesto Ocupe SE veiculados nos perfis do facebook dos grupos.

Não deixe o som morrer!!

Domingo, 29, tivemos a presença da polícia militar no Som de Calçada, mas para nossa surpresa não era apenas para fazer nossa segurança, mas sim para acabar com som, **expulsando do lugar todos que tinha em mãos um violão**. No começo, com muita conversa eles alegaram alguns fatores que seriam motivos para cancelar o som, quais seriam eles:

- O uso de caixas amplificadas (O que não precisaríamos necessariamente usar)
- Sujeira no local (O que tbm sempre falamos e pedimos à galera para não sujar)
- O uso de drogas (O que não podemos pagar por isso, pois nossa parte é a realização do som, e seria de obrigação deles atuar o flagrante)
- Tráfico de Drogas (Já que eles disseram saber que tem o tráfico, porque não vão direto ao traficante ? Porque culpar quem tá fazendo o som por isso)
- Destruição do patrimônio público (Alegam que isso acontecia aos domingos. Como ter tanta certeza disso se a orla tem movimento todos os dias?)

(...)

Será que isso existiu ontem? Eles disseram que quem tocasse qualquer instrumento, ia ter o mesmo apreendido. Como assim? Prender um violão por ele estar sendo tocado em local público?

Não vamos deixar o Som de Calçada morrer!!! Domingo que vem estaremos todos lá mais uma vez com força total. (Nota publicada no facebook do grupo, dia 3 de dezembro, 2015)⁵⁰

Após esse acontecimento com o Som de Calçada, houve um ato em apoio ao grupo intitulado “Enquadro cultural: ato em apoio ao Som de Calçada, às ocupações culturais e pelo direito à cidade”.

⁵⁰ Ver a nota completa: <https://www.facebook.com/Som-de-Calcada-585262734918817/?fref=ts>.



Imagem 16. Cartaz do “Ato em apoio ao som de calçada, às ocupações culturais e pelo direito à cidade”.

No segundo caso, o do Ensaio Aberto, o depoimento também ilustra esse tipo de constrangimento:

[NOTA DE ESCLARECIMENTO]

Olá, lindxs, como estão? O Coletivo vai bem, com saudade de vocês. Vamos ao que interessa:

FORA TEMER

A nossa ocupação vem tendo problemas com a SETESP (Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer), que vem coibindo a nossa presença lá nos Cajueiros, nos últimos domingos dos meses, através de uma notificação e da intervenção presencial do subsecretário Gilson Dória. **Nos foi dito que não poderíamos ocupar os espaços que É NOSSO com cultura**, no formato que realizamos há 13 edições, de forma livre e desvinculada da máquina pública. Com isso, nós do coletivo, juntamente com vocês que compõem a ocupação, **estamos a mercê de repressão policial, apreensão do som** (do nosso companheiro [identificação retirada], que chega junto há muito tempo), **dentre outras opressões, com a intenção de embaçar** tudo que a gente (coletivo, artistas e público) faz pra fortalecer a cultura. Já estamos buscando apoio jurídico e formação conjunta sobre o assunto, mas, infelizmente, nesse mês, por todos os embargos e responsabilidades, não vai rolar o Ensaio Aberto #14 em seu formato convencional, mas em um diferente, ainda ocupando o parque. Esse tempo é necessário para que nós, do coletivo, acumulemos força e idéia pra continuar levando a expressão popular todo mês pra vocês.

NÃO TEM ARREGO.

A gente não vai dar abertura pra que acabem com a ocupação.

Contamos com a compreensão e a colaboração de vocês com a nossa luta, e também com a presença de vocês no domingo (25), num encontro providencial. Estamos abertas e abertos a todo tipo de ajuda. A construção tem que ser coletiva de verdade, até na hora do perrengue.

Sdds,
Até já.

Coletivo Ensaio Aberto (Nota publicada na página do facebook do grupo, dia 21 de setembro de 2016).⁵¹

Além dessas notas publicadas pelos coletivos Ensaio Aberto e Debaixo, no dia 04.12.2016 foi realizada a leitura do Manifesto Ocupe SE no Parque do Cajueiro que é um local onde ocorre a ocupação do coletivo Ensaio Aberto e, nos últimos meses, havia sofrido tentativas de desmobilizações por parte de órgãos municipais. Esse manifesto foi resultado de uma reunião que também aconteceu no mesmo local da leitura com a presença de 60 pessoas, entre elas, integrantes de movimentos sociais, partidos políticos, coletivos, artistas e o sindicato dos ambulantes.

Nada para mim, tudo para TODOS!

Qual o som da cidade? Dos carros ou da arte sergipana?

Qual a cor da cidade? Do seu povo preto, LGBT, indígena, Serigy ou o cinza do concreto da urbanização segregadora?

Qual o lugar da arte sergipana? Nos espaços privados ou dando vida aos espaços públicos?

Reprimir ou burocratizar as ocupações culturais e artistas em espaços públicos da cidade é deixar politicamente e simbolicamente evidente que a cidade e a cultura têm DONO. Por isso, um movimento de trabalhadores da cultura e da comunicação reúne-se e vem manifestar que compreendemos que a cultura e a cidade são direitos fundamentais e constitucionais que precisam ser entendidos além da soma dos indivíduos e dos seus promotores, mas como relação direta de promover os espaços da cidade para as pessoas e não para o lucro. Por isso, afirmamos diretamente que nesta luta: NADA para MIM, TUDO para TODOS.

Ruas cheias são sinônimo de segurança, não o contrário. A ocupação da cidade por atividades culturais combate a sensação de insegurança na cidade, fruto da desigualdade social e potencializado por uma indústria do medo que articula de agentes de Estado à mídia hegemônica. **É recorrente a opressão policial com acusação de transtorno ao bem estar social ou outros argumentos palacianos**

⁵¹ Referência: https://www.facebook.com/pg/coletivoensaioaberto/posts/?ref=page_internal.

como aconteceu com o “SaraudeBaixo”, “Ensaio Aberto”, “Som de calçada” entre outros. O que gera insegurança na cidade são espaços públicos vazios e abandonados de gente. O Parque dos Cajueiros, assim como várias praças na cidade, sofre com o descuido do poder público ou atuação apenas de instituição (Polícia Militar ou Guarda municipal) opressora e não educativa. São cenas recorrentes no dia a dia dos espaços públicos na efetivação da cidade dos de cima: uma cidade militarizada.

Por isso o nosso movimento luta pelo direito a cidade, por políticas públicas permanentes e democratizantes na cultura e na comunicação em toda a sua diversidade de trabalhos e temos autonomia e sabedoria para dizer que **a RUA é nosso lugar principal de ocupação, de produção de saberes e de pressão sobre aqueles que produzem apenas para si e nega o que é de todos. NADA para mim, TUDO para TODOS!**

Por fim, exigimos uma Audiência Pública com o prefeito de Aracaju e o governador do Estado e toda a equipe que julgarem necessários com o Movimento Cultural de Sergipe a ser realizada até o dia 20 de dezembro do presente ano, com objetivo de discutir as reivindicações apresentadas em anexo.

Assinam abaixo, artistas, grupos e coletivos artísticos do Estado de Sergipe.” (Manifesto Ocupe SE, 2016)

Os depoimentos publicados em notas por ambos os grupos, tanto o Coletivo Ensaio Aberto quanto o Som de Calçada, são didáticos ao esclarecerem os principais motivos que justificam a presença dos policiais e as tentativas de desarticulação das ocupações: o uso de caixas amplificadas, a produção de lixo no local por parte dos que participam das ocupações, o uso de drogas, o tráfico de drogas e a destruição do patrimônio público. Essas são as principais justificativas por parte dos policiais para a intervenção nesses focos de ocupação do espaço público.

O Manifesto Ocupe SE, como o texto demonstra, é resultado de um conjunto de insatisfações acerca das tentativas de desmobilização desses espaços de ocupação do espaço público. O manifesto também articula um conjunto de grupos diversificados como os “artistas, grupos e coletivos artísticos” com integrantes de movimentos sociais, partidos políticos e coletivos de juventude na pauta do direito à cidade. E destaca novamente a concepção de “cidade” e “rua” que é compartilhada entre esses movimentos: “a RUA é nosso lugar principal de ocupação, de produção de saberes e de pressão sobre aqueles que produzem apenas para si e nega o que é de todos.”

Dito isso, é importante destacar que os acontecimentos de repressão no Sarau Debaixo, o processo de ressignificação no espaço público através de uma rotina de ocupação e as Manifestações de Junho de 2013 foram os elementos que fizeram do viaduto do D.I.A um espaço de representação contestatória.

Após o fim do Sarau Debaixo com a última ocupação realizada no dia 17 de novembro de 2015, um conjunto de eventos com o mesmo teor de contestação ou reivindicação foi realizado no viaduto do D.I.A. Os dados coletados e que demonstram como o viaduto passa a ser identificado por outros grupos (movimentos sociais, coletivos, partidos políticos e etc.) enquanto um “lugar político” foi o mapeamento do conjunto de eventos que ocorreram no espaço do viaduto, alguns aconteceram enquanto ainda era realizado o Sarau Debaixo e outros, com maior recorrência, com o fim da ocupação do Coletivo Debaixo. Segue abaixo, a catalogação dos eventos que foram realizados no viaduto do D.I.A:

Evento	Organização	Data
Festival da Legalização 2013 - Combatendo o Câncer da Proibição. ⁵²	Coletivo Marcha da Maconha	Novembro de 2013
Panfletagem da Marcha da Maconha. ⁵³	Coletivo Marcha da Maconha.	20.05.2014
Ato contra a redução da maioria penal. ⁵⁴	Assembleia Nacional de Estudantes-Livre (ANEL)	30.06.2015
Ato contra Cunha e pela vida das mulheres.	Coletivo de Mulheres de Aracaju	25.11.2015

⁵² Ver notícia completa: https://www.facebook.com/pg/Marcha-da-Maconha-Aracaju-269115766553808/photos/?tab=album&album_id=398481620283888.

⁵³ Ver programação completa:

<https://www.facebook.com/269115766553808/photos/a.278583152273736.1073741825.269115766553808/478226322309417/?type=3&theater>.

⁵⁴ Ver notícia completa: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/06/estudantes-realizam-ato-em-aracaju-contr-reducao-da-maioridade-penal.html>.

Ato contra o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. ⁵⁵	Levante Popular da Juventude – Sergipe	09.05.2015
Abertura oficial da II Semana de Visibilidade Trans em Aracaju: Sarau Trans. ⁵⁶	Amosertrans e Coletivo de Mulheres de Aracaju	26.01.2016
1º Baile das Bruxas. ⁵⁷	Coletivo de Mulheres Contra Temer e Frente Sergipana Brasil Popular	18.05.2016
Dia Nacional de Greve ⁵⁸	Frente Brasil Popular	11.11.2016
2º Baile das Bruxas ⁵⁹	Coletivo de Mulheres Contra Temer	25.11.2016
Passagem de Som #1 (Primeira)	Coletivo Ensaio Aberto	02.12.2016

Quadro 2

Esse conjunto de eventos contestatórios como podemos observar nas datas, começam a ser recorrentes principalmente após o fim do Sarau Debaixo e acompanham, por vezes, o formato de sarau. No entanto, ainda que em menor quantidade, grupos como centrais sindicais também passam a utilizar o espaço com modelos mais tradicionais de protestos,

⁵⁵ Ver publicação do grupo no facebook:

<https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/posts/1152266281505591>.

⁵⁶ Ver notícia completa: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=182135>.

⁵⁷ Ver notícia completa: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=186586>.

⁵⁸ Cartaz do ato: https://scontent-bru2-1.xx.fbcdn.net/v/t1.0-9/14947650_1637859616507310_7005750051941444865_n.jpg?oh=54e1210b3a7c18f89f8103b755915ec3&oe=58B5820D.

⁵⁹ Cartaz do ato: https://scontent-bru2-1.xx.fbcdn.net/v/t1.0-9/14963253_1406453432729556_6490269938125917203_n.jpg?oh=089d26c90a54a74232b3da568c78db88&oe=58BE07ED.

Grupos de mulheres, artistas, movimentos sociais e estudantes engajados na Frente Sergipana Brasil Popular se uniram no início da noite desta quarta-feira, 18, embaixo do viaduto Jornalista Carvalho Déda [ao lado do terminal do DIA] em protesto ao atual presidente da República, Michel Temer, e à sua decisão de excluir o Ministério da Cultura e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. De forma lúdica, os manifestantes realizam uma espécie de sarau, que recebeu o nome de ‘Baile das Bruxas’. (INFONET, 2016)

Uma multidão de pessoas ocupou a parte inferior do Viaduto do Distrito Industrial de Aracaju (DIA) para protestar contra o Projeto de Emenda Constitucional 55 [antiga PEC 241], que tramita no Senado. No discurso do Governo Federal, se aprovado, o Projeto controlará os gastos públicos. No entender dos manifestantes, a PEC representa um retrocesso para áreas como Educação e Saúde.

Atendendo a um chamado nacional, entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT-SE), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e União Geral dos Trabalhadores (UGT) convocaram os sindicatos afiliados para formar o corpo da manifestação. Munidos de faixas, bandeiras e cartazes, os participantes levantaram seus posicionamentos contra o Projeto do Governo e destacaram a importância da mobilização dos demais trabalhadores. (INFONET, 2016)

O caráter lúdico, tal como os saraus promovidos pelo Coletivo Debaixo é o principal elemento que caracteriza os repertórios de ação e as performances utilizadas nesse espaço “descoberto” pelo Coletivo Debaixo. O termo “descoberto” é redigido com o auxílio das aspas porque é um termo acionado pelos integrantes do coletivo para se referir ao uso inusitado e inaugural do espaço do viaduto. Sendo assim, eles afirmam ter “descoberto” esse espaço, pois antes do Sarau Debaixo não havia registro e tampouco uma tradição de contestação nesse espaço. A exemplo desse processo de descoberta do viaduto do D.I.A por outros grupos e das performances acionadas no 1º Baile de Bruxas, segue um relato de uma observação direta escrito um diário de campo produzido sobre esse evento.

Nota de Diário de Campo. 18.05.2016
Observação do I Baile das Bruxas

Na ocasião, me atentei para algo que há algum tempo já estava pensando: o uso recorrente do viaduto do D.I.A pelo Coletivo Sarau Debaixo fez daquele espaço um "espaço politizado". Ou seja, o uso positivou politicamente o viaduto. Com isso, durante os últimos anos alguns atos ocorreram naquele local, antes nunca ocupado para esses fins. Alguns desses atos foram o Fora Cunha organizado pelo Coletivo de Mulheres de Aracaju, a semana de Visibilidade Trans, o Fora Temer organizado pelo Levante Popular da Juventude e agora o Baile das Bruxas.

Em todos esses casos, mostra como outros grupos de movimentos sociais passam a utilizar o espaço para promover suas ações que nem sempre estão alinhadas com posições políticas ou formas de contestação inicialmente pensada pelo Coletivo Sarau Debaixo.

No entanto, irei descrever o evento de hoje, o Baile das Bruxas.

O Baile das Bruxas me impressionou bastante pela semelhança da estrutura física - criada para possibilitar a intervenção - desse evento com o do Sarau Debaixo. Eram bastante semelhantes: havia alguns microfones, uma pessoa responsável pelo manejo do som e não era um militante - no caso do Coletivo Sarau Debaixo, era um militante -, as caixas de som e as luzes.

Se por um lado, há essa aproximação da estrutura física, por outro lado o público é diferenciado e se comporta de maneira distinta, principalmente os envolvidos na organização da intervenção. Essa diferença do comportamento é mais visível na autodeclaração das pessoas pelo fato de serem engajadas em uma organização, nesse caso, o Levante Popular da Juventude. Estavam todos com a típica camisa preta com o nome da organização em branco, vários deles vestiam essa camisa. E é um grupo que se localiza na Rede 1, enquanto o Coletivo Sarau Debaixo interage com a Rede 2. Sendo assim, é um grupo que não colabora com o Coletivo Sarau Debaixo.

Claro, é importante ressaltar que essa ocupação ocorre em um contexto sociopolítico diferenciado, haja vista, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, após o seu afastamento. A intervenção é uma resposta de indignação a esse acontecimento. Sendo assim, parece que naquele espaço novas

regras de comportamento e interação regiam naquela noite e uma delas é a possibilidade e permissibilidade em se declarar de uma organização que, todos sabem, está vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

Sobre a diferença de público, hoje não estavam presentes pessoas e integrantes de movimentos ligados ao PSOL e PSTU por exemplo, e, com certeza, a ausência desse público também demonstra o caráter "partidário" desse evento.

O teor político do evento aparece desde o início através da defesa do governo Dilma Rousseff e o não reconhecimento do governo do presidente interino Michel Temer. Se o teor político permanece, ainda que os conteúdos sejam diferenciados, a forma de enunciar a política é a mesma do Sarau Debaixo, ou seja, através do uso da intervenção cultural e artística.

Ainda nessa noite encontrei dois importantes representantes do Coletivo Sarau Debaixo, sendo que um deles é um dos idealizadores. E conversamos um pouco sobre o Sarau e seu surgimento e ele logo disse que "O Sarau Debaixo não foi o primeiro Sarau, mas faz parte de um movimento nacional recente de saraus em diversas cidades do Brasil como São Paulo que tem um grande circuito de saraus".

O relato da observação de campo já demonstrava os efeitos que a rotina de contestação do Sarau Debaixo tinha produzido no espaço físico do viaduto do D.I.A. Antes das manifestações de junho de 2013 o espaço, até então, nunca tinha sido utilizado para qualquer tipo de ação coletiva e muito menos contestatória. E após o fim da longa experiência do Sarau Debaixo, haja vista que poucos movimentos sociais e coletivos produzem um tipo de ação coletivo com tantos custos para a mobilização de forma recorrente durante dois anos consecutivos, aquilo que parecia ser o fim de um período de protestos ressurgiu com novos atores ocupando um mesmo espaço "descoberto" há mais de dois anos atrás.

As performances elaboradas por alguns desses eventos pós Sarau Debaixo que acontecem no viaduto possuem formato semelhante aos saraus, alguns deles, inclusive, trazem isso em seu nome como o Sarau Trans que abre oficialmente a II

Semana de Visibilidade Trans em Aracaju organizada pelos coletivos AmoSerTrans e o Coletivo de Mulheres de Aracaju no dia 26 de janeiro de 2016 e os 1º e 2º Baile das Bruxas realizados pela Frente Sergipana Brasil Popular e Coletivo de Mulheres Contra Temer.

As constantes ocupações do Coletivo Debaixo no viaduto do D.I.A, como já destacamos anteriormente, construíram um espaço político que identifica o próprio coletivo. No entanto, os grupos que passaram a se apropriar do espaço após o fim da rotina de contestação estabelecida pelo Coletivo Debaixo possuíam perfis de engajamento militante e se localizavam em redes de movimentos sociais distintas. Sobre o primeiro ponto, a identificação que o espaço do D.I.A atribuía ao coletivo, o depoimento de um dos integrantes esclarece tal correspondência entre o espaço e o grupo:

Os muros estarem todos grafitados ali é a marca de que aquele espaço é nosso. De que ali ninguém tira, ninguém tira da gente. A gente pode deixar de fazer o sarau toda terceira terça do mês, mas aquilo já está gravado na história de Aracaju. Já está dado na história da cidade de Aracaju. Não tem como voltar atrás. Não tem como apagar isso. Isso tá marcado. Então é massa estar sendo ocupado pelas mulheres trans, está sendo ocupado por uma galera que está fazendo, enfim... com vários objetivos. (...) **Então é fácil você fazer qualquer tipo de evento que você fizer e dizer assim que vai ser no viaduto do D.I.A. As pessoas vão porque elas já conhecem e já têm relação com aquele espaço.** Por mais que aquele espaço para quem é de fora ou para quem não conhece como era no início do sarau estranhasse porque as pessoas estranhavam “pô, é um espaço sem luz”. Mas agora é fácil, chamou no viaduto as pessoas vão, todo mundo sabe. É do lado do terminal, cara. (Militante 3, entrevista)

Esse depoimento ilustra como o grupo, através do Militante 3 e compartilhada com outros integrantes do coletivo, percebe a construção do espaço do viaduto do D.I.A. Ao afirmar que “os muros estarem todos grafitados ali é a marca de que aquele espaço é nosso. De que ali ninguém tira, ninguém tira da gente” e o “nosso” e “da gente” se refere à “cidade” que significa a “população”, mas também o próprio coletivo.

Paralelamente a isso, o depoimento acima destaca também como as ocupações promovidas pelo coletivo não somente identificam o espaço com aqueles que organizavam o Sarau Debaixo, mas também é reconhecido por outros grupos que

participaram em algum momento, dos saraus. E esse seria, segundo o Militante 3, o principal motivo para que tenha sido realizado o conjunto de atos de protestos citados acima no mesmo espaço. É com base nisso, que ele afirma ser fácil fazer qualquer evento no viaduto porque “as pessoas vão porque elas já conhecem e já têm relação com aquele espaço (...) chamou no viaduto as pessoas vão, todo mundo sabe”. Além disso, esse processo de “descobrimento” do espaço e a construção dos saraus transformaram algo que era inicialmente um constrangimento (TILLY, 2000), o espaço desconhecido, sem uso, um estacionamento despovoado e sem qualquer sistema de iluminação, para a ação coletiva desenvolvida para se tornar em um elemento positivo e de incentivo aos novos usos desse espaço por outros atores. O principal elemento que transforma esse constrangimento em um incentivo à construção de novas ações coletivas, como destacado no depoimento acima, é o reconhecimento das pessoas por aquele espaço que sempre faz alusão aos saraus. Nesse sentido, pensar no viaduto do D.I.A para grupos mobilizados como os movimentos sociais, partidos políticos, juventudes partidárias, coletivos, artistas, grupos de hip hop e etc., dificilmente é possível generalizar para toda a população, é se recordar do Sarau Debaixo.

Se por um lado a ocupação rotineira criou um espaço de identificação⁶⁰ do viaduto do D.I.A com o Coletivo Debaixo, por outro lado a mobilização de vários grupos nesse mesmo espaço trouxe “incômodos” para os integrantes do coletivo. Esses “incômodos”, o termo “incomodado” é utilizado por um dos integrantes no depoimento logo abaixo, estão relacionados principalmente ao fato de que outros grupos com diferentes “concepções políticas” e que, nesse caso, significa principalmente os grupos da rede de mobilização 1 (**ver a rede 1 na página**) pertencente a uma base de movimentos sociais do Partido dos Trabalhadores ou próximas ao partido. A exemplo desses conflitos, o depoimento a seguir traz uma ilustração:

[Ocupam] Do jeito deles, a partir da concepção política deles e que não é a nossa concepção política. (...) Eu acho massa, eu só acho que as pessoas não podem parar por aí. Eu acho que as pessoas precisam descobrir outros espaços, sabe? Transformar outros espaços porque aquele espaço ali está fácil,

⁶⁰ O termo é utilizado para se referir à determinados espaços em que mais de um ator ou grupo o identifica em relação a um determinado ator ou grupo, por exemplo, os diretórios municipais e estaduais partidários.

porque assim... (...) **Nós do Sarau Debaixo tivemos que descobrir, então a gente que descobriu essas coisas [o espaço e a forma como ocupar o viaduto].** Hoje a gente sabe como é que faz para ocupar qualquer lugar. Qualquer lugar que a gente quiser ocupar, a gente ocupa. Então, por exemplo, não sei se você conseguiu pegar assim, mas com cinco meses de Sarau Debaixo, a gente fundou uma outra ocupação que era o Maré Maré que acontecia na praça Fausto Cardoso e nesse mesmo esquema a partir das experiências do Sarau Debaixo. **Então é isso, eu fico feliz, eu fico muito feliz, cara, daquele espaço está sendo ocupado porque a sensação que eu tenho é a de que a gente tomou aquele espaço pra gente, pra a cidade, sabe? (...) Eu acho interessante. Eu acho legal e era essa a intenção da gente, sabe? Era que outras pessoas ocupassem, então eu acho que cumpriu o objetivo do que a gente queria. (...) Eu não concordo com o [cita o nome de um grupo que ocupou o espaço algumas vezes], é uma galera muito governista. Eu não concordo com essa galera e fiquei muito incomodado com as coisas que aconteceram lá, mas passou.** A galera fez e passou porque a concepção da galera é outra. Nós somos artistas da cidade, sabe? **Nossos objetivos são outros. A gente faz as coisas pela vida, por nossas vidas. (...) A galera faz por cargos, por dinheiro, por disputas políticas que reverberam em cargos, em discussões nacionais. (...) Agora é um cenário mais fácil, né? Porque já está tudo construído, né? Já está construído, então é fácil. Hoje é fácil chamar as pessoas para o viaduto do D.I.A porque é uma referência.** (Entrevista do Militante 2)

Esse depoimento é fundamental para compreender a crítica que o militante faz a uma determinada ocupação que ocorreu no viaduto do D.I.A. A construção de um “lugar político” que é orientado a partir do reconhecimento da ocupação de um determinado grupo com uma determinada forma de agir coletivamente, de concepção ou gramática política específicas, elementos que buscamos trabalhar nos capítulos anteriores, à medida que identifica aquele lugar com um grupo distinto, naturalmente cria conflitos com os usos de grupos com perfis políticos diferenciados que desejam ocupar aquele mesmo espaço. A luta política, nesse sentido, acontece em dois níveis. O primeiro diz respeito à luta pelo direito à cidade, pauta do movimento em análise, que busca “disputar a cidade” e, com isso, criar novos espaços de sociabilidade. E segundo, a disputa política acontece entre os grupos, coletivos e atores políticos que, em suas ocupações rotineiras, demarcam territórios que são caracterizados pelo perfil dos militantes, padrões de engajamentos e os grupos mobilizados em cada espaço.

Esses conflitos destacados acima aparecem no depoimento transcrito, principalmente ao apontar aos diferentes perfis entre o Coletivo Debaixo e alguns grupos que construíram mobilizações no mesmo espaço “Eu não concordo com o [cita o nome de um grupo que ocupou o espaço algumas vezes], é uma galera muito governista. Eu não concordo com essa galera e fiquei muito incomodado com as coisas que aconteceram lá, mas passou.”. O coletivo ao qual o ator se refere nesse depoimento é um grupo vinculado à base militante do Partido dos Trabalhadores e que nos últimos anos tem construído uma frente de atuação no movimento estudantil universitário, principalmente na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade Tiradentes, a segunda instituição é particular. Com fortes vinculações partidárias com o Partido dos Trabalhadores, o depoimento acima também destaca esses tipos de interação com o partido através de uma crítica a uma “cultura de cargos”, ele diz “Nossos objetivos são outros. A gente faz as coisas pela vida, por nossas vidas. (...) A galera faz por cargos, por dinheiro, por disputas políticas que reverberam em cargos, em discussões nacionais.”

A pesquisa de Alviso-Marino (2016) sobre o processo de construção de um “lugar como símbolo político” em Sanaá, capital do Iêmen, após os protestos na praça Tahir em 2011 contra o presidente egípcio Hosni Mubarak é um exemplo de estudo que demonstra como lugares distintos são construídos por grupos com perfis de engajamento diferenciados e, a partir disso, elaboram demarcações territoriais. No caso do estudo dessa autora, ela demonstra, por exemplo, como as redes de mobilizações do movimento universitário e do partido islamita, naquela ocasião, criaram protestos e “símbolos políticos” diferenciados a partir de suas formas de ação coletiva na cidade. E a partir dessas ocupações na cidade, a autora identificava de acordo com as colagens feitas nas paredes, quais eram os grupos que estavam ocupando cada espaço de Sanaá.

Logo abaixo, introduzo um trecho de um relato de diário de campo sobre uma observação direta do I Encontro de Mulheres na Luta que ocorreu embaixo da Ponte Construtor João Alves, mais conhecida como Ponte Aracaju-Barra. Na ocasião, o objetivo em ir até o evento, era perceber como tinha alterado os modos de participação dos integrantes do Coletivo Debaixo após o fim do Sarau Debaixo. E essa mudança ocorreu à proporção em que os integrantes do coletivo, no caso do evento abaixo, a participação de quatro “poetas do sarau”, que intensificavam a colaboração em outros

eventos, movimentos sociais e coletivos que atuam de diferentes maneiras na pauta de gênero, violência contra a mulher e etc. Nesse caso, o evento era promovido pelo grupo de hip hop de mulheres chamado Nação Mulher que já ocupa o espaço da Ponte Construtor João Alves há muitos anos. No entanto, o relato do diário abaixo mostra como as integrantes do Nação Mulher acionam, assim como o Coletivo Debaixo no viaduto do D.I.A, a noção de pertencimento com o espaço onde acontecem suas mobilizações, nesse caso, a Ponte Aracaju-Barra.

Nota do Diário de Campo. 28.05.2016

Observação o I Encontro de Mulheres na Luta na ponte Aracaju-Barra

O evento foi organizado pela Nação Mulher, uma espécie de "departamento feminino" da hip hop. Grupo ligado a UJS (União da Juventude Socialista) e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil). No entanto, estava naquela ocupação outros grupos, entre eles, as "poetas", como são chamadas as integrantes do Coletivo Sarau Debaixo. Os dois grupos, a Nação Mulher com suas vinculações junto a UJS e PCdoB e o Coletivo Sarau Debaixo, possuem orientações políticas divergentes. Essas divergências envolvem outras questões como diferentes perfis de carreiras militantes, estilos de vida e origem social. As diferentes origens sociais, por exemplo, me chamaram atenção, e ficam demarcadas, por exemplo, na fala de uma das meninas do Nação Mulher ao dizer **"é importante ver muitas meninas de coletivos e feministas aqui presente. Essa é a minha área, esse é o meu dia a dia, é o meu cotidiano. É aqui no B.I [gíria e abreviação do nome do bairro, o Bairro Industrial, e modo como o bairro é popularmente conhecido], embaixo dessa ponte, que a gente convive."**

Contextualizada, essa fala revela um conjunto de dilemas como as diferentes filiações partidárias e disputas pelo tema público "das questões de gênero", assim como a ocupação (e conseqüentemente divisão social) do espaço público. (...).

A nota do diário de campo acima, nesse sentido, nos ajuda a compreender as diferentes construções simbólicas do espaço público como destaca Alviso-Marino (2016) em seu estudo em Sanaá. Compostos por atores com diferentes perfis de engajamento, cultura e concepções de política, esses espaços públicos se tornam, durante as ocupações desses espaços e os processos de contestação, em demarcações territoriais onde cada grupo elabora uma noção de pertencimento “Essa é a minha área, esse é o meu dia a dia, é o meu cotidiano. É aqui no B.I [gíria e abreviação do nome do bairro, o Bairro Industrial, e modo como o bairro é popularmente conhecido], embaixo dessa ponte, que a gente convive.”.

Nesse capítulo buscamos demonstrar como o Coletivo Debaixo com (I) o sentido elaborado de que o grupo com as intervenções do Sarau Debaixo no viaduto do D.I.A prolongava as manifestações de 2013, (II) os usos correntes das ocupações no espaço público, (III) a utilização de repertórios de ação que modificavam o espaço físico através de pinturas, colagens e grafites nas colunas e (IV) o reconhecimento de outros grupos, partidos políticos e movimentos sociais com a realização de protestos no mesmo espaço construiu um “lugar político” que passa a ser identificado enquanto um espaço de contestação.

A agenda de pesquisa proposta por Combes et. al. (2016) sobre as relações entre os movimentos sociais e a construção de “espaços de cólera” foi norteadora na construção desse capítulo. Para os autores, esse campo de estudos sobre os movimentos sociais e o espaço público permite perceber a construção simbólica do espaço através das mobilizações, o processo de formação da identificação coletiva por um lugar, os dispositivos físicos da ocupação do espaço e seu controle e, por fim, os grupos mobilizados que circulam nesses lugares. Através dessa agenda, buscamos demonstrar como o Coletivo Debaixo através da ocupação Sarau Debaixo construiu um espaço simbólico de contestação que identifica o grupo, é reconhecido por outros grupos que promoveram ações de protestos no viaduto e se tornou em um espaço de sociabilidades entre grupos e atores mobilizados.

Portanto, este capítulo contribui para a análise da relação entre os movimentos sociais e o espaço público à medida que revela (I) o processo de construção do viaduto enquanto um espaço de contestação através de eventos ocorridos nas manifestações de junho de 2013, uma narrativa elaborada pelo Coletivo Debaixo e as

ações promovidas pelo coletivo, (II) o processo de identificação do espaço com o coletivo, (III) o surgimento de um novo espaço de sociabilidade entre atores e grupos mobilizados e (IV) o reconhecimento por parte de outros movimentos sociais, partidos políticos e outros coletivos que passam a utilizar o espaço mesmo depois do fim do Sarau Debaixo.

CONCLUSÕES

Esta dissertação analisa as formas de ação coletiva e concepções de política do Coletivo Debaixo em Aracaju após o ciclo de protestos de 2013. Nesse sentido, essa pesquisa se insere em uma temática mais geral da sociologia da ação coletiva sobre as formas e modelos de ação coletiva e gramáticas políticas construídos pelos grupos, mas também em uma agenda pouco explorada nesse campo de estudos que são as consequências dos ciclos de protestos ou grandes manifestações para, por exemplo, a constituição de novos grupos, coletivos e movimentos sociais, assim como novas rotinas de contestação.

A partir disso, este trabalho é resultado de uma investigação que envolveu a utilização de ferramentas metodológicas como a observação direta, a catalogação e análise de notícias em jornais eletrônicos, o mapeamento da página de facebook do grupo na internet e a realização de entrevistas semiestruturadas com alguns atores.

Em primeiro lugar, a dissertação demonstra a importância de compreender a construção de modelos de ação coletiva em conjunto com as dinâmicas políticas locais e nacionais. Nesse sentido, o Coletivo Debaixo é também resultado de três elementos contextuais.

O primeiro elemento se refere ao fluxo de movimentos sociais que acionam a ocupação do espaço público enquanto repertório de ação coletiva. Os depoimentos coletados em entrevistas e vídeos publicados pelos integrantes do coletivo recompõem a participação dos idealizadores do Coletivo Debaixo em um circuito nacional de sarau como em eventos na cidade de São Paulo e, principalmente, no Sarau Bem Black que é realizado no Pelourinho, em Salvador. O “movimento de sarau”, expressão sempre utilizada pelos integrantes para se referirem à ampla utilização do sarau enquanto uma forma de mobilização na periferia é uma das formas dos movimentos de ocupação do espaço público. Nesse sentido, além do “movimento de sarau”, destacamos as ocupações de praças públicas com manifestações artístico-culturais como o “Ocupa Estelita” e os “rolezinhos” que se popularizou entre os jovens que passaram a se apropriar de espaços públicos como parques, praças e os shopping center. E mais recentemente a utilização de uma “cultura de ocupação”,

termo utilizado por militantes para se referirem ao uso da ocupação como forma de contestação, no “OcupaMinc” (movimento nacional em que artistas, estudantes, movimentos sociais, partidos políticos e coletivos ocuparam os prédios que representavam o Ministério da Cultura como as sedes estaduais do IPHAN em contestação a pronunciada extinção do ministério em 2016), as ocupações em 2015 de escolas públicas em São Paulo pelos estudantes secundaristas contra as reformas da educação e o retorno das ocupações de escolas públicas, universidades e institutos federais, em 2016 e em dimensão nacional, contra a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 241 no governo do presidente Michel Temer que congelava os gastos, dentre outros setores, da educação. Esses são alguns dos exemplos que demonstram o aumento de uma “cultura de ocupação” que se refere ao uso recorrente da ocupação enquanto um repertório de ação coletiva disseminado nos modelos de contestação de diversos movimentos sociais.

O segundo elemento contextual se refere às dinâmicas locais das redes de movimentos sociais e os padrões de engajamento militante. Nesse sentido, buscamos situar, ainda no primeiro capítulo, onde o Coletivo Debaixo está localizado em relação às redes de movimentos sociais e partidos políticos em Sergipe. É importante destacar que, ainda que as redes sejam utilizadas para compreender o cenário de trânsito militante em Aracaju, essa dinâmica também se prolonga para o interior do estado com a inclusão, por exemplo, das organizações rurais e de políticos mediadores de causas mais preponderantes nesses municípios. O exemplo utilizado para ilustrar tal dinâmica de redes que é contextual e está sujeita a mudanças expressivas de acordo com acontecimentos e “rachas” – termo comum entre os militantes para se referirem aos conflitos e quebras de alianças – nacionais e locais foram as campanhas contra o aumento do transporte público entre o final dezembro de 2015 e o início do ano de 2016.

Nesse sentido, as redes de movimentos sociais com seus padrões de engajamento militante, filiações e concepções políticas distintas contribuem para localizar o grupo analisado e compreender, por exemplo, a gramática política acionada pelo coletivo e os padrões de carreira militante dos integrantes.

A mobilização do termo “apartidarismo”, por exemplo, é um dos dilemas que se explica diante das redes de organizações em que o Coletivo Debaixo se movimenta,

nesse caso, a rede 2 apresentada no primeiro capítulo. A relação ambivalente entre os movimentos sociais e os partidos políticos não é uma novidade nas interações desses grupos (MISCHE, 2008; ALONSO, MISCHE, 2015), no entanto, a partir do final da década de 2000 a crítica aos partidos se intensificam com base em diversos argumentos e, entre eles, o que se destaca entre os integrantes do Coletivo Debaixo e as demais organizações da rede 2: o Partido dos Trabalhadores, em suas consecutivas administrações, estabeleceu vínculos baseados na “cooptação”, troca de favores e distribuição de cargos com os movimentos de sua base. Sendo assim, das três concepções percebidas por Mische (2008) acerca do termo “apartidarismo” em pesquisa sobre os movimentos de juventude no Brasil, a perspectiva que mais se alinha com a encontrada nesta pesquisa é a construção de uma noção de “apartidarismo” que se elabora paralelamente a da “manipulação partidária”. No entanto, a crítica à relação entre os partidos políticos e os movimentos sociais, inclusive por parte de militantes filiados a partidos políticos, possui um elemento contextual recente: as administrações federais, municipais e estaduais do Partido dos Trabalhadores e suas relações com os movimentos sociais.

Nesse sentido, quando o termo “apartidarismo” surge na pesquisa a partir de duas perspectivas. A primeira se refere a uma crítica direta aos movimentos sociais, principalmente os da rede 1 (ver o primeiro capítulo), com fortes vínculos partidários com as organizações do Partido dos Trabalhadores. As administrações no município de Aracaju e no governo de Sergipe, representadas principalmente com os cargos ocupados por Marcelo Déda Chagas (PT) na prefeitura (2000-2006) e governo do estado (2006-2013), Edvaldo Nogueira (PCdoB) vice-prefeito de Marcelo Déda Chagas (PT) nas eleições de 2000 e 2004 e prefeito durante os anos de 2006-2012, além da participação de mediadores políticos como os professores Iran Barbosa e Ana Lúcia e João Daniel. Tal contexto local e que também faz parte da participação do Partido dos Trabalhadores em várias administrações municipal, estadual e federal contribuem para a crítica do apartidarismo que se sustenta em uma narrativa da “manipulação partidária”.

A segunda perspectiva que evidencia a noção de apartidarismo é aquela que constrói o “ponto de distinção” entre os “manipulados” e os “não manipulados”. Com isso, afirmar que “somos um movimento apartidário”, é afirmar que somos um grupo não manipulado e que só adquire sentido em relação aos movimentos criticados no

primeiro sentido de “apartidarismo” destacado anteriormente. Em consequência disso, elaboram-se, por exemplo, a autodenominação de “coletivo” enquanto um modelo de organização mais autônomo, desburocratizado e com ausência de hierarquias. O coletivo, com base nisso, é uma forma de se organizar que permite escapar a “manipulação partidária” presente nos modelos organizacionais dos movimentos sociais.

O terceiro elemento contextual que ajuda a compreender os repertórios de ação mobilizados pelo coletivo é o ciclo de protesto de 2013. O ciclo de confronto ou ciclo de protesto, conceito de Tarrow (2009) para analisar os momentos de recorrentes protestos, é caracterizado pela (I) difusão de vários setores mobilizados, (II) elaboração e reelaboração de quadros interpretativos, (III) presença de modelos de mobilização com diferentes graus de organização, (IV) criação de variados tipos de narrativas e contra-narrativas acerca dos protestos e das causas que levaram as manifestações, (V) ampliação nas estratégias de reação e repressão por parte dos grupos envolvidos e (VI) processos de inovação de performances e formas de contestação. Nesse sentido, as influências contextuais do ciclo de protestos de 2013 para a compreensão do Coletivo Debaixo é fundamental à proporção em que permite perceber o processo de inovação das formas de contestação e performances através da utilização do sarau e outras formas de ocupação do espaço público enquanto forma de contestação.

Tendo em vista que o Coletivo Debaixo surge após as manifestações de 2013 e pela importância que esses eventos tiveram para os integrantes do coletivo como o trabalho evidenciou nos depoimentos relatos de entrevistas e eventos registrados em diários de campo, todos os capítulos também se referem aos efeitos desse ciclo de protesto para a constituição desse coletivo. A partir da ideia de que “as manifestações de junho de 2013 pra gente não acabou”, trecho de um relato de entrevista e que intitula este trabalho, demonstramos em que medida o grupo traz em sua narrativa de origem, repertórios de ação, performances, modelos organizacionais, gramática política e no uso do viaduto enquanto um símbolo de contestação, os “restos”, termo utilizado por Auyero (ANO) para falar daquilo que sobra dos grandes protestos, do ciclo de protesto de 2013.

A “retomada das ruas” com as manifestações de junho de 2013, por exemplo, é uma das variáveis contextuais desse ciclo de protesto que possibilitou o processo de inovação de performance e repertório de ação coletiva. Foi a partir dessa experiência de “retomada das ruas” que surge a ideia de se fazer uma ocupação do espaço público no viaduto do D.I.A através do sarau. Sendo assim, há um triplo processo de inovação e apropriação de um repertório que já estava sendo acionado por outros grupos no país e construção de uma narrativa de que as ocupações do espaço público era uma forma de manter os protestos de junho de 2013 para além de 2013. O de inovação acontece com a utilização do viaduto do D.I.A enquanto um espaço de contestação, algo inédito em Aracaju e que marcaria um processo de ampliação dos espaços de contestação na cidade. Com essa inovação, há também o processo de apropriação do sarau e das ocupações dos espaços públicos que era um dos “restos” das manifestações de 2013 no país.

Sendo assim, a presente dissertação foi uma investigação sobre as formas de ação e organização do Coletivo Debaixo, como também acerca dos “restos” ou as consequências de um ciclo de protesto. Nesse caso, as consequências do ciclo de protestos de 2013 em Aracaju são (I) o surgimento de um coletivo que, em seus repertórios de ação coletiva, modelo organizacional e gramática política, sintetiza parte do fenômeno e que busca dar continuidade as manifestações daquele ciclo e (II) a criação de um novo espaço de contestação, o viaduto do D.I.A.

Com base nisso, o argumento central desta pesquisa é a de que o Coletivo Debaixo, com suas performances e ocupações do espaço público, constituiu uma forma de manutenção das manifestações de junho de 2013. Nesse sentido, o coletivo é uma consequência desse ciclo de protestos e que se expressa em algumas dimensões do coletivo tal como na narrativa de origem do grupo, nas constantes tentativas de “retomada da rua”, que para o grupo é uma “lição” das manifestações daquele ano, através de uma rotina de contestação na ocupação Sarau Debaixo e na criação do viaduto do D.I.A enquanto um símbolo de resistência das manifestações de 2013 e o “lugar político” do coletivo. Sendo assim, além do coletivo, a ampliação dos espaços de mobilização no qual o viaduto do D.I.A se constitui enquanto um exemplo, mas outros espaços surgiram no mesmo ano e nos anos seguintes inspirados nas ações do Coletivo Debaixo.

Além dos resultados da pesquisa destacados acima, a finalização desta pesquisa sinaliza para alguns desdobramentos que demarcam novas dinâmicas de contestação a nível local e nacional e sinaliza para uma ampla agenda de pesquisa. No tocante ao local, podemos destacar o processo de apropriação do sarau enquanto forma de mobilização e lazer por diversos coletivos em Aracaju e no interior do estado e a construção da luta pelo direito à cidade enquanto uma causa pública adotada por movimentos sociais, partidos políticos⁶¹. E a nível local e nacional, em ambos os casos, a recorrente utilização da ocupação enquanto uma forma de contestação dos movimentos sociais e coletivos.

Em Sergipe, a “cultura de ocupação”, termo que foi acionado em alguns momentos da dissertação para se referir aos frequentes usos da ocupação entre os movimentos sociais, coletivos culturais e etc. como o repertório de ação coletiva, se propaga, principalmente após o Coletivo Debaixo e o Sarau Debaixo através do modelo de Sarau. A afirmação de que o Coletivo Debaixo é um marco nas ocupações em Sergipe decorre da relação que os novos saraus e outros movimentos de ocupação do espaço público fazem com o Coletivo Debaixo. É recorrente a “inspiração” que esses movimentos possuem com o coletivo que surge em 2013, no entanto, em outros momentos houve ocupações do espaço público na cidade de Aracaju. Entre eventos isolados de ocupação, saraus que se organizam mensalmente a mais de um ano e coletivos que surgiram em torno dessa causa, podemos destacar o Ocupe o Farol, o Coletivo Ensaio Aberto, o Arte na Praça A rua tem Voz, o Baile das Bruxas, o Sarau Entre Becos do Coletivo Entre Becos, o Baile das Belas e Feministas de Luta, o Ocupe a Praça e o mais recente Ocupe-SE, todos esses na capital Aracaju, e outras ocupações em cidades do interior do estado como o Sarau da Caixa D’água em Lagarto, o Sarau do Calçadão em Itabaiana, o Sarau do Alecrim em Estância, o Sarau do Coreto em Itabaiana.

O surgimento de formas de mobilizações mais institucionais, em Aracaju, através da articulação desses coletivos com a Secretária de Cultura também tem revelado novos contornos para esse tipo específico de movimentos. Foi a partir de eventos de tentativas de proibição do uso de praças, parques e viadutos para esse

⁶¹ Sobre essa agenda de pesquisa a nível local, submeti um projeto de pesquisa no processo seletivo do doutorado em Sociologia na Universidade de Sergipe com base nesses desdobramentos e aprovado em 9 de novembro de 2016.

tipo de mobilização, com a presença contínua de policiais e a ameaça de prisão de aparelhos de som, que alguns coletivos lançaram protestos e notas públicas contra as tentativas de desocupação e desmobilização dos grupos. Alguns desses protestos foram anexados à dissertação, entre eles, a nota de esclarecimento Coletivo Debaixo sobre o fim do Sarau Debaixo, a nota de repúdio do Som de Calçada sobre a ameaça policial de apreensão do som e instrumentos musicais e a mais recente nota do Coletivo Ensaio Aberto sobre a recorrência desse tipo de ação e a tentativa de desmobilizar a ocupação promovida por esse último coletivo. O resultado mais recente das articulações em torno dessa causa é o Ocupe-SE formado por integrantes de vários coletivos, movimentos sociais e militantes do PSOL e que se organiza enquanto uma “frente” com um conjunto de grupos para se organizar em torno da livre utilização do espaço público e pela “democratização da cultura”.

Por fim, buscou-se evidenciar os eventos que sucedem um determinado ciclo de protesto. As disputas e apropriações em torno dos símbolos dos protestos, a construção de memórias e quadros interpretativos, o processo de inovação das formas de contestação e organização, o surgimento de novas pautas de reivindicação e a ampliação dos espaços de contestação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABERS, R., SERAFIM, L., TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 57, n. 2, Rio de Janeiro, 2014, p. 325-357.

ABERS, R.; VON BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: Como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**. Porto Alegre, ano. 13, n. 28, p. 52-84, Set/Dez. 2011.

AUYEIRO, J. A rede de soluções de problemas no peronismo. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. N. 10, Brasília, janeiro – abril de 2013, p. 107-150.

_____. The geography of popular contention: an urban protest in Argentina. **Revue canadienne des études latino-américaines et caribes**. Vol. 28, n. 55/56, 2003, p. 37-70.

_____. L'espace des luttes. Topographie des mobilisations collectives. **Actes de la recherche en sciences sociales**. 2005/5 (n.160), p. 122-132.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.5, maio/jun./jul/ago. 1997, p. 25-36.

ABRAMOVAY, M. (coord.); CASTRO, M. G. (coord). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: Edição UNESCO, 2006.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BORBA, J.; G. MENESES, É. R., RIBEIRO, E. A. Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política. **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015, p. 101-133.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre os estudos recentes. **O social em questão**. Ano, XV, n. 27, 2012, p. 83-100.

CATTANI, A. D. (org). **#Protestos: análise das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

CHARLOT, Bernard. **Juventudes sergipanas**. Aracaju: J. Andrade ed. 2006.

COMBES, H. Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvements sociaux à partir du cas mexicain. In: **Sociologie et sociétés**, vol. 41, n. 2, pp.161-188, 2009.

COMBES, H.; GARIBAY, D.; GOIRAND, C. Introduction: Quand l'espace compte... spatialiser l'analyse des mobilisations. **Les lieux de la colère. Occuper l'espace pour contester, de Madrid à Sanaa**. Paris, Karthala, 2016, p. 9-36.

DANTAS, I. **História de Sergipe: República (1989-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DOWBOR, M. Além dos protestos: contribuição para o conceito de repertórios de interação de movimentos sociais. **II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**. São Paulo, 2012, p. 1-21.

FILLIEULE, O. Proposition pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, vol. 51, no. 1-2, février-avril 2001, p. 199-217.

GOHN, M. da. G. **História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros**. 8º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Cadernos CRH**. Salvador, v. 27, n. 71, maio/ago. 2014, p. 431-441.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina - elementos para uma abordagem comparada. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, Dez 2009, vol.22, no.44, p.323-354.

GOLDSTONE, J. A. Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. **States, parties, and social movements**. Editado por Jack A. Goldstone, Cambridge University Press, 2003, p. 1-27.

_____. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structure to relational fields. In: **Theory and society**, v. 33, p. 333-365, 2004.

HMED, C.. Espace géographique et mouvements sociaux. **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Presses de sciences pro, 2009, pg. 220-227.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) (coord.); PÓLIS (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais) (coord.). **Relatório Final Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas**. 2005.

KLANDERMANS, Bert & OEGEMA, Dirk. Potentials, networks, motivations, and barriers: steps towards participation in social movements. **American Sociological Review**. Vol. 52, agosto de 1987, p. 519-531.

LATOUR, B. Se Falássemos um pouco de política? **Política e Sociedade**. N. 4, abril de 2004, p. 11-40.

_____. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013 (3º Edição), 152 p.

LISBOA, A. E. S. **Movimento estudantil secundarista: juventude, militância, engajamento e a luta política da USES em Sergipe**. Aracaju. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. 2015.

MANNHEIM, K. (1982). "O problema sociológico das gerações" [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática, pp. 67-95.

MARCON, F.; FILHO, F.de S. Estilo de vida e atuação política de jovens ligados ao hip-hop em Sergipe. In: **Peças e Engrenagens dos Jogos Políticos no Brasil**. São Leopoldo: Oikos; São Luís: EDUFMA, 2012.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 18-51.

MILLS, C.W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 6ª edição, 1982.

_____. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2009.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, Vol 6, 1997, p. 134-150.

_____. **Partisan Publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks**. Princeton Studies in Cultural Sociology, 2008.

_____; ALONSO, A. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. **From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests- ESA Research Network on Social Movements**. Madri, Espanha, 2015, p. 1-37.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 49-77.

_____. O antropólogo como "espião": quando a observação põe em "risco" as fronteiras dos grupos estudados. **Revista Pós Ciências Sociais**. Vol. 7, n. 14, jul/dez. 2010.

OLIVEIRA, I. T. M.; DAYRELL, J. T. Uma praia nas alterosas: formas de ser da contestação social juvenil em Belo Horizonte. **36º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Goiás, 2013, p. 1-15.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise social*. Vol. XXV, p. 139 – 165, 1990.

PÉCHU, Cécile. "Laissez Parler les Objets". De l'objet mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In: FAVRE, Pierre, FILLIEULE, Olivier et JOBARB, Fabien. **L'Atelier du Politiste. Théories, actions, représentations**. Paris, La Découverte/PACTE, 2007, p. 59-78.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Ed. 5. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

SANTOS, A. S. dos. **Movimento Não Pago: emergência e condições de representação no cenário público de Aracaju/SE**. Aracaju. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. 2014.

SANTOS, J. V. **Juventudes partidárias em Sergipe: organização, formas de atuação e engajamento militante**. Aracaju. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. 2015.

SARAIVA, A. C. Movimento Passe Livre e Black Blocs. **#Protestos: análises das ciências sociais**. Organizado por Antonio David Cattani. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014, p. 41- 53.

SHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 4 Ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014.

SHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. (Org.) **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol 46, n. 1, p. 2-9, jan/abr. 2010.

SILVA, M.K.; OLIVEIRA, G. de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção do Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n.28, set./dez. 2011, p.86-124.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. O. Levante juventude, juventude é prá lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 3, jan-jul. de 2010, p. 23-48.

_____. O processo de engajamento militante a partir do estudo sobre condições e mecanismos de engajamento. In: **XXIX Congresso ALAS**, 2013, Santiago. Acta Científica del XXIX Congreso ALAS, 2013.

SILVA, M. K. Atores, espaços e repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015, p. 133-161.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In: **Tempo social**. São Paulo, n. 5, 1994, p. 161-178.

SOCIAL, F. I.; UNICEF; SENNA, I. A. **Adolescentes e jovens do Brasil: participação social e política**. 2007.

SOUSA, J. T. P. de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. In: **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 13, n. 28, set./dez. de 2014.

TARROW, S. **O Poder em Movimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TILLY, C. Spaces of contention. **Mobilization: an international journal**. 2000, pg. 135-159.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics**. New York: Oxford University Press, 2015.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

REFERENCIAL ELETRÔNICO

<http://www.brasil247.com/pt/247/sergipe247/127040/Aracaju-ter%C3%A1-sua-vers%C3%A3o-do-rolzinho-no-shopping.htm>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://tvpsi.blogspot.com.br/2013/06/manifestacoes-em-aracaju-um-movimento.html>. Acessado no segundo semestre de 2015.

http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/66/51445/manifestacao-reuniu-16-mil-pessoas-.html#.Vg3J3_IVikq. Acessado no segundo semestre de 2015.

<https://www.facebook.com/saraudebaixo?fref=ts>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://revistarever.com/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://revistarever.com/2013/09/19/rir-da-ordem-no-sarau-de-baixo/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://revistarever.com/2014/05/23/novosolhares-01-sarau-debaixo/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://revistarever.com/2013/11/23/sarau-debaixo-dia-da-consciencia-negra/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://revistarever.com/2013/11/21/3o-sarau-debaixo-neste-pedaco-negro-do-mundo/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://revistarever.com/2015/09/11/rever-entrevista-dudu-cordelista/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=GJmzPB5SoNE>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://bagaceiratalhada.com.br/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://bagaceiratalhada.com.br/sarau-debaixo-21-o-frescor-do-publico-contra-a-monotonia/>

<http://bagaceiratalhada.com.br/raiva-coletiva-e-sarau-debaixo/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://bagaceiratalhada.com.br/critica-a-predios-abandonados-e-forro-pe-de-serra-marcam-o-sarau-debaixo-19/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://bagaceiratalhada.com.br/sarau-debaixo-arco-flecha-e-historia/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://bagaceiratalhada.com.br/debora-arruda-a-linguagem-do-sensivel/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://bagaceiratalhada.com.br/confira-sou-nua-estou-sua-carolina-horstmann/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://www.infonet.com.br/cultura/ler.asp?id=153720>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<http://culturainterativa.com/manifestacao-cultural-no-viaduto-do-dia/>. Acessado no segundo semestre de 2015.

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1414486218769033.1073741830.1410984525785869/1414486278769027/?type=3&theater>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1414482998769355.1073741828.1410984525785869/1479302825620705/?type=3&theater>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1593679060849747.1073741848.1410984525785869/1593679114183075/?type=3&theater>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1437769793107342.1073741836.1410984525785869/1437769899773998/?type=3&theater>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1437769793107342.1073741836.1410984525785869/1437769919773996/?type=3&theater>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<https://www.facebook.com/saraudebaixo/photos/a.1423478714536450.1073741833.1410984525785869/1423479077869747/?type=3&theater>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

https://www.facebook.com/pg/coletivoensaioaberto/posts/?ref=page_internal. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<https://www.facebook.com/Som-de-Calçada-585262734918817/?fref=ts>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

https://www.facebook.com/pg/Marcha-da-Maconha-Aracaju-269115766553808/photos/?tab=album&album_id=398481620283888. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<https://www.facebook.com/269115766553808/photos/a.278583152273736.1073741825.269115766553808/478226322309417/?type=3&theater>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/06/estudantes-realizam-ato-em-aracaju-contrareducao-da-maioridade-penal.html>. Acessado no primeiro semestre de 2016;

<https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/posts/1152266281505591>. Acessado no primeiro semestre de 2016.

<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=182135>. Acessado no segundo semestre de 2016.

<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=186586>. Acessado no segundo semestre de 2016.

https://scontent-bru2-1.xx.fbcdn.net/v/t1.0-9/14947650_1637859616507310_7005750051941444865_n.jpg?oh=54e1210b3a7c18f89f8103b755915ec3&oe=58B5820D. Acessado no segundo semestre de 2016.

https://scontent-bru2-1.xx.fbcdn.net/v/t1.0-9/14963253_1406453432729556_6490269938125917203_n.jpg?oh=089d26c90a54a74232b3da568c78db88&oe=58BE07ED. Acessado no segundo semestre de 2016.

<http://www.f5news.com.br/noticia/26047/passagem-de-onibus-na-grande-aracaju-vai-custar-r-310-em-2016-.html>. Acessado no segundo semestre de 2016.

<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/12/movimento-nao-pago-protesta-contrareajuste-de-passagem-para-r-375.html>. Acessado no segundo semestre de 2016.

<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/01/protesto-contraaumento-da-tarifa-de-onibus-e-realizado-em-aracaju.html>. Acessado no segundo semestre de 2016.